

FERNANDO ANTONIO SALOMÃO LOCH

OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A POBREZA NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2013

L787 Loch, Fernando Antonio Salomão.
Os Impactos da Globalização sobre a Pobreza no Brasil
/ Fernando Antonio Salomão Loch. – Curitiba, 2013
126 f.: tab., graf.

Orientador: Luiz Lopes Diniz Filho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em
Geografia.

1. Globalização. 2. Pobreza. 3. Abertura Econômica.
I. Diniz Filho, Luiz Lopes. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 910



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na sala PH05, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Dissertação de Mestrado do (a) aluno (a) **FERNANDO ANTONIO SALOMÃO LOCH** intitulada "OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A POBREZA NO BRASIL", que obteve como resultado final APROVADO.


(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data

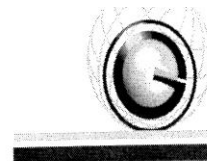
Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho (Orientador)


Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini (UFPR)


Prof. Dr. Fernando Raphael Ferro de Lima – IPARDES

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

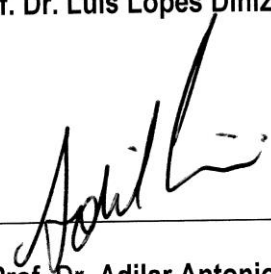
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **FERNANDO ANTONIO SALOMÃO LOCH** intitulada "**OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A POBREZA NO BRASIL**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.


Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 18 de julho de 2013.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho (Orientador)


Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini (UFPR)


Prof. Dr. Fernando Raphael Ferro de Lima – IPARDES

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Diniz, pela oportunidade de ser seu orientando desde a conclusão da graduação e pela inspiração acadêmica.

Aos meus pais, pelo seu apoio e pelo seu amor, sempre incondicionais.

Aos meus familiares e amigos, que apesar de nem sempre estarem próximos, sempre estiveram prontos para ajudar e torcendo pelo meu melhor.

Aos meus colegas de trabalho, superiores ou não, pela compreensão e apoio aos meus estudos, mesmo isso exigindo a flexibilização do meu horário de trabalho.

À minha grande parceira, amiga e esposa, Letícia, pelo amor e companheirismo infinito.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm.

René Descartes

RESUMO

A pobreza pode ser entendida como um estado de carência. Na Idade Média, essa carência era vista como algo natural, imutável e estava relacionada à fome. Nos séculos seguintes, as necessidades tornaram-se mais complexas. Atualmente, para não ser considerado pobre, além de bem nutrido, o cidadão deve ter acesso, entre outros itens, à educação e saúde. Por sua vez, o conceito de globalização é mais impreciso. A maior parte dos autores analisados, entretanto, a localiza como o fenômeno do aumento de integração mundial, ocorrido no fim do século passado. Apesar de possuir diversos prismas, o mais visível seria o econômico. A inserção do Brasil na globalização pode, então, ser associada ao início da década de 1990, quando o modelo de economia fechada é progressivamente transformado em um modelo de integração competitiva. O problema se forma quando diversos trabalhos, afirmam essa seria a causa de um suposto aumento dos níveis da pobreza ao mesmo tempo que as estatísticas oficiais indicam exatamente o contrário. Isso posto, investiga-se os motivos que induzem essa bibliografia à essas conclusões. O resultado que se obtém é que, entre outros fatores, esses estudos, possuem pré-supostos políticos, o que prejudica a sua contribuição científica.

Palavras-chave: Pobreza. Globalização. Abertura Econômica.

ABSTRACT

Poverty can be understood as a state of lack. In the Middle Ages, this shortage was seen as natural, unchangeable, and was related to hunger. In the following centuries, the needs become more complex. Currently, to be not considered poor, the citizen should have access, among other things, education and health, and well nourished. In turn, the concept of globalization is more inaccurate. Most authors analyzed, however, defines the phenomenon as increasing global integration, which occurred at the end of the last century. Despite having many prisms, the most visible would be economical. The insertion of Brazil in globalization can then be associated with the beginning of the 1990s, when the closed economy model is progressively transformed into a competitive integration model. The problem forms when, several studies claim that would be the cause of an alleged increase in the levels of poverty while official statistics indicate just the opposite. That said, it investigates the reasons that induce this bibliography to these conclusions. The result obtained is that, among other factors, these studies have a pre-supposed political, undermining its scientific contribution.

Keywords: Poverty. Globalization. Economic Openness.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI ENTRE 1995 E 2005.....	88
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO T DE THEIL ENTRE 1995 E 2005.....	89
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI E T DE THEIL PARA RENDA <i>PER</i> <i>CAPITA</i>	90
GRÁFICO 4 – PORCENTAGEM DE MISERÁVEIS ENTRE 1992 E 2005.....	102
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.....	106
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE JOVENS ENTRE 18 E 22 ANOS QUE FREQUENTAM CURSO SUPERIOR.....	107
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER NO BRASIL (%).....	113
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE ÓBITOS ATÉ OS CINCO ANOS DE IDADE ENTRE MIL NASCIMENTOS.....	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 –	CARACTERÍSTICAS DE FAMÍLIAS DE REGIÕES METROPOLITANAS COM BASE NA PNAD.....	57
TABELA 02 –	EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA DE IMPORTAÇÃO NOMINAL.....	71
TABELA 03 –	INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL.....	76
TABELA 04 –	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE PRODUTIVIDADE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ENTRE 1994 E 2002.....	78
TABELA 05 –	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DE PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (%).....	80
TABELA 06 –	ÍNDICE DE GINI E T DE THEIL ENTRE 1995 E 2005.....	87
TABELA 07 –	VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA MÉDIA BRASILEIRA.....	91
TABELA 08 –	RENDA <i>PER CAPITA</i> EM ESTRATOS ENTRE 2001 E 2005...	93
TABELA 09 –	ANÁLISE DO RENDIMENTO MÉDIO DOS MAIS RICOS ENTRE 1981 E 1997.....	94
TABELA 10 –	VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE GINI POR REGIÃO.....	95
TABELA 11 –	MEDIDA DE BEM ESTAR DE SEN ENTRE 1992 E 2005.....	96
TABELA 12 –	TAXAS DE CRESCIMENTO DA RENDA DOMICILIAR E PIB <i>PER CAPITA</i>	97
TABELA 13 –	VARIAÇÕES DAS DISPARIDADES DO PIB PER CAPITA ENTRE AS REGIÕES MAIS RICAS E AS MAIS POBRES, POR PAÍSES SELECIONADOS.....	100
TABELA 14 –	VARIAÇÕES NA TAXA DE POBREZA MONETÁRIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E NAS TAXAS DE FECUNDIDADE ENTRE 1990 E 2009.....	104
TABELA 15 –	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PELO PISA EM 2000 E 2009.....	110
TABELA 16 –	DOCENTES COM CURSO SUPERIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL (%).....	111
TABELA 17 –	INDICADORES DE OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....	114
TABELA 18 –	INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR DRSAI, POR 100 MIL	

TABELA 19 –	HABITANTES.....	115
	NÚMERO DE ÓBITOS POR AIDS, POR 100 MIL	
	HABITANTES.....	116

LISTA DE SIGLAS

BIRD	-	Banco Internacional de Desenvolvimento
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
DRSAI	-	Saneamento Ambiental Inadequado
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FBKF	-	Formação Bruta de Capital Fixo
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDG	-	Índice de Desigualdade de Gênero
IED	-	Investimento Direto Estrangeiro
IPEA	-	Instituto de Economia Aplicada
IPM	-	Índice de Pobreza Multidimensional
ISEB	-	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAEG	-	Plano de Ação Estratégica do Governo
PEA	-	Pessoas Economicamente Ativas com Rendimento
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIN	-	Programa de Integração Nacional
PISA	-	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	-	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC	-	Rendimento das Pessoas Ocupadas
RDPC	-	rendimento domiciliar <i>per capita</i>
RIPSA	-	Rede Interagencial de Informações para a Saúde
SEAE	-	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SIDA	-	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SIM	-	Sistema de Informações em Saúde
SUS	-	Sistema Único de Saúde
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 POBREZA	16
2.1. DISCUSSÃO CONCEITUAL: DA FOME ÀS MULTIPLAS NECESSIDADES	16
2.2. O ENFOQUE DA RENDA.....	21
2.3. O ENFOQUE DAS NECESSIDADES BÁSICAS	25
3 GLOBALIZAÇÃO.....	29
3.1. DISCUSSÃO CONCEITUAL: FENÔMENO IMPRECISO	29
3.2. CONSENSO DE WASHINGTON, TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NEO-LIBERALISMO.....	36
4 CRÍTICAS À GLOBALIZAÇÃO.....	43
4.1. BREVE HISTÓRICO CRÍTICO	43
4.2. O COMPLEXO DE VIRA-LATAS.....	45
4.3. TERCEIRO MUNDISMO E TROCAS DESIGUAIS.....	48
4.4. A INFLUÊNCIA MARXISTA.....	53
4.5. A GEOGRAFIA CRÍTICA.....	60
5 INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO	68
5.1 MUDANÇA DE PARADIGMA	68
5.2 IMPACTO SOBRE A POBREZA	73
5.3 EVIDÊNCIAS DA QUEDA DA DESIGUALDADE	85
5.4 EVIDÊNCIAS DA QUEDA DA MISÉRIA E DA POBREZA INFANTIL	101
5.5 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	105
5.5.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO	106
5.5.2 EVOLUÇÃO DA SAÚDE	112
6 CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS.....	120

1 INTRODUÇÃO

Pobreza e globalização. Para muitos intelectuais, esses dois substantivos possuem uma relação direta. Ao desproteger seus mercados da economia internacional, os governos acabariam por deixar seus países expostos aos efeitos da globalização. O resultado, segundo esses autores, seria o aumento da pobreza. O objetivo dessa dissertação é, justamente, testar tal hipótese.

Para atingir esse objetivo da maneira mais científica possível, esse texto tentará realizar uma análise desprovida de ideologias e pré-supostos, ambicionando se aproximar do método de investigação proposto por René Descartes (1637). Desse modo, a matemática e a estatística será constantemente requisitada para embasar o trabalho e sua metodologia será orientada pela verificação, análise, síntese e enumeração.

Assim, o trabalho iniciará com a discussão dos dois conceitos que estão no bojo do problema abordado: “pobreza” e “globalização”. A conceitualização e a discussão dos termos serão realizadas nas seções dois e três e pretendem extravasar o mero sentido ilustrativo, subsidiando uma definição aprofundada.

A pobreza, inicialmente vista como uma condição imutável do indivíduo estava relacionada com o mínimo necessário para a sua subsistência. Esse entendimento perdurou até a metade do século XX. Apesar do posterior surgimento de pontos de vista mais complexos, que a entendem como um estado de carência multidimensional, o foco nas necessidades básicas, traduzidas em uma renda mínima, ainda é plenamente utilizado.

A globalização, por sua vez, é um fenômeno muito impreciso. Ainda que alguns a situem em outras épocas e tratem seus impactos como multidisciplinares, existe uma convergência da maior parte dos autores analisados em considerá-la um fenômeno essencialmente sócio-econômico, que ocorreu no fim do século XX, após a queda da União Soviética e a relativa vitória dos preceitos capitalistas.

À seção quatro está destinada a revisão bibliográfica e a enumeração das principais críticas a globalização. Nessa pesquisa foram identificados dois movimentos literários: o “Complexo de Vira-Latas” e o “Terceiro Mundismo”. Enquanto o primeiro tende a enxergar o Brasil com um olhar pessimista, sem embasamento estatístico, o segundo transporta a luta de classes, idéia marxista,

para o cenário geográfico mundial. Influenciado diretamente pela Teoria das Trocas Desiguais, esse prisma prega que os países podem ser divididos em explorados e exploradores. A América Latina e, conseqüentemente, o Brasil, seriam explorados pelos países ricos desde o início de suas histórias. Esses dois movimentos, somados à militância política marxista, acabaram por influenciar a Geografia Crítica e, conseqüentemente, toda a Geografia brasileira.

O modo como o país se inseriu na globalização se encontra na seção cinco. Nessa mesma seção, também constarão as conseqüências do fenômeno para o Brasil, assim como os impactos, diretos ou indiretos, sobre a população brasileira. Para atender a sua proposta metodológica, o trabalho procurou buscar evidências estatísticas em diversos índices que medem a qualidade de vida, em períodos antes e após o fenômeno, a fim de se obter um retrato matemático dos efeitos da integração econômica.

Finalmente, na conclusão, embasada pela estatística e pelos diversos trabalhos apresentados, o resultado da discussão proposta será exposto. Uma vez entendido do que se trata a pobreza e a globalização, se demonstrará a existência, ou não, de uma relação entre os fenômenos, assim como a suas conseqüências para a população.

Com isso, a presente dissertação espera cumprir o objetivo de fornecer subsídios para uma melhor compreensão da Geografia brasileira, quanto à relação entre a pobreza e a globalização.

2 POBREZA

2.1. DISCUSSÃO CONCEITUAL: DA FOME ÀS MULTIPLAS NECESSIDADES

A palavra “pobre” originou-se do latim, mais precisamente do adjetivo *pauper* e, segundo o Dicionário Essencial (2001), refere-se não só à pobreza, mas também aos adjetivos “pequeno”, “estéril” e à expressão “pouco abundante”. Por volta dos séculos XIII e XIV, o adjetivo latino foi agregado por outras línguas e era utilizado para se referir ao solo ou ao gado que não produzia o esperado. Desse modo, infere-se que, desde a sua origem, a palavra relaciona-se intimamente com a escassez de alimentos.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza (1982), durante a Idade Média ocorreram algumas transformações na sociedade que acabaram por embasar o conceito moderno de pobreza. Antes do século XII, a penúria era considerada algo natural e imutável. O pobre vivia nas vilas e, por ser considerado um “pobre de Cristo”, merecia a ajuda dos mosteiros. Nos séculos posteriores, o camponês, livre do trabalho servil, rumava para as cidades. Na maior parte das vezes, entretanto, sem conseguir o seu sustento, ele acabava por contribuir para o aumento dos miseráveis urbanos. A pobreza, então, passa a ser associada a cidade. Ainda segundo a autora, nos séculos XIII e XIV, esse seria o chamado “pobre laborioso”, dependente das esmolas e do poder público.

As chamadas “Leis dos Pobres” foram criadas na Inglaterra e, mediante imposto compulsório, tinham o intuito de funcionarem como um auxílio social, ainda que apresentassem punições aos que tivessem condições de trabalhar e não o fizessem. Em 1601, a chamada “Lei dos Pobres de Elizabeth”, determinava que fossem pagos aos incapacitados de trabalhar, uma quantia em dinheiro, produtos alimentícios, ou vestuário. Aos idosos pobres, a mesma lei poderia lhe ceder uma vaga em casas paroquiais subsidiadas por esmolas, as *alms houses*. Desse modo, verifica-se que a idéia de pobreza antiga, estava vinculada à cidade e era focada na mera sobrevivência física do indivíduo, ou seja, nas suas demandas biológicas mais básicas.

A Teoria Populacional Malthusiana de 1798 ilustra, muito bem, o foco unidimensional dos estudos relativos à pobreza anteriores ao século XIX. Nela, Thomas Malthus afirma que a população crescerá em uma progressão geométrica

enquanto a produção de alimentos cresceria em um ritmo aritmético. Desse modo, em virtude da queda da mortalidade, com a quantidade de pessoas crescendo mais rápido do que a produção de alimentos, a fome seria uma realidade inevitável em um futuro próximo. Adiantando-se a teoria evolucionista de Charles Darwin de 1859, Malthus acreditava que as guerras, as doenças e a própria pobreza funcionariam como controles populacionais, reduzindo o tamanho da população, quando essa estivesse em tamanho excessivo, sendo novamente equilibrada, a proporção entre indivíduos e alimentos. Assim, ao relacionar a pobreza com a escassez de alimentos, infere-se que tal teoria é mais um exemplo de foco unidimensional sobre o fenômeno.

Ainda no século XVIII, o médico Johann Peter Frank publica “A miséria do povo, mãe das enfermidades”. Segundo Buss (2000), essa obra anuncia a pobreza urbana como a maior responsável pelas grandes epidemias que assolavam o cotidiano da época. Para o autor, no século seguinte, o intelectual inglês Sir Edwin Chadwick, seguindo a mesma linha de pensamento de Frank, afirma que a pobreza é, muitas vezes, a consequência de doenças. Assim, no início do século XIX, a pobreza passou a ser relacionada com a doença e vice-versa, o que acabou por conscientizar os governos europeus a respeito da importância de melhoras na saúde pública.

Essas seriam as raízes da conceituação da pobreza pelo enfoque da sobrevivência, ou seja, o entendimento que a pobreza seria a incapacidade da manutenção do indivíduo, o que o levaria à doença e, conseqüentemente, à morte. Segundo Crespo e Gurovitz (2002), primeiramente na Inglaterra e posteriormente em toda a Europa, esse enfoque orientou a formulação das políticas sociais durante a depressão da década de 1930 e no período pós-guerra, tendo sido utilizado inclusive pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD). Apesar de originar-se ainda no século XIX, esse tipo de conceituação perdurou até a década de 1950:

Com a utilização de medidas estatísticas, formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o Estado de bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas. Seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal. A maior crítica que esse enfoque sofreu foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência (CRESPO E GUROVITZ, 2002, P. 04).

Entretanto, apesar dos autores afirmarem que é somente nas últimas décadas do século XX que o conceito de pobreza passa a agregar algumas demandas não-biológicas como a cultura e a educação, o francês Alexis de Tocqueville¹ pregava uma idéia semelhante ainda no século XIX. Isso pode ser verificado em citação do francês, retirada de um artigo de Ricardo Rodríguez (2001):

A medida que o tempo segue o seu curso, a população que cultiva a terra concebe gostos novos. A satisfação das mais grosseiras necessidades não a deixava contente. O camponês, sem abandonar o campo, quer se encontrar melhor alojado, melhor instalado; ele já pressente as doçuras do conforto e deseja procura-las. (...) Tenho mostrado que na origem das sociedades os homens praticamente não tinham senão necessidades naturais, somente buscavam viver; mas na medida que as satisfações da vida se estendem mais, eles desenvolvem o hábito de se dedicar a algumas delas, e estas terminaram por se converter em algo tão necessário quanto a própria vida (1991 citado por RODRÍGUEZ, 2001, P. 14 e 15).

Embora Tocqueville estivesse se referindo as mudanças provocadas pela Revolução Industrial, uma vez que seu artigo foi escrito em 1835, seu texto acaba por bem representar as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos do pós-guerra no século XX. Apesar da visão inovadora, organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), só aderiram ao tratamento da pobreza como múltiplas necessidades, a partir da década de 1970, quando serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura passaram a ser considerados exigências básicas para as famílias. Essa ampliação da visão da sobrevivência foi chamada de enfoque das necessidades básicas.

Ainda segundo Crespo e Gurovitz (2002), na década seguinte, 1980, as pesquisas sobre a pobreza se tornam ainda mais complexas e buscavam uma maior rigidez científica para que houvesse a possibilidade de comparação entre estudos internacionais. Os autores destacam, então, o surgimento de um segundo ponto de vista, além das necessidades básicas.

Influenciado pelos precursores do Consenso de Washington, esse prisma se utiliza da premissa que o bom desempenho da economia beneficia todos os sujeitos, inclusive os mais pobres. Esses estudos se baseariam no Produto Interno Bruto (PIB), os mais antigos, e na distribuição de riqueza, os mais novos. Enquanto o PIB seria dado pela soma de todos os produtos e serviços, produzidos por uma região, em um determinado período, para se calcular a distribuição de renda, as principais

¹ TOCQUEVILLE, A. *Oeuvres*, I. Paris: Gallimard, Pléiade, 1991.

ferramentas utilizadas seriam o PIB *per capita*, o Índice de Gini e o T de Theil. Apesar de permitir comparações internacionais, as análises pela distribuição são limitadas pelo fato de só permitirem verificar a pobreza relativa. De certa forma, esse ponto de vista não relaciona-se diretamente com a visão de necessidades humanas, uma vez que sua principal fonte de análise seria a economia.

O mesmo não acontece com o enfoque das necessidades básicas. Esse ponto de vista destaca aspectos sociais, como por exemplo, a saúde e o nível educacional da população. Apesar do surgimento do ponto de vista econômico distributivo, visto no parágrafo acima, os estudos com base nas necessidades prosseguiram evoluindo. Muitos desses, entretanto, não descartam a análise da renda, apenas relativizam a sua importância, pois ela seria apenas uma das diversas variáveis a serem analisadas. O principal exemplo de produto dessa corrente, seria o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde são levados em conta a educação, a longevidade e também a renda da população. Amartya Sen (2000), um dos criadores do índice, explica o modo como a renda, conceitualmente, ficaria ao lado de outras variáveis.

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, P. 109).

Ainda no seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, o autor explica melhor o foco social e o modo como iguala a pobreza às privações das capacidades de um sujeito. Para ele, a pobreza seria um obstáculo ao desenvolvimento, juntamente com “(...) a tirania, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (SEN, 2000, P. 18). O desenvolvimento seria exatamente o oposto, ou seja, um processo de expansão das liberdades reais. Como uma tautologia, ele afirma “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais.” (SEN, 2000, P. 25). Desse modo, o indiano traz para dentro do conceito da pobreza, a falta de oportunidade política e econômica. É importante frisar que quando o autor se refere a liberdades, ele está se referindo desde a liberdade de escapar de morrer de fome até a

liberdade de votar em eleições.

Influenciados pelo indiano e após analisar a evolução conceitual, Crespo e Gurovitz (2002) acabam por propor a sua própria definição de pobreza. Ela é vista como um fenômeno multidimensional, associando o bem-estar humano tanto a fatores materiais, quanto a fatores mais subjetivos:

Através dos vários tópicos desenvolvidos no artigo conclui-se que a pobreza é um fenômeno multidimensional em que há falta do que é necessário para o bem-estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres que os sujeita à exploração; a propensão à doença; a falta de infra-estrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco. (CRESPO E GUROVITZ, 2002, P. 11)

Os conceitos de pobreza do século XXI tentam, com dificuldade, captar essa complexidade da pobreza moderna. Conceitualmente, se pode notar uma tendência de fusão dos pontos de vista da renda e do bem-estar. Sônia Rocha (2007), concorda com a complexidade de se conceituar o tema:

Entretanto, do que se trata quando, especificamente, nos referimos à pobreza? Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2007, P. 09).

Ela apresenta tanto uma noção complexa do que seria o fenômeno, propondo até mesmo especificar um nível mínimo de necessidades, quanto uma noção mais simples, referindo-se à uma pobreza em relação à sociedade a qual se está inserido. Em ambas, entretanto, ela vai além da simples observação da renda.

Os estudos econômicos, geralmente apresentam conceitos mais simples, mas também focados entre a renda e as necessidades básicas da população. No seu “Dicionário de Economia do Século XXI”, o economista Paulo Sandroni (2005) apresenta a seguinte definição:

Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação (...). (SANDRONI, 2005, P. 274).

Desse modo, pode-se verificar que a tarefa de conceituar pobreza é extremamente complexa, pois as necessidades humanas evoluíram tanto quanto as sociedades as quais o indivíduo está inserido. Conforme verificado, atualmente, os estudos sobre o tema utilizam, praticamente, dois prismas: o enfoque na renda e o enfoque nas necessidades básicas. Enquanto o primeiro se baseia na economia do país e na renda da população, o segundo se baseia em itens que traduziriam as necessidades básicas da população, mas sem desqualificar, porém minimizando, o fator renda. Complementando esses dois prismas, há, ainda, estudos que vinculam fatores mais subjetivos, como a liberdade de expressão e a participação política.

Essa dissertação, para atingir mais completamente um de seus objetivos, o de mensurar a evolução da pobreza, pretende utilizar os dois enfoques. Além de analisar indicadores sociais, como a escolaridade e a saúde da população, ela dará destaque para a renda, indo de acordo com a afirmação de Sen (2000) de que ela própria pode ser a razão primária da carência de outros quesitos. Desse modo, a dissertação pretende apresentar um quadro detalhado sobre a evolução da pobreza no Brasil.

2. 2. O ENFOQUE DA RENDA

As análises tradicionais desse ponto de vista, com ênfase no PIB *per capita*, já não eram suficientes para representar a complexidade do mundo moderno. Países ricos, mas com má distribuição de renda, por exemplo, poderiam apresentar altos índices de PIB *per capita*, mas esses não indicariam a real situação do país, pois essa não se traduziria em benefícios para a maior parte da população. A riqueza poderia estar concentrada nas mãos de uma minoria. As análises dessa corrente, então, passaram a dar destaque à distribuição de renda e no estabelecimento de linhas de indigência ou pobreza (CRESPO E GUROVITZ, 2002). Dois exemplos de ferramentas utilizadas para avaliar a distribuição são o Coeficiente de Gini e o T de Theil.

O Coeficiente de Gini é uma medida criada em 1912 pelo italiano Corrado Gini. Por ter sido amplamente utilizada para o cálculo da desigualdade de renda,

acabou sendo associado exclusivamente à tal fim, apesar de poder ser utilizado para qualquer tipo de distribuição. O coeficiente consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 é uma situação onde todos possuem a mesma renda e 1 onde apenas uma pessoa possui toda a renda, não sobrando nada para nenhuma outra. Desse modo, o seu resultado pode ser entendido com a porcentagem de renda que está concentrada, de modo que números baixos indicam uma melhor distribuição e os altos, uma pior. Por exemplo: enquanto pesquisas apresentam resultados em torno de 0,51 ou 51 para o Brasil, país com reconhecida concentração de riqueza, as mesmas apresentam números por volta de 0,23 ou 23 para a Suécia, país em situação oposta.

Por sua vez, o T de Theil foi criado por Henry Theil em 1967. Assim como em Gini, apesar de poder ser utilizado em vários campos estatísticos, ele está grandemente vinculado ao cálculo da desigualdade da renda. Nesse sentido ele compreende a razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar *per capita*. Assim como em Gini, em Theil, quanto maior o valor, mais concentrada estaria a renda e vice-versa.

Apesar das análises com base nos índices de distribuição serem uma evolução do enfoque da renda, as antigas metodologias que avaliam o PIB e o PIB *per capita* não podem ser desconsideradas, pois podem ocorrer distorções pelo fato de ser possível um país possuir uma renda bastante homogênea, entretanto, muito baixa, o que não acarretaria em uma boa qualidade de vida para a sua população. Um belo exemplo dessa situação seria o Afeganistão, um país reconhecidamente pobre, onde a expectativa de vida se situa abaixo dos cinquenta anos (ONU, 2012). Segundo o Banco Mundial (2013), o país asiático em 2008, apresentava um índice de Gini de 0,27. Esse resultado o coloca entre as melhores distribuições de renda do planeta, ficando a frente de países como a Argentina, o Uruguai e, inclusive, o Brasil. A visualização do PIB *per capita* explica a situação: enquanto o Afeganistão apresenta, para o ano de 2011, um resultado de 956 dólares, a Argentina, o Uruguai e o Brasil apresentam, respectivamente, cifras de 17.516, 15.112 e 11.769 dólares (FMI, 2012). Isso indica que, no caso da nação afegã, apesar da riqueza estar bem distribuída, ela é extremamente pequena, não se revertendo em qualidade de vida para a maior parte de sua população. Apesar de ser um exemplo extremo, essa situação reforça a tese de que para se ter um retrato próximo da situação real, deve-se analisar a pobreza sempre sob diferentes prismas.

Segundo o Instituto de Economia Aplicada (2007), para tentar sanar essa dificuldade, em 1976, antes de desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano, Amartya Sen propôs a construção de uma medida de equidade. Essa medida seria um função de bem-estar social e multiplicaria a renda média pelo resultado de 1 menos o índice de Gini. O seu raciocínio é de que o bem-estar do país, proporcionado pela renda, é reduzido pela desigualdade.

Outra dificuldade metodológica encontrada por essas análises decorre do fato que as necessidades não são uniformes em todas as sociedades. Numa situação hipotética, em um país, pobreza é não ter o produto “x”. Em outro, para ser pobre, a pessoa tem que possuir menos de 3 unidades do mesmo produto “x”. Quanto mais rica for a nação, mais o conceito de pobreza se distanciará das necessidades básicas de sobrevivência. É possível que um indivíduo considerado pobre na Dinamarca, não seja considerado pobre no México. Mesmo dentro de um mesmo grupo, é impossível afirmar que exista um juízo que seja unânime ao relacionar uma renda que comporte uma cesta de objetos que sejam imprescindíveis à vida de cada um de seus membros. Com base nestas diferenças, há uma distinção entre o enfoque da pobreza como algo relativo ou como algo absoluto.

A pobreza relativa se relaciona diretamente com a distribuição de renda porque define como pobre aquele que possui menos riqueza do que os outros, dentro da mesma sociedade. Assim, todo país seria dividido em pobres e ricos, salvo uma situação onde todos, sem exceção, possuíssem o mesmo nível de renda. Mesmo que a nação crescesse geométricamente a sua riqueza, bastaria que metade da população ganhasse um dólar a mais para que essa fosse classificada como os 50% mais ricos e a outra metade como os 50% mais pobres. Apesar de limitada, a pobreza relativa permite verificar, por exemplo, se um crescimento econômico foi mais benéfico aos pobres ou aos ricos. Essas análises são particularmente úteis no caso de países que possuem grandes economias, mas que, ao mesmo tempo, possuem grandes concentrações de renda, como o Brasil. Além da utilização dos índices de Gini e o T de Theil, essas análises também costumam fragmentar a população em grupos de mais ricos e mais pobres.

As pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA), por exemplo, produzem boa parte de seu material, sob o foco dessa corrente. No fragmento abaixo, o instituto afirma que é possível se obter uma renda, dentro de um mesmo recorte, que sirva como divisor de águas entre pobres e ricos, de acordo

com o medidor de desigualdade.

Há, portanto, uma renda (λ) que delimita os relativamente ricos e os relativamente pobres. A pessoa é relativamente rica se sua renda é maior do que λ , e é relativamente pobre se sua renda for menor do que λ . O valor desse limite λ depende da medida de desigualdade adotada. O λ associado ao T de Theil tende a ser maior do que o λ associado ao índice de Gini, que, por sua vez, é maior do que o λ associado ao L de Theil (que é igual à renda média). (IPEA, 2007, P. 103).

O instituto também afirma que, um mesmo acréscimo de renda de uma pessoa, dependendo da variância do medidor de desigualdade, a pode classificar como “relativamente rica” ou “relativamente pobre”.

Dada uma distribuição de renda e adotada uma medida de desigualdade sensível a modificações na renda de todos os indivíduos, uma pessoa é considerada “relativamente rica” se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em aumento da medida de desigualdade. Por oposição, uma pessoa é considerada “relativamente pobre” se um pequeno acréscimo em sua renda resulta em diminuição da medida de desigualdade. (IPEA, 2007, P. 102)

Isso indica que uma pessoa que se situa na parcela que concentra a maior parte da renda, ao receber um aumento de salário, torna a renda ainda mais concentrada. Por outro lado, quando uma pessoa, que pertence à parte que concentra a menor parte, recebe o mesmo aumento, a renda torna-se menos concentrada, pois a parte inferior cresce rumo à igualdade com a parte superior.

Por sua vez, a pobreza absoluta, novamente segundo Crespo e Gurovitz (2002), ocorreria quando houvesse uma fixação de padrões para um nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza. Seria considerada pobre, a porcentagem da população que se encontraria abaixo deste padrão de vida mínimo, representado por uma renda. Para os autores, a pobreza absoluta poderia ter três enfoques: o biológico, o das necessidades básicas e o do salário mínimo. Sob o enfoque biológico, a renda deveria comprar os alimentos que compusessem uma dieta mínima. Sob o enfoque das necessidades básicas, a renda deveria adquirir, além dos alimentos, um mínimo de serviços essenciais, como saneamento e transporte. Já o enfoque do salário mínimo prega que existiria uma renda que daria acesso a uma qualidade de vida mínima.

Grandes instituições internacionais, como o Banco Mundial, costumam traçar linhas de pobreza absoluta utilizando um foco biológico, ou seja, definem por pobres aqueles que não conseguem a renda necessária para obter uma dieta alimentar

adequada. As linhas levam em conta a situação econômica do país, logo os mais ricos terão linhas mais altas do que os mais pobres. Ravallion (2010) analisou uma grande quantidade de linhas de pobreza nacionais e concluiu que elas variam entre pouco menos de um dólar, nos países mais pobres, até 40 dólares por dia, nos países mais ricos. Na sua análise, o autor também propõe uma linha absoluta mundial, que seria de 1,25 dólares por dia, com o poder de compra de 2005.

A construção dessas linhas, entretanto, também apresenta algumas limitações metodológicas. A principal se refere à necessidade de um juízo humano que relacione quais seriam os itens da cesta básica ou quais seriam as necessidades básicas a serem preenchidas preferencialmente. Apesar das dificuldades, as linhas da pobreza são especialmente úteis para analisar a evolução dos países mais pobres, pois suas necessidades são mais homogêneas do que as dos países mais ricos.

Apesar da renda ser o principal meio pelo qual o indivíduo opera em uma sociedade capitalista, afim de se obter uma melhor percepção da pobreza, as análises realizadas sob a perspectiva da renda, devem ser vistas em conjunto com outros pontos de vista, pois ela possui algumas limitações metodológicas. De qualquer modo, a principal contribuição desse enfoque estaria na visualização, do modo como a movimentação da economia, pode influenciar diferentemente os mais ricos e os mais pobres.

2.3. O ENFOQUE DAS NECESSIDADES BÁSICAS

O enfoque das necessidades básicas opta por classificar a qualidade de vida através de variáveis não-econômicas. Apesar das análises mais modernas não desqualificarem a renda, a essência desse enfoque está na visualização de itens como saúde e educação. Por esse ponto de vista, ser pobre seria não ter atendidas algumas necessidades consideradas básicas. A renda seria um dos meios de se obter o acesso à esses serviços.

Desse modo, a sua principal contribuição estaria em verificar se a população realmente estaria tendo acesso a uma boa qualidade de vida, pois poderia haver casos em que o crescimento econômico não se traduziria em melhores condições

para a população. Esse seria o caso do Gabão. Esse país africano, em 2011, obteve uma renda *per capita* maior que a do Brasil. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2013), a renda do pequeno país africano foi de 16.183 dólares, enquanto a brasileira foi 11.769 dólares. Apesar desse resultado, seria desconexo afirmar que o Gabão seria mais rico pois, segundo a Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), a sua expectativa de vida, em 2010, seria de 61,3 anos, enquanto a Brasileira seria 72,9. Nesse exemplo, ainda que a alta renda *per capita* coloque o Gabão como um dos melhores países africanos em termos de qualidade de vida, ela não se traduz em benefícios na mesma proporção do que Brasil. Entretanto, o fato de estar bem colocado entre o países da África, não deixa de demonstrar que existe uma relação entre a renda e a pobreza.

Assim como no caso da construção de linhas de pobreza absolutas, uma das dificuldades do enfoque das necessidades, reside no fato de se enumerar quais elas seriam. Apesar da necessidade de um juízo humano para as definir, existe um certa unanimidade em afirmar quais seriam as mais básicas, pois essas seriam pré-condições para outras mais complexas. O economista indiano Nanak Kakwani (2006) confirma que existiriam necessidades que seriam pré-requisitos para outras:

Quais deveriam ser estas capacidades básicas? Uma resposta a esta pergunta exige juízos de valor, que devam refletir prioridades sociais adequadamente avaliadas. Enquanto, não existir uma concordância universal sobre o que são essas capacidades básicas, ainda é possível se chegar a acordo sobre algumas capacitações básicas. Por exemplo, se uma pessoa não for capaz de ser bem-nutrida, de se vestir e de se abrigar em moradia de forma adequada, e não conseguiu evitar a morbidade para qual haja prevenção, então ele ou ela pode ser classificado como privado de capacitações básicas. Essas capacitações que dizem respeito à saúde, educação, habitação, vestuário, alimentação e água potável podem ser razoavelmente consideradas como recursos sobre os quais podemos concordar que sejam fundamentais (KAKWANI, 2006, P. 01).

Pode-se notar que no texto do autor, a influência do trabalho do compatriota Amartya Sen, em enxegar a pobreza como a incapacidade de possuir algo. Para o economista, saúde, educação, habitação, vestuário, alimentação e água potável, poderiam ser mundialmente aceitas e entendidas, como as necessidades básicas.

Foi na tentativa de oferecer uma ferramenta alternativa ao prisma meramente econômico, utilizando as necessidades básicas, que Sen, junto com o paquistanês Mahbub ul Haq, desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A proposta dos pesquisadores era medir o desenvolvimento não apenas pela

economia, mas também pelo bem-estar geral da população. Assim, o IDH se propõe a focar nas necessidades básicas, sem desqualificar a renda. Entretanto, por ser um indicador sintético, as variáveis tidas como básicas foram reduzidas à quatro indicadores: esperança de vida ao nascer, média de anos de escolaridade, anos de escolaridade esperados, além do próprio rendimento nacional bruto *per capita*. A expectativa de vida poderia resumir os fatores relacionados à saúde, e as demais necessidades, além da educação, poderiam ser supridas através da análise da renda *per capita*.

O índice foi utilizado pela primeira vez em 1990, na primeira de uma série de publicação anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o “Relatório de Desenvolvimento Humano”. Esses relatórios compreendem uma série de estudos demográficos que utilizam o índice como matéria-prima. Segundo o PNUD (2010), o IDH representaria três dimensões da qualidade de vida da população: saúde, educação e padrão de vida. Um bom nível desses itens levariam a uma vida longa e saudável, com acesso ao conhecimento e a um certo nível de conforto.

Um trecho do prefácio do “Relatório de Desenvolvimento Humano” de 2010, ilustra bem a diferença entre a análise do ponto de vista meramente econômico e a proposta do IDH:

Muitos países obtiveram grandes ganhos na saúde e na educação apesar de um modesto crescimento no rendimento, enquanto que outros países com um forte crescimento econômico ao longo de décadas não conseguiram progressos igualmente impressionantes na esperança de vida, na educação e nos padrões de vida em geral. Os melhoramentos nunca são automáticos – requerem vontade política, liderança corajosa e o continuado empenho da comunidade internacional (PNUD, 2010, P. 04 e 05).

Nesse extrato pode-se verificar que a intenção do índice seria permitir a verificação do progresso da qualidade de vida da população. Poderiam ocorrer situações que o crescimento econômico não conseguiria aumentar o acesso à educação e à saúde facilmente. Para o relatório não existiria uma relação de causa e efeito automática entre o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida. Esse seria o caso do Gabão, visto anteriormente. Por outro lado, também existiriam exemplos de países que, mesmo sem um grande crescimento econômico, conseguiram melhorar a vida de sua população. Esse seria o caso do Brasil, conforme será explicado posteriormente.

Existem diversas críticas quanto ao IDH e ao “Relatório de Desenvolvimento Humano”. Uma das principais é a falta de considerações ecológicas e de equidade. O último relatório (2011), entretanto, reserva grande parte de suas páginas para discutir esses temas, o que aponta uma crescente preocupação com os mesmos. Partindo da premissa que a degradação ambiental é mais prejudicial, justamente, à camada mais pobre da população, foram integradas ao Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), as privações ambientais. Também foi criado o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que propõe demonstrar de que forma restrições à saúde sexual podem resultar em desigualdades de gênero. Desse modo, os relatórios demonstram estar abertos à alterações e a complementações.

Outras críticas apontam que o índice possui pouca utilidade e é limitado. O economista Bryan Caplan (2009), em artigo publicado na *internet*, faz a seguinte afirmação: “Scandinavia comes out on top according to the HDI because the HDI is basically a measure of how Scandinavian your country is” (CAPLAN, 2009). A tenaz crítica do economista reside no fato de que os países escandinavos, que sempre figuram nas primeiras posições do ranking do IDH, seriam o modelo ideal de humanidade. O que o economista não faz em seu texto, entretanto, é propor outro modelo de país desenvolvido a ser seguido.

Desse modo, apesar das críticas, ainda não foi desenvolvido um índice que tenha obtido pleno sucesso na capacidade de medir a qualidade de vida da população. A maioria das críticas limitam-se à questionar a falta de análise do IDH para alguns itens, mas sem propor outro sistema. Dessa forma, na falta de melhores ferramentas, o IDH, se traduz no melhor indicador sintético para se analisar a pobreza sobre o ponto de vista das necessidades básicas.

O enfoque das necessidades, assim como o enfoque da renda possui algumas limitações. A principal seria a necessidade de um juízo humano para enumerar quais seriam as demandas humanas mais básicas. Entretanto, seria razoável afirmar que, além de uma dieta mínima – o enfoque da sobrevivência, existiriam algumas que seriam primárias. Elas poderiam ser agrupadas e resumidas nos termos saúde e educação e sua amplitude, não necessariamente seria proporcional à grandeza econômica do país, ainda que seja impossível descartar uma relação entre essas. Por esse motivo, a utilização desse enfoque em conjunto com o enfoque da renda parece ser o melhor e mais completo meio de se analisar a pobreza.

3 GLOBALIZAÇÃO

3.1. DISCUSSÃO CONCEITUAL: FENÔMENO IMPRECISO

Assim como acontece com a palavra pobreza, o termo “Globalização” é usado amplamente nas discussões acadêmicas e não-acadêmicas, ainda que a sua conceituação seja complexa e ambígua. Entretanto, uma vez que a sua utilização encontra-se em crescente voga nos meios produtores de informação, existe uma considerável gama de autores que se colocam a pensar o fenômeno.

Do “Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis” (1998), as definições de “Globalização” e “Globalizar”:

_sf (globalizar+ção) **1** Ato ou efeito de globalizar. **2** Percepção sincrética, sem consciência de detalhes, freqüente nas crianças. **3 Econ** Fenômeno observado na atualidade que consiste na maior integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países.

(global+izar) vtd **1** Dispor ao redor de um ponto, considerado como centro de uma esfera. **2** Diz-se de associações múltiplas em torno de uma idéia ou assunto: *Globalizar o ensino.*

Por “disposição ao redor de um ponto” pode-se entender que, historicamente, a globalização começou quando o *homo sapiens* partiu da África para o resto do globo. Ao mesmo tempo, por “associações múltiplas em torno de uma idéia”, pode-se entender que a movimentação das grandes religiões pelo planeta, seria uma forma de globalização. De fato, como fenômeno observado na atualidade, apesar do consenso em alguns prismas, o conceito de globalização permanece impreciso.

Segundo Helena Lastres (1997), o termo globalização surgiu nas escolas de administração dos EUA durante os anos 80. Para ela a palavra continha uma ideologia que, junto a uma vulgarização do termo, fez com que, de início, houvesse uma certa rejeição do meio científico.

O sociólogo Octavio Ianni (1994) confirma que no fim do século XX, surge um conceito que pode ser considerado historicamente novo. Ao mesmo tempo, por agregar diversos prismas, a sua definição seria um trabalho extremamente complexo.

Nesta altura da história, no declínio do século XX e limiar do XXI, as ciências sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. O seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez, são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, os processos e as estruturas económicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional, o pensamento científico, em suas produções mais notáveis, elaborado primordialmente com base na reflexão sobre a sociedade nacional, não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global (IANNI, 1994, P. 01).

O autor, então, acaba por encarar o ato de “pensar a globalização” como um desafio epistemológico: ele afirma que os processos e as estruturas, sob diferentes prismas, se desenvolvem em escala mundial e que as reflexões sobre sociedades nacionais não são suficientes para compreender o fenómeno.

Para Prado (2003), pode-se perceber quatro linhas básicas de compreensão do fenómeno:

- 1) Globalização como uma época-histórica;
- 2) Globalização como um fenómeno sociológico de compressão do espaço e tempo;
- 3) Globalização como hegemonia dos valores liberais e
- 4) Globalização como fenómeno sócio-económico.

Como exemplo do primeiro item, ele cita a posição do jornalista Ignacio Ramonet, que define a Globalização como a principal característica do ciclo histórico que começou após as quedas do muro de Berlim e da União Soviética, e acabou por redefinir conceitos políticos como o do Estado-nação e o da soberania. Outros autores, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, também encarariam o fenómeno como um período histórico.

Já como exemplo do segundo item, o autor diz que David Harvey acredita que a tecnologia do mundo moderno permitira uma compressão do espaço e do tempo. Essa compressão acabaria por favorecer o capital globalizado e desfavorecer o poder dos trabalhadores. Entretanto, isso poderia levar a situações onde o localismo e o nacionalismo seriam mais estimulados do que o internacionalismo.

Como hegemonia dos valores liberais, esta ideia poderia tomar dois rumos: como criação ideológica para legitimar a atual ordem internacional ou como fenómeno real e observável. Como exemplo do primeiro rumo, o autor afirma que Paul Hirsch enxerga uma economia dominada pelas grandes nações norte-

americanas e européias, além do Japão:

Segundo este autor a economia mundial permanece dominada pelos três maiores blocos de riqueza formada pela Europa, Japão e América do Norte. Hirsch argumenta, ainda, que o investimento direto estrangeiro está concentrado em um número limitado de países, sendo que fora da tríade este concentra-se em alguns países em desenvolvimento e em regiões de grandes países, como na Costa da China. Poucas empresas seriam transnacionais, isto é, realmente internacionalizadas, sendo que a grande maioria seriam multinacionais, isto é, empresas cultural e economicamente fortemente vinculadas ao país sede, e que opera em vários países. Finalmente, ele vê com ceticismo as grandes quantias que são diariamente negociadas nos mercados financeiros, uma vez que elas representam repetidas negociações dos mesmos capitais, em geral sem maior relação com o comércio (PRADO, 2003, P. 03).

Como exemplo do segundo rumo, o autor cita Francis Fukuyama como exemplo e afirma que, por esse ponto de vista, a globalização seria a universalização dos valores da democracia liberal e da ordem econômica baseada no modelo de mercado norte-americano.

Por sua vez, a idéia de fenômeno socioeconômico seria argumentada por autores como Reinaldo Gonçalves. Para esse prisma, a globalização estaria ocorrendo ao longo das últimas décadas, fruto da interação de três processos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

Finalmente, Prado (2003), a partir de suas análises, escreve o seu próprio conceito de globalização, tomando como partido o último dos quatro pontos de vista por ele apresentados:

Dada as distintas interpretações sobre o conceito, e a maneira pouco precisa em que, em alguns casos, este é discutido, preferimos optar por uma definição simples e facilmente mensurável. Definimos globalização como o processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado. Em vista desta definição, incluímo-nos, portanto, entre os defensores da idéia de globalização como fenômeno socioeconômico. Nesse sentido, pode-se dividir o fenômeno da globalização em três processos, que, no entanto, estão profundamente interligados: globalização comercial, globalização financeira e globalização produtiva (PRADO, 2003, P. 04).

Desse modo, o autor acaba por adotar o prisma que enxerga o fenômeno como um processo de integração econômica. Para ele, esse seria o modo mais simples de se enxergar a globalização.

Apesar dos diversos pontos de vista levantados, pode-se criar um cenário onde todos acabam por convergir para um fenômeno só, ainda que visto sob lentes diferentes. Os quatro itens destacados pelo autor, podem ser entendidos como uma sucessão de causas e efeitos, ou até mesmo uma tautologia.

O primeiro item vincula a época histórica de nascimento da globalização ao fim da Guerra Fria. O colapso da União Soviética e o fim da bi-polaridade mundial seriam as provas de um suposto fracasso do modelo socialista. Com isso, os valores do vencedor ideológico, o capitalismo, não encontrariam mais resistência, salvo raríssimas exceções, e se tornaria hegemônico, o que prega o terceiro item. Graças a essa hegemonia, o liberalismo econômico encontraria um terreno fértil para vingar, o que diminuiria as barreiras comerciais. Com menos barreiras, a mão de obra e as matérias primas teriam maior mobilidade, produzindo uma maior integração sócio-econômica, o quarto item, e um maior intercâmbio tecnológico. Acrescenta-se a esse último fator, a tecnologia disponibilizada pelo fim da corrida armamentista, através da qual seria possível obter produtos mais avançados e mais baratos, causando avanços nas telecomunicações e nos transportes, o que permitiria uma virtual minimização do espaço e do tempo, o segundo item. Desse modo, infere-se que pela análise do autor, todos os caminhos levariam a um só. A globalização poderia ser entendida como um fenômeno ocorrido após a Guerra Fria, onde a virtual vitória ideológica do capitalismo levou a um *modus operandi* relativamente hegemônico, permitindo uma maior integração sócio-econômica mundial, facilitada por avanços tecnológicos.

A palavra pode ser vista no título do livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” de Milton Santos (2007). Quanto a sua existência e ao seu início, ele pontua como a maioria dos pensadores. Ela seria real e começaria a existir com o advento dos avanços tecnológicos do fim do século XX.

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada (SANTOS, 2007, P. 37).

Quanto a sua conceituação, o geógrafo concorda com a idéia de fenômeno sócio-econômico, pois, apesar de não dar ênfase a questão epistemológica, com a leitura atenta de seu livro, consegue-se destacar a seguinte passagem: “A globalização é,

de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2007, P. 23).

Assim, o seu entedimento sobre a globalização seria muito parecido com os quatro pontos de vista analisados por Prado (2003). No parágrafo destacado anteriormente, ele concorda com a época histórica, o fim do século XX, e com a virtual compressão mundial, em virtude da tecnologia. Já nesse parágrafo, ao fazer menção a um “mundo capitalista”, pode-se tanto entender que concorda com a idéia da hegemonia capitalista, quanto com a idéia sócio-econômica. Entretanto, a definição do que seria esse “mundo capitalista” poderia, ainda, guardar outros prismas.

Apesar da grande gama de autores que indicam que o fenômeno é fruto do século XX, há que se destacar que existem aqueles que marcam o seu início para épocas mais remotas. A maioria desses trabalhos a relacionam com o a expansão européia da época das grandes navegações: “Sobre a data que a globalização teria começado, vários autores a localizam no século XVI, no início da expansão capitalista e da modernidade ocidental.” (CANCLINI, 2007, P.41). Esses autores entendem que o grande aumento de troca de mercadorias, ocorrido através dos navios europeus, seria o princípio da integração econômica mundial, como Ferguson (2010) explica, ao comentar sobre o comércio entre a Inglaterra e a Índia do século XVII:

Os mercadores ingleses tinham pouco a oferecer para os indianos que estes já não fizessem sozinhos. Então pagavam com dinheiro, usando o metal proveniente do comércio em outro lugar, em vez de trocar mercadorias inglesas por indianas. Hoje, chamamos a expansão desse processo de globalização, termo pelo qual queremos dizer a integração do mundo em um único mercado (FERGUSON, 2010, P. 40 e 41).

Canclini (2007), entretanto, acredita que a possibilidade de situar a globalização fora do século XX adviria da falta de distinção entre internacionalização e a transnacionalização. O autor concorda que a internacionalização econômica teria ocorrido durante as grandes navegações, entretanto, naquela época, a maioria dos bens consumidos pela população era produzida em seu próprio interior. Os importados eram minoria. Já a transnacionalização seria um processo seguinte, onde se formariam as empresas, organismos e produtos transnacionais, ou seja, aqueles cuja sede ou origem não se encontra exclusivamente em uma nação. Esse

processo se daria apenas no século XX. Somente após esses dois processos, e com o avanço tecnológico, é que surgiria a globalização:

A globalização foi-se preparando nesses dois processos anteriores por meio de uma intensificação das dependências recíprocas, do crescimento e da aceleração de redes econômicas e culturais que operam em escala mundial e sobre uma base mundial. Mas foram necessários os satélites e o desenvolvimento de sistemas de informação, manufatura e processamento de bens com recursos eletrônicos, o transporte aéreo, os trens de alta velocidade e os serviços distribuídos em nível planetário para que se construísse um mercado mundial onde o dinheiro e a produção de bens e mensagens se desterritorializassem, as fronteiras geográficas se tornassem porosas e as alfândegas fossem muitas vezes inoperantes. Ocorre nesse momento uma interação mais complexa e interdependente entre focos dispersos de produção, circulação e consumo (CANCLINI, 2007, P. 42).

Isso posto, infere-se que, para o autor, situar a globalização antes do século XX não seria possível. A integração econômica surgida com as grandes navegações seria relativamente pequena e os produtos transnacionais não estariam acessíveis à maior parte da população. A tecnologia, por sua vez, seria o ingrediente fundamental para que a integração atual fosse muito mais profunda do que a anterior, e merecesse o *status* de globalização.

Assim, parece haver uma concordância entre diversos autores de que a globalização é um fenômeno extremamente complexo e impreciso. Apesar de alguns trabalhos situarem o seu início nas grandes navegações, existem fortes argumentos para a classificar como um fenômeno do fim do século XX. A maioria dos autores analisados concorda com essa datação e aponta os avanços tecnológicos e a hegemonia do capitalismo, após a guerra fria, como pré-condições e características do fenômeno.

Helena Lastres (1997) analisou diversos trabalhos relacionados ao tema e, depois de analisar as concordâncias e as discordâncias, propôs quatro grandes críticas conceituais:

1) As análises geralmente priorizam alguns aspectos específicos como os econômicos, financeiros, tecnológicos, políticos, históricos, geográficos, geopolíticos, ecológicos, sociais, culturais ou outros, sendo raros os estudos que reconhecem e abrangem o conjunto completo das relações.

2) A maioria dos estudos, além de focalizarem aspectos específicos, elegem uma determinada perspectiva de análise. Podem ser as superpotências mundiais, as nações do Terceiro Mundo, os conglomerados e empresas, a nova divisão

internacional de trabalho e produção, entre outros.

3) Em geral, os estudos tratam de análises comparativas entre nações e continentes; tecnologias, setores, bens ou serviços; regimes políticos e políticas governamentais.

4) Tais estudos, geralmente, baseiam-se em teorias específicas desenvolvidas para explicar outros fenômenos, identificando-se tentativas de combinar elementos de diferentes teorias. Para a autora, inclusive, existe uma linha que prega que não seria suficiente transferir conceitos, categorias e interpretações baseadas em outros paradigmas do conhecimento, sob o risco de utilizar materiais obsoletos ou que exigem reelaborações.

Desse modo, de acordo com a sua crítica, apesar de ser um fenômeno majoritariamente econômico, a globalização não é exclusiva dessa esfera. Ainda que denominação “sócio-econômica” seja de melhor emprego, uma vez que permite agregar outras esferas sociais para dentro do fenômeno, ela ainda é incompleta. A geógrafa Iná Elias de Castro (2005) concorda com a tese de que a globalização não influenciaria apenas a economia:

Os termos da polêmica estão postos e a confusão, ao que parece, está em não considerar suficientemente os atores políticos e suas razões em cada uma das diferentes escalas que viabilizam os seus interesses. Neste sentido, as teses simplistas sobre a globalização são sempre fundamentadas apenas na economia, tomando-a como um sistema independente e autônomo frente a racionalidade de outros atores sociais. Como não é possível reduzir a lógica do político à lógica do econômico, é preciso ter sempre em mente o ponto de partida ontológico da multiplicidade de agentes e fatores na gênese da globalização (CASTRO, 2005, P. 218).

Assim, existe um ponto de vista que classifica o fenômeno como algo multi-focal. Os seus impactos seriam visíveis em diversas esferas da humanidade e não apenas dentro do prisma sócio-econômico.

Richard Hartshorne (1978), entretanto, ponderou que o conhecimento geográfico só permitiria o entedimento de uma parte do fenômeno analisado, uma vez que o campo de estudo da Geografia, a superfície da Terra, seria um conjunto infinito de inter-relações:

Mas a múltipla variedade de fatores diferentes e incomensuráveis que estão implícitos em muitos aspectos do nosso objeto de estudo – o complexo mundo da superfície da terra –, somente permite a interpretação de uma parte daquilo que verificamos através desse método (HARTSHORNE, 1978, P. 191).

Por esse motivo, a sua idéia de área, pregava a prévia seleção dos elementos a serem analisados, de acordo com o objetivo e o desenvolvimento do trabalho. Moraes (1985), resumidamente, explica a metodologia proposta pelo geógrafo norte americano:

Para Hartshorne, uma área possuiria múltiplos processos interligados, sendo uma fonte inesgotável de inter-relações. O conjunto de todas as inter-relações possíveis daria a realidade total da área, porém sua apreensão seria impossível; logo, buscar a exaustão seria anticientífico. Daí a necessidade de seleção dos elementos a serem analisados, que deveriam ser os mais significativos (MORAES, 1985, P. 88).

Apesar da idéia de Hartshorne (1978) se referir, originalmente, a uma *área*, essa dissertação se valerá de suas premissas para cumprir os seus objetivos e delimitar a a visão da Globalização e suas inter-relações, como um fenômeno sócio-econômico.

Isso posto, apesar de possuir um alto grau de complexidade e imprecisão, e poder ser visto através de diversos prismas, existe uma grande concordância quanto ao entendimento da Globalização como um fenômeno de características essencialmente sócio-econômicas, que se iniciou no fim do século XX. Na impossibilidade de uma conceituação definitiva e para cumprir o objetivo de definir claramente os objetos analisados, essa dissertação adotará esse ponto de vista majoritário.

3.2. CONSENSO DE WASHINGTON, TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NEO-LIBERALISMO

Conforme visto anteriormente, dentro do entendimento proposto por esse trabalho, o fim da guerra fria pode ser considerado o marco inicial da globalização. Apesar da intensificação dos fluxos do comércio internacional e do reaquecimento da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial, foi somente nos anos 1990, com o fim da União Soviética, que o capitalismo se sagrou o virtual vencedor e tornou-se o sistema econômico mundialmente hegemônico. Sem um sistema alternativo e influenciados pelo Consenso de Washington, aqueles países que ainda não tinham aberto as suas economias, acabaram por o fazer, salvo exceções pontuais.

Popularmente considerado um sinônimo de termos como “neo-liberalismo” e “globalização”, o Consenso de Washington, segundo o *site* da Universidade de Harvard (2003), consistia em um conjunto de medidas econômicas que visavam promover o desenvolvimento dos países. As medidas foram amplamente utilizadas por instituições econômicas internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e podem ser resumidas em dez regras básicas:

- 1) Disciplina fiscal;
- 2) Redirecionamento de gastos públicos;
- 3) Reforma tributária;
- 4) Liberalização da taxa de juros;
- 5) Câmbio competitivo;
- 6) Abertura comercial;
- 7) Eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro;
- 8) Privatização;
- 9) Desregulamentação;
- 10) Direito à propriedade.

Desse modo, entre outras recomendações, as medidas incentivavam a abertura e o comércio internacional, ao mesmo tempo que propunham uma limitação do poder de intervenção do estado na economia. Percebe-se que, ao receitar o incremento do comércio exterior como propulsor de desenvolvimento, as regras foram claramente inspiradas pelo liberalismo e, conseqüentemente, pelas obras dos economistas clássicos, principalmente por Smith e Ricardo.

Segundo trabalho da Fundação Getúlio Vargas (2009), Adam Smith afirmou que o comércio entre duas nações se basearia nas suas “vantagens absolutas”. Por essa teoria, as nações que teriam níveis diferentes de eficiência na produção de mercadorias, teriam benefícios ao se especializar naquela que tivesse maior eficiência, pois as poderiam trocar por aquelas que tivessem menos eficiência. Por exemplo: se o país A produz mais eficientemente arroz que o país B, mas esse é mais eficiente na produção de feijão, seria melhor que o país A apenas produzisse arroz e B apenas feijão. A demanda de A por feijão e a de B por arroz poderiam ser supridas no mercado internacional, com o adendo de que na produção conjunta, os dois países produziriam mais, pois estariam produzindo apenas aquele produto onde possuísse mais eficiência.

Já a “Lei das Vantagens Comparativas” de David Ricardo, postulava que

mesmo quando um país, em comparação com outro, possuisse ineficiência na produção de todos os seus produtos, poderia haver benefícios para ambos, com o comércio internacional. Bastaria que cada país se especializasse naquele produto que possuisse menos desvantagem absoluta. Uma vez que a sua teoria entende que o preço de cada mercadoria se baseia apenas na quantidade de trabalho necessária para a produção do mesmo, com o tempo de produção empregado apenas naquele produto que o país possuisse menos desvantagem, haveria um aumento da produção global. Desse modo, mesmo havendo países menos produtivos, ao especializar as suas produções apenas naqueles produtos em que produzem melhor, todas as economias saíam ganhando.

É preciso ter em mente que, enquanto a teoria de Smith foi escrita em 1776 e a de Ricardo em 1817, as mercadorias eram mais simples e a agricultura era a principal atividade econômica. Em 1936, Gottfried Harbeler, então, atualizou a teoria de Ricardo e passou a lhe denominar como a “Lei dos Custos Comparativos”. Essa lei se basearia na “Teoria do Custo de Oportunidade”, a qual prega que o custo de uma mercadoria seria a quantidade de uma segunda mercadoria que precisaria ser sacrificada pra que fossem liberados os fatores de produção necessários à produção da primeira. Em outras palavras, o custo de produzir uma mercadoria que possui menos produtividade é a quantidade de mercadorias, em quais o país possui uma maior produtividade, que deixariam de ser produzidas. Se para produzir um saco de arroz, o país deixa de produzir dois sacos de feijão, então esse é o seu custo.

Ainda segundo a FGV (2009), os benefícios obtidos com a especialização da produção, a realocação de recursos e o comércio internacional, de acordo com as teorias vistas nos parágrafos anteriores, poderiam ser diversas. Além da teoria de que o volume total de produção dos países poderia ser ampliado, o que levaria ao crescimento econômico de todos, outro ponto positivo seria o maior controle da inflação, uma vez que a demanda nacional poderia ser abastecida por produtos estrangeiros que fossem mais baratos que os domésticos. O comércio também estimularia a poupança, através do aumento do PIB, e o investimento, ao permitir a importação de bens de capital mais avançados e a um menor custo.

O aumento dos mercados e da competitividade, poderia, também, criar a oportunidade para o surgimento de economias de escala. Isso ocorre quando o processo produtivo alcança a máxima utilização de seus bens de produção, levando o custo médio de um produto a cair. O acesso a novos insumos ou a insumos mais

baratos, juntamente com tecnologias mais avançadas, poderiam levar a essa situação. Por exemplo, se o trigo, um dos componentes dos biscoito, pode ser obtido no mercado internacional à um preço inferior ao do mercado nacional, a compra da matéria-prima estrangeira poderia levar a um biscoito mais barato, o que é benéfico à população.

Souza (2012), em um artigo sobre a história do pensamento econômico, resume em um parágrafo, o modo como os economistas clássicos, acreditavam que as economias de escala levariam ao crescimento econômico:

O trabalho fica ainda mais produtivo com o emprego de mais capital; a maior produtividade resultante incrementa o valor do produto total, por unidade de tempo. São as trocas e a expansão das áreas de mercado que aumentam a demanda, possibilitando maior volume de produção, com menor custo (economias de escala), mediante o emprego de trabalho e capitais adicionais. A sequência maior escala, menores custos, maior produtividade dos fatores capital e trabalho e maiores lucros implica em novos investimentos e geração de novos empregos; em suma, implica no crescimento econômico nacional (SOUZA, 2012, P. 13).

Desse modo, percebe-se que a idéia de que a integração econômica é benéfica aos países não nasceu junto com a movimento da globalização, no fim do século XX, mas sim, alguns séculos antes, no pensamento dos economistas clássicos. As suas teorias pregavam que o comércio internacional poderia ser benéfico a todos, uma vez que permitira a especialização, o que faria a produtividade e a economia mundial crescer. Esse pensamento acabou por influenciar as políticas ditadas pelo Consenso de Washington, que, por sua vez, acabou por influenciar a política econômica mundial do fim do século passado.

A “Teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson”, segundo a FGV (2009), seria um conjunto de quatro teoremas que formariam o núcleo da teoria do comércio internacional ou “Teoria Neoclássica”. A proposta da teoria, desenvolvida no século XX, seria apresentar uma explicação para as diferenças internacionais nos custos de produção e justificar a existência das vantagens comparativas.

De acordo com o *Modelo de Heckscher-Ohlin*, o comércio se origina das diferenças na disponibilidade de fatores de produção nos diversos países e das diferenças nas proporções em que esses fatores são usados para produzir os diferentes produtos (FGV, 2009, P. 57).

De acordo com esse raciocínio, com a abertura econômica, haveria uma expansão do setor orientado para a exportação e uma contração do setor que compete com as importações. Isso porque, os produtos exportados seriam aqueles que usariam o fator naturalmente abundante do país, enquanto os produtos que sofreriam concorrência internacional seriam aqueles que usariam o que é nacionalmente escasso. Assim, ganhariam aquelas indústrias que são envolvidas com a exportação e perderiam aquelas que são envolvidas com a importação. No longo prazo, os fatores de produção dos setores que estão perdendo podem migrar para os setores que estão ganhando, entretanto, no curto prazo, os perdedores protestariam: “Nesse último caso, trabalhadores, empresários, fornecedores, proprietários de imóveis e outros deverão protestar contra a abertura às exportações” (FGV, 2009, P.58).

Pela mesma teoria, entretanto, um dos resultados do processo, à longo prazo, seria uma tendência à equalização de preços internacionais. Um país pobre, por exemplo, muito provavelmente, se especializaria em um produto que exigiria muita mão de obra e pouco capital. Possuindo uma tecnologia atrasada, os produtos desse ramo, certamente exigiriam uma grande quantidade de capital, ao mesmo tempo que demandaria uma pequena mão de obra. Se esse setor, o menos produtivo, fosse extinto, então, ele liberaria muito capital e pouca mão de obra. Entretanto, o setor, o qual é especialista, cresceria devido ao comércio e demandaria pouco capital e muita mão de obra. Desse modo, com a existência de uma grande demanda por trabalhadores não suprida, os salários tenderiam a subir, ao mesmo tempo que os juros tenderiam a cair, indo em direção ao comportamento dos países ricos.

Com os trabalhadores dos países ricos ocorreria o processo inverso. Esses países tenderiam a se especializar em produtos que exigem pouca mão de obra e muito capital. Os setores, por sua vez, que liberariam fatores de produção utilizariam muita mão de obra e pouco capital. Desse modo, com uma grande oferta de trabalhadores, o salário tenderia a baixar, ao mesmo tempo que a demanda por crédito faria os juros subir, traçando uma tendência de equalização entre os países.

Praticamente todos os governos que abriram a economia ao comércio internacional foram taxados popularmente de “neo-liberais”, especialmente e pejorativamente pelos opositores à integração econômica. Conforme mencionado no início dessa seção, muitas vezes o conceito acaba sendo entendido como um

sinônimo para a globalização e, conseqüentemente, para a hegemonia do sistema capitalista. Um exemplo desse entendimento pode ser verificado em um texto do sindicalista Rafael Freire (2002): “O neoliberalismo é a expressão programática dessa hegemonia. Está a serviço da financeirização da riqueza em escala planetária” (FREIRE, 2002, P.21 e 22).

Desse modo, o conceito estaria atrelado aos preceitos liberais do Consenso de Washington. Entretanto, salienta-se que, originalmente, o conceito foi desenvolvido para designar um modelo econômico onde o estado teria um papel regulador de destaque. Segundo o historiador econômico Cyro Rezende (2007), esse foi o modelo econômico que tirou os Estados Unidos da crise dos anos 1930.

O termo *neoliberalismo* foi usado para designar a prática econômica que privilegia o intervencionismo estatal, para corrigir distorções impossíveis de serem superadas pelos mecanismo de mercado. Não se constitui em um claro rompimento com pensamento econômico “clássico”, mas em uma adequação às novas teorias de Keynes, em um momento de crise – e portanto passageiro (REZENDE, 2007, P. 210 e 211).

Em concordância, Souza (2012) afirma que, a partir da crise, os economistas clássicos se dividiram em neoclássicos liberais e neoclássicos conservadores. Enquanto os conservadores matinham as idéias de não-intervenção na economia, os liberais defendiam um certo grau de interferência, daí a expressão “neoliberal”. “Para eles, a concorrência não existem em sua forma pura e irrestrita liberdade de mercado gera muito instabilidade. Argumentam que o Governo pode reduzir essa instabilidade mediante políticas monetárias e fiscais apropriadas” (SOUZA, 2012, P. 28).

Desse modo, a utilização popular do termo para se referir a atitudes referentes à um mercado extremamente liberal, onde o estado se mantém ausente, especialmente em momentos de crise é, no mínimo, inadequada. Essa seria a abordagem da escola neoclássica conservadora. Um governo realmente “neoliberal”, deveria, ao menos conceitualmente, manter um certo nível de intervenção na economia.

Isso posto, infere-se que o aumento de integração econômica mundial, possibilitado pelo fim da Guerra Fria e pelo avanço da tecnologia, seguiu os preceitos do chamado “Consenso de Washington”. Essas medidas, por sua vez, foram inspiradas pelas teorias dos economistas clássicos, que afirmavam que o

comércio internacional deve ser facilitado e pode ser benéfico à todos os envolvidos. Em complemento as suas teorias, a Teoria Neoclássica afirma que comércio internacional poderia levar a uma maior equidade de preços e salários entre os países, ainda que no curto prazo alguns elementos da sociedade pudessem ser prejudicados, o que levaria à críticas. Apesar dessas serem direcionadas a um governo “neo-liberal”, que deixaria a sua população desprotegida, um regime desse tipo manteria um certo grau de interferência econômica, especialmente em momentos de crise. Um governo que não intervenha na economia seria melhor classificado como “neo-conservador”.

Assim, mesmo não sendo empregado corretamente, o neo-liberalismo, juntamente com o capitalismo e o liberalismo são, constantemente, alvos de críticas. A relação dessas com a Globalização ocorreria pelo fato de que o fenômeno carrega em seu bojo, exatamente os ideais liberais, uma vez que se trata de uma onda de integração econômica mundial. Desse modo, os críticos da Globalização seriam os mesmos críticos do capitalismo.

4 CRÍTICAS À GLOBALIZAÇÃO

4.1. BREVE HISTÓRICO CRÍTICO

A globalização, conforme visto no capítulo anterior, é um fenômeno impreciso. Entretanto, esse trabalho concorda com o prisma, adotado pela maioria dos trabalhos analisados, que a vê como um sócio-econômico ocorrido no fim do século passado. Foi nesse momento que o capitalismo virtualmente ganhou a Guerra Fria, se tornou o sistema econômico hegemônico e influenciou a economia mundial a se integrar continuamente, seguindo as recomendações dos teóricos defensores do comércio internacional. Desse modo, a Globalização poderia ser vista, por alguns, como uma representação do capitalismo. Por esse motivo, as críticas são as mesmas direcionadas ao capitalismo e ao livre mercado, muitas vezes erroneamente chamado de “neo-liberal”.

As críticas ao capitalismo parecem começar com a rápida industrialização da Inglaterra, no período da Revolução Industrial, entre o fim do século XVIII e o começo do XIX. O grande êxodo rural e as péssimas condições de vida da recém formada população operária, inspirou os trabalhos dos primeiros críticos. Rezende (2007) pinta uma paisagem do cenário inglês da época:

É lógico que os custos sociais dessa transformação estrutural foram enormes, recaindo sobre as camadas menos favorecidas. (...) Longas jornadas de trabalho, de 14 e até 16 horas diárias, seis dias por semana; remuneração no nível de subsistência; habitação em cortiços sem as mínimas condições higiênicas; e constante situação de desemprego de um ou mais membros das famílias operárias (REZENDE, 2007, P. 143 e 144).

Segundo o autor, apesar da precária qualidade de vida da população urbana ter sido progressivamente amenizada no século posterior, ela teria inspirado os pensadores Karx Marx e Friedrich Engels a escrever o “Manifesto Comunista”, em 1848, e “O Capital”, em 1867.

As obras se tornariam, então, a maior fonte de inspiração dos críticos do capitalismo, fazendo com que suas idéias perdurem até os dias atuais. Segundo elas, a classe trabalhadora, a maior parte da população, seria subjulgada pela burguesia, a menor parte da população, através da detenção dos meios de produção pela classe subjulgadora. A propriedade privada seria um dos preceitos básicos do capitalismo, sendo esse, então, o motivo da sua crítica.

Na segunda metade do século XIX, o mundo assiste ao período histórico denominado “Imperialismo”. Novamente segundo Rezende (2007), esse teria sido um período onde as grandes nações da época, ampliariam o seu domínio econômico sobre outras.

A partir de 1870, a situação das áreas externas da economia-mundo inverte-se. Elas passam a constituir suas principais áreas periféricas, em detrimento das antigas, canalizando os investimentos dos países da área central, e sendo partilhadas com sua divisão em impérios coloniais, no processo denominado *imperialismo* (REZENDE, 2007, P. 163).

Segundo o autor, esse período pode ser considerado um novo colonialismo. Contra esse movimento, surgem críticas direcionadas aos países, tidos como imperialistas: as grandes nações européias, principalmente à Inglaterra, e, em um momento posterior, aos Estados Unidos. Assim, as críticas ao capitalismo acabam se confundindo com críticas ao Imperialismo e vice-versa.

Na América Latina, após o enfraquecimento das potências européias durante a Segunda Guerra, os Estados Unidos tornaram-se, disparadamente, o principal alvo dos críticos. Segundo esses, mesmo não possuindo colônias oficiais na América do Sul, os norte-americanos praticariam uma política externa tida como imperialista. Para Mendoza, Montaner e Llosa (2002), essa seria a origem de um forte sentimento contra os norte-americanos, também conhecidos como “ianques”:

O antianquismo latino-americano flui de quatro origens distintas: a cultural, acorada na velha tradição hispano-católica; a econômica, consequência de uma visão nacionalista ou marxista das relações comerciais e financeiras entre o império e as colônias; a histórica, derivada dos conflitos armados entre Washington e seus vizinhos do sul; e a psicológica, produto de uma mistura doentia de admiração e rancor (...) (MENDOZA, MONTANER E LLOSA, 2002, P. 219 e 220).

Como será melhor apresentado nas próximas seções, esse sentimento vai ser de grande influência dentro das ciências sociais latino-americanas, inclusive na Geografia.

Com a hegemonia do capitalismo, no fim do século, as críticas, então, apontam na direção da Globalização, que é vista como uma síntese de todos os pontos criticados anteriormente: a exploração dos trabalhadores pelo capital e a exploração dos países pobres pelos países ricos.

Desse modo, as críticas atuais são direcionadas não apenas ao aumento da

integração econômica mundial, mas também aos preceitos capitalistas e à política externa norte-americana.

4.2. O COMPLEXO DE VIRA-LATAS

Em 1958, às vésperas do início do Copa do Mundo de Futebol na Suécia, o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues (1993), cunhou o termo “complexo de vira-latas” em uma crônica esportiva. Segundo o autor, o termo podia ser entendido como a posição de inferioridade que o brasileiro voluntariamente se coloca, quando comparado ao resto do mundo. Esse modo de pensar não se basearia em fatos concretos, uma vez que o time brasileiro teria “futebol para dar e vender” (P.52). Trataria-se, então, de “um problema de fé em si mesmo” (P.52). Direcionada originalmente aos torcedores pessimistas, a crítica se mostrou válida uma vez que a seleção brasileira foi a campeã invicta do torneio. Ainda no mesmo texto, o autor afirma que o sentimento não se resumiria apenas ao futebol, mas a todos os segmentos brasileiros: “Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol.” (P.51).

Alberto Carlos Almeida (1998) concorda com o jornalista e utiliza o mesmo termo em seu artigo “O Brasil no Final do Século XX: Um caso de sucesso”. Para ele, o sentimento de inferioridade influenciaria diversos aspectos da identidade nacional, como por exemplo, a suposta crença dos brasileiros de que os produtos europeus e norte-americanos são sempre superiores, simplesmente pelo fato de serem do chamado Primeiro Mundo, independentemente do teste de sua qualidade. Muitas vezes, o sentimento também se expressaria em estudos sobre o Brasil. Esses trabalhos tenderiam a mostrar que, ao mesmo tempo que os outros países evoluem, o Brasil tenderia a não melhorar, ou até mesmo a piorar.

Há, assim, no Brasil uma mentalidade de que somos peculiares, e para pior. Os outros países melhoraram e continuam melhorando, o Brasil anda para os lados ou para trás. Afinal, "isto aqui não tem jeito". A noção de que vivemos em um país que não anda para a frente está relacionada com o ícone do Brasil como "país do futuro". Somos do futuro porque não somos do presente; o melhor está por vir e ao mesmo tempo nunca chega. Esta mentalidade não exige base empírica, é uma representação que fazemos de nós, é algo que compõe a nossa identidade nacional, como dito acima (ALMEIDA, 1998, P.01 e 02).

Ainda segundo o intelectual, um dos exemplos dessa literatura, que estaria presente na política brasileira entre 1946 e 1964, seria o “Populismo”. Os estudos desse movimento se caracterizariam por diversos tipos de carências, em comparação com os países desenvolvidos. Essa situação iria de acordo com o que Livia Barbosa (1998) chamou de “exocentrismo”, ou seja, a percepção do país por meio de valores externos. Por esse ponto de vista, pelo fato de na Europa realmente ter acontecido a luta de classes, a classe operária possuía interesses próprios. No Brasil, a mesma teria sido manipulada pelos políticos populistas ou pela burguesia e não possuía interesses próprios. A burguesia, por sua vez, herdaria do período colonial, o fato de ser agrária e conservadora. Assim, o país seria carente tanto de uma classe operária consciente quanto de uma burguesia progressista.

No decorrer do artigo, o autor recorta diversos exemplos de diagnósticos pessimistas em relação ao Brasil. Praticamente todos demonstram a falta de qualidade de vida da maior parte de grande parte da população e pintam cenários de graves crises sócio-econômicas. Como exemplo do pessimismo, o intelectual cita Renato Lessa²: “O pessimismo aqui adotado como ponto de partida da análise não implica o esforço de predição, de anúncio de tempos piores. Para as finalidades desse ensaio o pior já está acontecendo” (1989 citado por ALMEIDA, 1998, P. 03).

Reforçando os seus argumentos, Luís Carlos Bresser-Pereira (1982) afirma que no decorrer do tempo, houveram diferentes formas de se interpretar o país. Segundo o autor, o sentimento de inferioridade já poderia ser notado na chamada “interpretação da vocação agrária”. Esse ponto de vista enxergaria o Brasil como uma país de natureza pródiga e de um grande futuro, mas ao mesmo tempo tropical, mestiço e, conseqüentemente, inferior. Para o autor, esse seria o Brasil heterogêneo e preguiçoso descrito por Mário de Andrade em “Macunaíma”.

A “interpretação nacional-burguesa” começaria como uma crítica à interpretação da vocação agrária e seria representada pelas figuras do extinto Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e alguns membros da CEPAL. O seu ponto de vista sobre a cultura brasileira seria, novamente, de acordo com o exocentrismo: “A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial” (BRESSER-PEREIRA, P. 274, 1982). Sobre esse enfoque, em

² LESSA, R. Reflexões sobre a Gênese de uma Democracia Banal. **Modernização Consolidação Democrática no Brasil**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1989

“Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda chegaria a afirmar que um dos motivos das diferenças de desenvolvimento entre o Brasil e a América do Norte estaria nos seus respectivos colonizadores. Os portugueses, apesar de possuírem características “aventureiras”, não teriam “familiaridade” com o trabalho metódico, o que constituiria um grande obstáculo ao capitalismo industrial.

Novamente segundo Almeida (1998), diversos autores do ISEB, seguem essa tradição e poderiam ser classificados como pessimistas. Para embasar a afirmação, o autor cita o trecho de um texto de Hélio Jaguaribe³, membro do ISEP.

(...) um programa de desenvolvimento social e econômico que assegure, com a possível celeridade, uma efetiva elevação do nível de vida das grandes massas, de sua educação e capacidade produtiva e de sua participação na sociedade brasileira. Se não se chegar, de forma operacionalizável, a um sério acordo a esse respeito, não se logrará uma democracia estável no Brasil (1985 citado por ALMEIDA, 1998, P. 03).

Nessas frases, extraídas do livro “Brasil, Sociedade Democrática”, o autor afirma que as condições de vida no país seriam debilitadas a ponto de impedir a legitimidade de um governo democrático. É sabido, entretanto, que a previsão não se concretizou, pois ainda no fim dos anos 1980, o Brasil concluiu a fase da ditadura e desde então os governantes vem sendo eleitos através do voto direto.

Para Alberto Carlos Almeida (1998), a falta de base empírica de muitas obras, torna difícil o surgimento de percepções de melhora, fazendo com que o sentimento contamine o ambiente acadêmico e se torne intrínseco à identidade nacional. O autor ainda infere que muitas dessas obras dão destaque a crises conjunturais da economia, ignorando tendências de índices sócio-econômicos no longo prazo. Como exemplo, o autor cita que a crise econômica brasileira dos anos de 1980, década em que foram produzidos a maioria dos trabalhos criticados, não foi suficiente para tornar aquela década inferior à anterior, ao menos no que se refere à educação e a saúde. Para embasar sua afirmação, através de dezenas de tabelas e gráficos construídos com dados de órgãos oficiais, ele demonstra que as taxas de alfabetização e expectativa de vida aumentaram continuamente durante toda a segunda metade do século XX.

Desse modo, pode-se verificar que existe uma forte corrente intelectual que enxerga com grande pessimismo o seu próprio país. Apesar de, na grande maioria

³ JAGUARIBE, H. Considerações Finais. **Brasil, Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985

das vezes, esses trabalhos não estarem embasados com estatísticas, sua influência se estende por grande parte das ciências sociais brasileiras.

4.3. TERCEIRO MUNDISMO E TROCAS DESIGUAIS

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em duas grandes esferas de influência: o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético. A expressão “Terceiro Mundo” foi criada pelo francês Alfred Sauvy para se referir aos países que, dentro deste mundo bipolar, teoricamente se mantinham neutros. Entretanto, a expressão acabou sendo usualmente utilizada em um sentido mais amplo, ao se referir aos países que hoje são definidos como “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

Ao mesmo tempo, existe grandes correntes de pensamento, dentro das ciências sociais, influenciadas pelo Marxismo, que pregam que a riqueza dos países desenvolvidos seria construída mediante a exploração dos países subdesenvolvidos, que também podem ser mencionados como países “periféricos”.

Assim, para a literatura produzida por essas correntes, a expansão do capitalismo, representada pelo Imperialismo, norte-americano ou europeu, seria a causa da pobreza no Terceiro Mundo. O estudo da influência dessa literatura na Geografia acadêmica, entretanto, será mais aprofundada na seção 4.5, assim como a influência marxista será melhor apresentada na seção 4.4.

Segundo Kucinski (2007), a Teoria da Troca Desigual seria o mecanismo que o centro, os países desenvolvidos, utilizaria para explorar a periferia, os países subdesenvolvidos. O seu raciocínio é contruído partindo da premissa que o trabalho é o principal determinante do custo de um produto. Os países periféricos exportariam produtos onde foram aplicadas diversas horas de trabalho e importariam produtos construídos sob poucas horas de trabalho, mas com o mesmo valor. Isso justificaria o nível salarial maior dos países ricos e menor dos mais pobres. Desse modo, um capitalista poderia exportar produtos em um país periférico e, devido aos baixos salários, obter um lucro igual ao que ele obteria em um país central. A diferença é que, como todo o conjunto da economia periférica é mais desvalorizada, isso acabaria por gerar menos excedente e menos renda para a sua população,

pois, havendo uma “equalização” da renda do capitalista, sobraria muito pouco aos trabalhadores assalariados.

São os detentores dos meios de produção e da maior parte da renda que decidem se há ou não ganho na troca internacional. Mesmo desvalorizada por uma relação de troca desigual, a troca será vantajosa para os que detêm os meios de produção, se houver suficiente concentração de renda em suas mãos. Por isso, as economias de países periféricos se caracterizam por uma distribuição de renda bastante polarizada (KUCINSKI, 2007, P. 47).

O autor ainda destaca que esse pensamento teria sido formulado por Arghiri Emmanuel sob o nome de “Troca Desigual”. Ao mesmo tempo, autores como Andre Gunder Frank, Samir Amin e Ruy Mauro Marini, também teriam defendido a idéia do comércio internacional como razão do empobrecimento da periferia, mas com algumas variâncias.

Outro exemplo de obra intelectual que adotaria a troca desigual seria a de Schoeller (2013). Para o autor, o subdesenvolvimento de alguns países seria a precondição para a industrialização de outros. Assim como o raciocínio demonstrado no parágrafo anterior, a diferença entre a acumulação de capital seria o meio como nações poderiam explorar outras nações.

Esta suposta “transferência de valor” se dá na forma de troca desigual que surge no processo de formação de preços no mercado mundial. A limitada acumulação de capital nos países subdesenvolvidos e a acumulação acelerada nas nações industrializadas imperialistas (durante os anos cinquenta e sessenta) são, de acordo com as referidas contribuições, dois lados de uma mesma moeda, ou seja, o desenvolvimento das nações industrializadas capitalistas continua sendo pago pelos países subdesenvolvidos, como no passado; ou então, para utilizar uma formulação de A. G. Frank, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é a consequência necessária para os países do terceiro mundo, enquanto estes permanecerem no mercado mundial capitalista (SCHOELLER, 2013, P. 08).

Assim, de acordo com os defensores da troca desigual, o comércio internacional seria o modo como os países industrializados, muitas vezes chamados de imperialistas, explorariam os demais. Também se pode verificar, no fragmento de texto acima, a utilização da expressão “terceiro mundo” para designar os países explorados. É nesse momento, após verificada a nocividade do mercado internacional e, conseqüentemente, do capitalismo, que começa o movimento “terceiro mundista”.

Foi direcionada a esse conjunto de idéias que, Carlos Rangel, no seu livro

“Ideologia Terceiro Mundista e a Realidade Ocidental” (1986), criou a denominação “terceiromundismo”.

Em particular, aceita-se o falso axioma de que o capitalismo e a resultante ocidentalização do mundo nos últimos duzentos anos são as origens de todos os males. A salvação final da humanidade virá, então, no alvorecer do dia em que ocorrer a derrota e a extinção de um demônio denominado “Imperialismo”, encarnado num certo número de países capitalistas adiantados, cujo enfraquecimento e conseqüente destruição será o equivalente da batalha do Armagedon, do Juízo Final, quando os justos subirão ao céu do consumismo e os pecadores serão lançados na lata de lixo da história. (...) É a essa atitude e ao corpo de idéias, crenças e emoções que lhe são subjacentes que dou a denominação de ideologia terceiro-mundista (RANGEL, 1986, P. 45 e 46).

Quando menciona a “ocidentalização do mundo nos últimos duzentos anos”, infere-se que se trata do período pós Revolução Industrial, quando o modelo de capitalismo industrial europeu e sua conseqüente divisão do trabalho é, progressivamente, incorporado por quase todas as nações do mundo. Pela visão terceiro-mundista, o culpado pela pobreza verificada na maioria desses países seria o próprio capitalismo. À tal filosofia caberia, então, não só denunciar o capitalismo como culpado, como também incitar uma revolução contra tal sistema.

No livro “Manual do Idiota Latino Americano” (2002), escrito por Plínio Mendoza, Carlos Alberto Montaner e Álvaro Llosa, os autores concordam que o conceito foi criado por Rangel e ainda acrescentam uma descrição da sua finalidade, citando Jean-François Revel:

Ninguém batizou tão bem essa ideologia como o venezuelano Carlos Rangel: terceiromundismo. E ninguém definiu tão bem sua finalidade quanto o francês Jean François Revel: “O objetivo do terceiromundismo é acusar e, se possível, destruir as sociedades desenvolvidas, não desenvolver as atrasadas” (MENDOZA, MONTANER E LLOSA, 2002, P.79).

Nota-se que os autores também concordam que a bibliografia tem, como um de seus principais objetivos, acusar outros países, os capitalistas desenvolvidos, e propor uma revolta contra esses.

Rangel (1986) explica que a influência marxista está amplamente presente desde os primórdios do conceito. A sua origem estaria ligada ao mapa mundial do fim do século XIX e início do século XX, marcado por diversas colônias européias e até mesmo norte-americanas. Segundo o autor, por volta da época da revolução de 1917, os comunistas russos elaboraram diversos trabalhos sobre a questão colonial.

Para esses trabalhos, a maioria das nações mundiais seriam exploradas pela burguesia e aristocracia de uns poucos países capitalistas avançados. A obra mais conhecida dessa literatura foi escrita pelo próprio Lênin, “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo” em 1916. O venezuelano afirma que nesse livro é pregado que o capitalismo foi o responsável pela criação de uma minoritária casta de países ricos que subjuga e seria responsável pela pobreza do resto dos países do mundo.

O Imperialismo não seria condição exclusiva para a divisão do mundo em colônias e colonizadores. Haveria, também, países que seriam dependentes, economicamente e diplomaticamente, mesmo apresentando o status teórico de independência política. Desse modo, o Imperialismo seria uma analogia direta à luta de classes descrita nos materiais comunistas. Assim como haveria a exploração do proletariado pela burguesia, haveria a exploração de nações pobres, “nações proletárias”, pelas nações ricas, “nações burguesas”.

Ainda sob a ótica de Rangel (1986), o que explicaria o surgimento da corrente naquele momento era a necessidade do partido comunista obter apoio internacional, especialmente nas colônias européias. A intenção era fomentar governos aliados, com algum tipo de orientação comunista, uma vez que a denunciada exploração só cessaria com a extinção do capitalismo, conforme pode-se notar no trecho abaixo:

Essas teses declaravam que as relações alegadamente iguais entre as nações soberanas de fato encobrem a escravidão da grande maioria da população do mundo por uma minoria muito limitada – a burguesia e a aristocracia dos trabalhadores dos países capitalistas avançados – e que será possível abolir essa escravidão e eliminar as desigualdades entre os países ricos e pobres sem primeiramente destruir o capitalismo em todo o mundo (RANGEL, 1986, P. 53).

Essa seria a literatura e a ideologia que fomentou o terceiromundismo moderno. Ela teria encontrado um terreno fértil para o surgimento de diversas obras na América Latina.

Para o pensador, o fato do seu território ter sido colonizado por Espanha e Portugal favoreceu o desenvolvimento da literatura, pois os países ibéricos, apesar de europeus, não pertenciam ao “clube” dos países capitalistas originais. Desse modo, a ética capitalista seria mais difícil de ser digerida na América Central e do Sul, um pensamento parecido com o de Sérgio Buarque de Holanda. Outro fato que favoreceu a construção de um ambiente propício, foi o “ressentimento” para com os Estados Unidos. Para o venezuelano, tal sentimento se justificaria em parte, pois,

após a independência da Europa, a América Latina sofria poderosa influência dos seus vizinhos do norte.

Talvez o maior representante da literatura terceiro-mundista seja a obra do uruguaio Eduardo Galeano (1992), “As Veias Abertas da América Latina”. Nesse livro podem ser encontradas todas as características de um trabalho dessa linha de pensamento, conforme pode-se verificar ainda nas primeiras frases do livro:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções (GALEANO, 1992, P. 13).

Pode-se notar nessas linhas que o autor defende a idéia que a divisão internacional do trabalho, ou seja, o capitalismo industrial e o conseqüente comércio internacional, não só é prejudicial aos países da América Latina, como também é responsável pela riqueza européia. Ainda nesse trecho, pode-se verificar um sentimento de inferioridade, um pessimismo pontuando a narrativa. Seria o que Alberto Carlos de Almeida (1998) chamaria de catastrofismo, uma aplicação do, já visto, “Complexo de Vira-Lata” na leitura internacional.

À América Latina estaria reservado o lugar como fornecedor de matérias primas. A sua exploração seria necessária ao desenvolvimento do capitalismo nos países ricos, assim como a pobreza de sua população seria necessária para a existência dos altos salários nos países ricos:

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado do seu fracasso. Perdemos, outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina íntegra, como já disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial (GALEANO, 1992, P. 14).

O livro abrange praticamente todos os pré-supostos do movimento terceiro-mundista. Dentre às últimas linhas do texto, o autor incita a revolução e a destruição dos países opressores:

A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa renascer, terá de começar por derrubar seus donos, país por país.(GALEANO, 1992, P. 281).

Desse modo, o movimento Terceiro-Mundista possui alguma semelhança com o Complexo de Vira-Latas: ambos enxergam seus países como injustiçados e perdedores.

Assim, percebe-se que a literatura terceiro-mundista possui uma grande influência marxista, pois aplica o conceito de exploração do trabalho à um cenário geopolítico. Com isso se obtêm países exploradores e países explorados. A própria existência do capitalismo mundial estaria condicionada à existência dessas relações. A riqueza dos países avançados estaria diretamente ligada à pobreza dos países não-desenvolvidos.

Infere-se que essa literatura funcionaria, simultaneamente, como uma simplificação e uma continuação do pensamento dos autores defensores da Teoria das Trocas Desiguais. Enquanto esses denunciariam o modo como o comércio internacional funcionaria como um meio de exploração dos subdesenvolvidos pelos desenvolvidos, os “terceiromundistas” conduziram suas críticas mais explicitamente aos grandes países capitalistas, em especial aos Estados Unidos, ao mesmo tempo que incentivariam a luta contra o capitalismo.

4.4. A INFLUÊNCIA MARXISTA

O aspecto mais comum dos intelectuais que criticam a globalização, é o de encarar o fenômeno como benéfico apenas para uma minoria. Dependendo da análise, essa minoria pode ser representada pelos grandes países capitalistas ou pelas grandes empresas multinacionais. A riqueza dessas, se daria através da exploração do resto do mundo, indo de acordo com o movimento terceiro-mundista, anteriormente analisado.

Pode-se afirmar que essas análises, conscientemente ou não, bebem em fonte marxista pois, seguindo os mandamentos do “Manifesto do Partido Comunista”, originalmente publicado em 1848, acreditam que a economia

internacional seria o meio pelo qual as elites mundiais legitimariam a exploração pelo capital:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos países (MARX e ENGELS, 1848, P. 24).

Mantendo a influência de Marx e Engels, pode-se perceber que, para esses autores, o Estado deveria ser o principal provedor do bem-estar dos cidadãos. A melhoria do padrão de vida só poderia ser obtida através de investimentos governamentais em infra-estrutura. Entretanto, a medida que o tempo passa, o mercado ganha forma frente ao Estado e esse progressivamente vai perdendo a capacidade de melhorar a vida do cidadão. O ideal comunista fica cada vez mais distante enquanto o livre mercado, proposto pelo capitalismo, apenas traria mais miséria e pobreza à grande massa da população.

O livro “ATTAC – O que querem os críticos da globalização” (2005) foi escrito pelos alemães Grefe, Greffrath e Schumann e permite ver as críticas sob o ponto de vista europeu. Sob esse prisma, a exploração por nações é praticamente ignorada. A exploração se daria através das grandes multinacionais, que eliminaria postos de trabalho e reduziria salários nos países desenvolvidos.

A divisão entre pobres e ricos de modo algum ocorre somente entre o Norte e o Sul. Tornas-se cada vez mais patente que a reestruturação da economia mundial, radicalmente pró-mercado, colocou em marcha também nos países prósperos uma mecânica que dilacera a sociedade a olhos vistos. (...) Com espantosa uniformidade, abriu-se assim, por intermédio de todos os velhos Estados industriais, o abismo entre as rendas salariais, de um lado, e as rendas empresariais e do capital de outro (GREFE, GREFFRATH e SCHUMANN, 2005, P. 125 e 126).

É interessante notar que para os críticos dos países ricos, os países mais pobres são, muitas vezes, vistos como nocivos, uma vez que é para lá que grandes empresas transferem muitos empregos, devido ao baixo custo de mão-de-obra. Para os críticos dos países pobres, nocivos são os países ricos, pois os empregos importados seriam um meio de exploração. Paul Krugman (1999) confirma e explica como funcionaria, de uma maneira bastante simples, o medo dos países desenvolvidos perante a globalização:

A idéia de que a competição do Terceiro Mundo ameaça o padrão de vida dos países avançados parece óbvia. Suponhamos que alguém aprendeu a fazer algo que constituía minha especialidade exclusiva. Talvez essa outra pessoa não seja tão boa nisso quanto eu, mas está disposta a trabalhar por uma fração do meu salário. Não é óbvio que eu terei de aceitar um padrão de vida inferior para não perder o emprego? Essa é, em essência, a visão de quem teme que os níveis salariais do ocidente possam cair à medida que o Terceiro Mundo se desenvolve (KRUGMAN, 1999, P. 50).

Depois de explicar o seu funcionamento, o próprio economista o invalida. Segundo ele, ao transferir certas indústrias para países menos desenvolvidos, devido aos menores custos com salários, o que ocorre é a redução do preço dos produtos oferecidos por essas, devido ao menor custo de produção. Com os preços menores, o poder aquisitivo dos trabalhadores dos países desenvolvidos seria ampliado, compensando uma possível redução de salário. De acordo com o raciocínio proposto, pode-se afirmar que, nessas circunstâncias, a desigualdade de renda mundial tenderia a diminuir.

Desse modo, os argumentos de que a Globalização serviria como meio de exploração dos países mais pobres, pelos países mais ricos, não é unânime. Entretanto, a literatura acadêmica brasileira, assim como a não acadêmica, possui diversos trabalhos influenciados pelo marxismo, escritos por cientistas sociais de diversas áreas. Consequentemente, esses autores são ideologicamente avessos ao capitalismo e recebem uma grande influência da literatura terceiro-mundista e do complexo de vira-lata, conforme será exemplificado alguns parágrafos abaixo.

Após a mudança de paradigma econômico do Brasil nos anos 90, os autores dessa corrente encontraram um terreno bastante fértil para a produção de material. Críticas à abertura econômica, às privatizações e ao aumento de multinacionais em solo brasileiro são algumas das características usualmente encontradas. Assim como Almeida (1998) chama a atenção de que dentro do complexo de vira-lata não existe uma percepção de melhora, devido a falta de dados estatísticos e deficiências de visão à longo-prazo, o mesmo acontece com muitas dessas obras.

O artigo “Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias Metropolitanas”, produzido pela socióloga Angela Borges (2006), é um bom exemplo de material produzido por esse segmento. Nele, a autora se propõe a analisar as conseqüências de uma suposta crise no mercado de trabalho sobre as famílias de três regiões metropolitanas distintas: Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. A

justificativa é que a análise sob o ponto de vista das famílias traria contribuições importantes para o entendimento desta crise. Para isso, ela utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em dois períodos distintos, 1995 e 2004.

A autora coloca a sua militância anti-globalização logo nos primeiros parágrafos de seu artigo.

Desde o início dos anos 90, quando os primeiros impactos da reestruturação produtiva e da gestão neoliberal da economia brasileira se fizeram sentir – com o desemprego, a precarização e as acentuadas perdas salariais e de benefícios vitimando milhões de trabalhadores brasileiros –, os estudos e pesquisas sobre as várias dimensões do processo de desestruturação dos mercados de trabalho assumiram um lugar relevante na produção das Ciências Sociais (BORGES, 2006, P. 02).

Nesse trecho, é possível verificar a existência de uma nova gestão governamental, influenciada por um suposto modelo econômico neo-liberal. Para ela, a consequência desse novo modelo foi uma nova reestruturação produtiva, causando uma desestruturação do mercado de emprego e a, conseqüente, perda de postos de trabalho, junto a perdas salariais.

Ao analisar os resultados da pesquisa quantitativa, a autora percebe que, em primeiro lugar, as famílias numerosas dão lugar para aquelas que possuem no máximo quatro integrantes. Conseqüentemente, o número médio de componentes por família caiu, sendo cerca de três o número médio nas três regiões em 2004. Os arranjos familiares também sofreram mudanças. Houve uma expansão do modelo “mãe e filhos” e “outros tipos de família” em detrimento do modelo tradicional formado pelo casal. Segundo a autora, a inserção da mulher no mercado de trabalho, além de estar associado a uma progressiva mudança cultural, tem relação direta com a queda de rendimento do pai trabalhador. A autora, inclusive, acredita que esta diminuição da responsabilidade do homem poderia trazer outras conseqüências pejorativas.

Isto porque a elevação do desemprego e as perdas salariais de homens adultos vêm contribuindo para acelerar a desconstrução do papel do homem provedor, processo que, não raro, resulta em conflitos intrafamiliares, inclusive na violência contra mulher e filhos, na dissolução do vínculo conjugal ou, simplesmente, na fuga das responsabilidades da paternidade (BORGES, 2006, P. 03).

Apesar desta tendência geral, a pesquisadora notou que das três capitais, Salvador é que possui a maior expansão e o maior número de famílias sob o modelo “mãe e filhos”. Em 2004, enquadradas neste modelo estavam um quarto das famílias soteropolitanas contra apenas 17% das porto-alegrenses. Esses e os demais dados demonstrados estão na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS DE FAMÍLIAS DE REGIÕES METROPOLITANAS COM BASE NA PNAD

CARACTERÍSTICAS	RM DE SALVADOR		RM DE BELO HORIZONTE		RM DE PORTO ALEGRE	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Total de famílias	737.877	1.043.028	1.027.460	1.507.010	1.011.749	1.367.667
Rendimento médio familiar (R\$)	725,22	1.055,96	931,05	1.434,15	998,30	1.669,4
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> (R\$)	202,01	336,29	257,91	453,84	318,95	575,66
Casal com ou sem filhos (em %)	62,5	54,2	66,7	59,6	67,7	62,6
Mãe com filhos (em %)	20,6	26,4	19,1	22,1	15,4	17,0
Outros tipos de família (em %)	16,7	19,2	14,2	18,3	16,8	20,4

FONTE: ANGELA BORGES (2006)

Para a socióloga, essa diferença ressalta a maior vulnerabilidade dos trabalhadores da capital baiana frente as transformações em curso, pois seria neste tipo de arranjo familiar onde são encontradas as proporções médias mais elevadas de pobres e indigentes.

Continuando a análise da sua tabela, ela afirma que existe uma elevação da taxa de atividade pelo lado da oferta. Haveria um aumento do peso relativo da população em idade de trabalhar devido a mudanças demográficas e a uma maior inserção de segmentos com menor propensão histórica a trabalhar, as mulheres e os jovens. O aumento de procura de trabalho por esses, assim como no caso das mulheres, seria fruto de transformações culturais. Essas transformações culminariam em uma cultura consumista que levaria os jovens e as mulheres a procurar trabalho como meio de se tornar independentes.

Este aumento da participação feminina e juvenil no mercado de trabalho obviamente é tributário de transformações culturais e políticas importantes, como a saída maciça das mulheres do espaço privado e a afirmação da independência e identidade juvenis – esta última fortemente associada ao consumo em nossa sociedade. (...) Na idade adulta, a expressiva elevação das taxas específicas de atividade traduz o crescimento na participação feminina, inclusive nas idades mais avançadas. Esse aumento, um fenômeno generalizado no capitalismo globalizado, remete a mudanças tecnológicas e organizacionais e a uma reestruturação empresarial que tem levado a uma drástica redução dos contingentes de trabalhadores nas atividades produtoras de bens – espaços com maior presença masculina – e ao crescimento do contingente de trabalhadores necessários nas atividades do terciário, em que são crescentes as possibilidades de incorporação do trabalho feminino (BORGES, 2006, P. 04).

Com este fragmento do texto, fica clara a conclusão da autora de que as mudanças no mercado de trabalho são fruto de mudanças técnicas e culturais, típicas do capitalismo globalizado.

Segundo ela, as mudanças atingiriam as três estruturas econômicas analisadas. Entretanto, ao mesmo tempo, as diferentes proporções de mudanças nos indicadores apontam para diferentes estratégias de inserção no mercado de trabalho, de acordo com cada região. As três estruturas estariam fora do núcleo dinâmico original da economia nacional, Rio de Janeiro e São Paulo, e teriam processos históricos particulares. Porto Alegre estaria sob influência do Mercosul e estaria passando por um período industrial dinâmico. Belo Horizonte teria estreitado seus laços com o núcleo e estaria dentro do processo chamado de “desconcentração concentrada”. Esse mesmo processo, entretanto, teria prejudicado Salvador, pois embora tenha recebido investimentos industriais, esses possuíam baixa capacidade de geração de emprego e distribuição de renda.

Ainda segundo a autora, as transformações ocorridas nos anos 90 levaram a terceirização do emprego e a redução da proporção de postos de trabalho com carteira assinada e um decréscimo em termos de salário. Este item, entretanto é controverso, pois, de acordo com o a sua própria tabela, o rendimento médio das famílias subiu em todas as três capitais. Ainda mais controversa é a afirmação que relaciona a violência contra a mulher à perdas salariais e ao desemprego do homem, pois, em seu artigo, não existe nenhum tipo de bibliografia na qual a autora se embasa para realizar tal afirmação. Não é apresentada nenhuma fonte bibliográfica que tenha contabilizado as causas da violência contra a mulher.

Desse modo, a construção teórica da autora, de uma relação entre a

mudança de paradigma econômico do início dos anos 90 e uma suposta “precarização” das famílias é visivelmente frágil. Esse fato concorda com a afirmação de que muitas conclusões dessa linha de pensamento não possuem base estatística e, por isso mesmo, constituem-se puros “achismos”. Ainda sob essa ótica, a análise da socióloga também possuiria a característica de não perceber melhoras no longo prazo. Ao dar destaque à queda da contribuição do homem no rendimento familiar, ela ignora a crescente participação feminina na contribuição familiar e no mercado de trabalho.

Verifica-se como, a partir do Plano Real, ocorreu uma expressiva redução da contribuição do chefe homem para a formação da massa de rendimentos das famílias, a qual, em 2004, já se encontrava abaixo dos 50% em todas as regiões metropolitanas estudadas. Em contrapartida, aumentou a contribuição dos chefes mulheres e dos cônjuges de ambos os sexos, mas, em sua maioria, mulheres (BORGES, 2006, P. 08).

A autora afirma que a queda proporcional masculina não significa necessariamente que o seu rendimento absoluto também caiu. Uma vez que a Tabela 1 demonstra que houve um aumento do rendimento familiar e do rendimento familiar *per capita*, se deduz que houve um aumento da participação e da renda feminina. Apesar dessa conclusão apontar uma melhora brasileira no quesito igualdade de gênero, a pesquisadora opta por não dar destaque a esse fato e insistir que houve uma “precarização” familiar.

Sobre o mesmo tema, mas analisando a Região Metropolitana de São Paulo dos anos 80 e 90, Leone (1999) propõe outro ponto de vista sobre quase os mesmos resultados. A pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) observou os números da população economicamente ativa de 1995 e, em relação à 1981 e 1990, notou um aumento da participação feminina assim como o aumento do arranjo familiar composto por mulheres com filhos. Entretanto, o seu trabalho não enxerga essas premissas como prejudiciais à população, uma vez que elas favoreceriam principalmente os mais pobres, assim como apontariam a uma igualdade entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho.

Conclui-se, então, que continuam a aumentar as taxas de participação feminina no mercado de trabalho, bem como o número de famílias que dependem do trabalho da mulher (...). Os resultados obtidos mostram uma tendência à homogeneização dos indicadores de participação feminina na atividade econômica, nos diferentes níveis de renda e situações familiares, mostrando a generalização do aumento dessa participação que, inicialmente,

concentrou-se nas camadas mais abastadas da população. Essa generalização contribuiu significativamente para evitar o aumento da pobreza absoluta no Brasil. (LEONE, 1999, P. 26)

Isso posto, questiona-se a metodologia empregada por trabalhos como o de Angela Borges (2006), pois esses parecem carecer de base empírica para embasar algumas de suas conclusões, o que já havia sido alertado por Almeida (1998) em sua análise sobre o Complexo de Vira-Latas. Se destaca o fato de que a autora não consegue enxergar nenhum benefício para o população, ao comparar períodos no começo e após a abertura econômica. Na contramão do pensamento moderno, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho é visto como algo prejudicial às famílias.

Isso posto, uma vez que a Globalização está associada ao capitalismo, a influência marxista, através do posicionamento político, seria uma das explicações para a dificuldade que certos autores possuem em perceber efeitos positivos causados pelo fenômeno. Em diversos trabalhos produzidos por esses, as séries estatísticas são tendenciosamente interpretadas, afim de se obter conclusões em concordância com suas preferências políticas.

4.5. A GEOGRAFIA CRÍTICA

A chamada Geografia Crítica surgiu, segundo Moraes (1985), como um movimento de ruptura à metodologia da Geografia anterior, seja ela a Tradicional ou a Pragmática. Ainda segundo o autor, a sua proposta seria, como o próprio nome indica, criticar a realidade. Os geógrafos dessa corrente deveriam assumir um pressuposto político e ideológico, pois, seria exatamente a falta desse posicionamento que teria colocado a proposta de disciplina anterior longe das questões sociais. O objetivo dessa Geografia seria lutar por uma sociedade tida como justa (MORAES, 1985, P. 112).

Do mesmo modo que em outras ciências sociais nos anos 70 e 80, conforme demonstrado nas seções anteriores, a militância política se daria através da incorporação de elementos marxistas à geografia, como explica Diniz Filho (2009):

Não há dúvida de que a assimilação do marxismo foi a pedra angular na edificação da chamada geografia crítica, influenciando de modo intenso todos os seus aspectos teóricos-metodológicos e ideológicos. Houve diferenças significativas nas formas dessa assimilação, dependendo do país, instituição ou mesmo das interpretações particulares de cada geógrafo sobre a obra marxiana, mas é inegável que o marxismo constituiu a principal fonte da geografia crítica ou radical (DINIZ FILHO, 2009, P. 77).

Com a incorporação dos elementos marxistas, a geografia acabou absorvendo, ou sendo absorvida, pela idéia das trocas desiguais e pelo movimento terceiro-mundista, pois, como visto anteriormente, aquela bibliografia teria sua raízes enterradas em solo marxista. O próprio trabalho epistemológico de Moraes (1985), no capítulo dedicado a Geografia Crítica, poucos parágrafos após definir a mesma, denuncia a relação entre o conhecimento geográfico e o imperialismo:

A vanguarda desse processo crítico renovador vai ainda mais além, apontando o conteúdo de classe da Geografia Tradicional. Seus autores mostram as vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a idéia de progresso veiculando sempre a uma apologia da expansão (MORAES, 1985, P. 113).

Desse modo, a Geografia Crítica produz amplo material onde tenta demonstrar a exploração dos países pobres pelos países ricos, nos mesmos moldes do que ficou denominado como “terceiro-mundismo”. No âmbito brasileiro, o país é sucessivamente explorado pela América do Norte e pela Europa. Com a abertura econômica do fim do século passado, os seus autores encontraram um excelente cenário para realizar suas críticas. A globalização econômica seria uma nova expressão do imperialismo e suas consequências seriam prejudiciais à população. Entre essas estaria a concentração de renda e a multiplicação da pobreza.

Segundo Diniz Filho (1999), um dos geógrafos mais expressivos que utilizam o conceito de transferência geográfica de valor seria o norte americano Edward Soja. Esse conceito poderia ser entendido como a adaptação do conceito de troca desigual à Geografia.

Não obstante as enormes assimetrias existentes entre as várias regiões do globo (em termos de composição orgânica do capital, taxa de lucro, e outras) todas elas estariam interligadas por um único mercado mundial. Desse modo, os fluxos de mercadorias, de mão de obra e de capital entre essas regiões estabeleceriam um complexo sistema de trocas desiguais, mediante o qual ocorreria uma transferência líquida de parte do valor produzido nas regiões “sub-desenvolvidas” para as regiões “super-desenvolvidas”. (DINIZ FILHO, 1999, P. 167)

Assim, a teoria que prega que o mundo pode ser dividido entre explorados e exploradores é absorvida para dentro da Geografia acadêmica, assim como o Marxismo e a, conseqüente, resistência ao capitalismo.

Além do terceiromundismo, acrescenta-se aos ingredientes da geografia crítica brasileira, o complexo de vira-latas. As elites brasileiras, ao contrário das elites dos grandes países capitalistas, não seriam progressistas e defenderiam seus próprios interesses. Por sua vez, o governo, seria um representante da burguesia e estaria voltado ao interesses das grandes corporações. O resultado desses elementos seria a progressiva queda da qualidade de vida da população.

As características expostas nos parágrafos acima podem ser verificadas em diversos trabalhos. Em seu texto “Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira”, presente na coletânea “Que país é esse?”, Maria Laura Silveira (2005) afirma que os primórdios da globalização no Brasil acontecem ainda na década de 70, quando a modernização transborda das indústrias em direção de áreas, até então, intocadas. Alguns exemplos destas áreas seriam a mídia, o ensino e trabalho. Essa modernização seria conduzida pela instalação de complexas redes de comunicação e transportes. Essa unificação do território corresponderia a uma unificação do mercado, guiada sob a luz do capital estrangeiro. “O consumo e o crédito encontram as bases materiais para a sua instalação em quase todo o território” (SILVEIRA, 2005, P. 158).

Para ela, o Estado deveria subsidiar a melhoria de condições de vida dos mais pobres. Entretanto, a globalização o influenciaria a focar na integração com outros mercados, priorizando a exportação e, conseqüentemente, o comércio internacional. Este foco, segundo a autora, traria consigo a multiplicação da pobreza.

Quando a exportação é empregada como solução necessária, em vez de buscar a melhoria das condições de vida dos mais pobres, ampliando-se a produção e a circulação desnecessária e se aprofunda uma divisão do trabalho igualmente desnecessária. A globalização acelera este processo porque faz parte do seu credo a idéia de que sem exportar é impossível modernizar-se e participar plenamente do mundo ‘civilizado’. (...) Uma das conseqüências desse processo é a multiplicação e disseminação da pobreza nas diversas camadas sociais das regiões brasileiras. (...) Subsídios e créditos do Tesouro para auxiliar grandes corporações e bancos são, entre outras, formas legais de violência que, como vemos cotidianamente, ampliam outras modalidades de violência, amiúde ilegais (SILVEIRA, 2005, P. 160).

Para a autora, novas formas técnicas como a informatização e a automação levaram a uma precarização das relações trabalhistas e ao desemprego. Baseados no IBGE, dados do seu trabalho indicam que o desemprego dos anos 90 nas regiões metropolitanas de São Paulo (20%), Recife e Salvador (30%), Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre (mais de 10%) chegou a atingir índices de dois dígitos, apesar da queda nos primeiros meses de 2004. Enquanto a queda paulista foi de 20 para 12%, a de Recife e Salvador foi de 30 para 15%. Assim, apesar do surgimento de novas necessidades produtivas e, conseqüentemente, novas profissões, o aparecimento desses novos postos de trabalho não compensariam o desaparecimento dos postos antigos, e ainda demandariam um empregado altamente qualificado.

Essa nova sociedade ficaria, então, marcada por uma maior concentração de renda. A autora comparou a classe mais rica em dois anos, 1981 e 1997. Por classe mais rica, fica entendido que trata-se das pessoas que possuem renda igual ou superior a 20 salários mínimos. No ano anterior, a porcentagem das pessoas consideradas ricas era de 0,7% da população com mais de 10 anos de idade e concentrava 15,9% da renda nacional, que era aproximadamente US\$ 12 bilhões. Já em 1997, a proporção do mesmo grupo subiu para 1,8% e concentrava 26,4% do rendimento, algo em torno de US\$ 34,5 bilhões. A conclusão que ela tira, então, é de o volume de renda do país aumentou, mas os mecanismos de distribuição não. “Em conseqüência, nos últimos anos aumenta o volume da renda e ao mesmo tempo multiplica-se o número de excluídos no Brasil” (SILVEIRA, 2005, P.165). O problema da economia seria estrutural, o excedente seria transformado em lucro, apropriado pelo poder privado, não sendo revertido em melhorias sociais.

A autora ainda discorre sobre a proliferação do crédito. Em 1999 havia 24 milhões de cartões de crédito. Em 2003, o número aumentou para 47,5 milhões. O crescimento teria sido puxado pela, entre outros fatores, criação de linhas de crédito popular, com limites proporcionais a renda, que visavam os clientes mais pobres, que por vezes não possuem nem mesmo conta em bancos. Houve também uma larga criação de filiais de grandes instituições e a rentabilidade dos bancos pulou de 10,6% em 1994, para 24,5% em 2002. Esse aumento de crédito na economia seria um dos responsáveis pelo aumento de vendas de eletrodomésticos.

A intelectual também discute a existência de uma pobreza estrutural e faz

uma relação com o território. Haveria um uso seletivo do território nacional comandado pelo neoliberalismo. O setor privado tenderia a se instalar onde existisse, ou houvesse, a possibilidade de existir, uma demanda. Com isso as populações de lugares mais pobres tenderiam a ser excluídas. Essa exclusão levaria a uma dificuldade destes sítios em obter bens e serviços, contribuindo para o seu enfraquecimento. A tecnologia agindo em conjunto com os contínuos processos de fusão levariam a uma redução do número de pólos decisórios.

A divisão do trabalho que resulta do neoliberalismo é produtora de pobreza e dívidas sociais. Fundada nos acréscimos técnico-científicos-informacionais e nos mecanismos financeiros, ela é feita da superposição das divisões do trabalho das grandes corporações. É por isso que a divisão do trabalho no país tem um papel ativo na desvalorização dos fazeres e lugares que não perfazem essas necessidades. Daí os mecanismos de exclusão e a produção da pobreza (SILVEIRA, 2005, P. 171).

Assim, o pensamento da geógrafa é que a globalização foi e é maléfica ao país. Ela seria a representação de uma divisão de trabalho ditada pelas grandes corporações e influenciada pelo neoliberalismo. A informação teria papel predominante e, propositalmente, excluiria algumas regiões em benefício de outras, que tivessem uma demanda pela produção já consolidada ou em vias de se consolidar. Deste modo, não apenas a renda tenderia a se concentrar mais, mas também o fornecimento de bens e serviços tenderia a se concentrar em determinadas regiões. O Estado seria voltado ao interesses das empresas e não para as necessidades da população. Segundo a autora, quando o Estado faz esta opção, pela exportação, acaba por contribuir para a pobreza gerada pela globalização.

Milton Santos, provavelmente, pode ser considerado o maior crítico da Globalização, dentro da Geografia. Seu livro, "Por uma outra globalização", exemplifica com perfeição os pontos a serem encontrados nas mais diversas críticas à Globalização.

(...) devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2007, P. 18).

A globalização traz efeitos negativos, apesar de se apresentar como benéfica. Essa apresentação seria como um disfarce que prometeria o desenvolvimento mas traria

o contrário, acentuando as disparidades.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. (...) Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2007, P. 19).

O estado, quando não é ausente, é visto como a serviço de grandes conglomerados econômicos estrangeiros. Sua função seria facilitar o seu movimento dentro do mercado doméstico.

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil (SANTOS, 2007, P.19).

Nota-se que para esses pensadores, fica claro o seu entendimento que é o estado que deve subsidiar a população. Deve ser ele o motor da melhoria de vida dos cidadãos. Numa clara influência marxista, o livre-mercado não é visto como uma possibilidade de melhoria de vida para o cidadão, pelo contrário.

Finalmente, afirma-se que a globalização é produtora de pobreza:

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como o SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem o seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2007, P. 19).

Entretanto, pode-se notar que apesar de ser o pensador mais influente, ele não fundamenta o seu trabalho. Em seu livro não se faz menção a pesquisas estatísticas nem há tabelas comparativas, ao contrário das autoras citadas anteriormente. Ele não demonstra com base em quais dados e para que período se baseou para afirmar que a mortalidade infantil permanece. Pode-se verificar que o texto também poderia figurar entre os que Almeida (1998) classifica como catastróficos ou pessimistas.

No meio acadêmico geográfico, é comum a idéia de que o livro de Milton Santos, seria apenas uma obra de divulgação, o que justificaria a falta de

embasamento matemático e o a rigidez das críticas do geógrafo. Entretanto, através da análise de outra obra do autor, pode-se verificar o seu posicionamento político e, conseqüentemente, os pressupostos de suas críticas:

Diante da marcha triunfante do imperialismo, os geógrafos dividiriam seus pontos de vista. De um lado, aqueles que lutam pelo advento de um mundo mais justo onde o espaço seria organizado com o fim de oferecer ao homem mais igualdade e mais felicidade (...). Por outro lado, aqueles que preconizavam claramente o colonialismo e o império do capital (...). Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de uma lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço (SANTOS, 1980, P. 19).

Pelo fragmento acima, o intelectual divide os geógrafos em em duas categorias. Haveria aqueles que preconizariam o capitalismo e aqueles que buscariam um mundo mais igual. Assim, infere-se que o capitalismo não poderia melhorar a qualidade da população.

“Por uma outra globalização” também está presente na bibliografia de diversos livros didáticos, como por exemplo no livro de geografia do ensino médio utilizado pela rede estadual de ensino do Paraná (SEED, 2007, P. 196). O livro “Geografia Geral e do Brasil” de Tamdjian e Mendes (2005), também apresenta a obra em sua bibliografia e foi utilizado pela rede pública de ensino. Desse modo, a afirmação de que a obra não é um livro científico e isso justificaria a falta de embasamento é, no mínimo, questionável, uma vez que seu conteúdo pode ser repassado à alunos de ensino médio. Na falta de dados estatísticos, é razoável afirmar que leigos tenderiam a ler sua obra como uma representação científica da realidade, baseado-se na autoridade intelectual do renomado autor.

Sobre a falta de embasamento estatístico, o texto o “Futuro da Megacidades” de 1998, transcreve uma palestra de Milton Santos. Nele, após ser questionado sobre estatísticas, o geógrafo teceu a seguinte resposta.

E o segundo é que o economicismo acaba por dar um sério valor aos números e às séries estatísticas. Ora, eu não sei o que fazer com as séries estatísticas. O que é que faço? O que faço com as séries estatísticas é enfeitar o meu texto (CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, P. 23).

É academicamente reconhecido que o embasamento empírico, juntamente com o método científico, é o que diferencia o senso comum da ciência. Desse modo,

traçando um paralelo com Almeida (1998), a tese de Santos seria, se não o melhor, um dos melhores exemplos de autor fatalista: a afirmação que o país piora sem nenhuma base empírica.

Assim, infere-se que a Geografia Crítica, a pedra fundamental à influenciar toda a geografia brasileira, exerga o fenômeno da Globalização como um fenômeno prejudicial à população brasileira. Um de seus maiores representantes, Milton Santos, afirma que a mesma seria produtora de pobreza, entretanto, o mesmo não fundamenta o seu trabalho com base estatística. Apesar de outros autores críticos usarem a estatística, aparentemente existe um esforço para não enxergar melhoras para a população, após a globalização.

Uma das explicações para esse comportamento, também observado na literatura terceiro mundista e no complexo de viralata, seria que a sua visão de mundo seria influenciada pelo seus posicionamentos políticos (DINIZ FILHO, 2008, P. 13). Outra explicação, seria a grande importância dada à tendências econômicas no curto prazo, em detrimento de movimentos mais longos, mas também mas consistentes. Isso posto, questiona-se a contribuição científica desses trabalhos.

5 INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO

5.1 MUDANÇA DE PARADIGMA

No Brasil, a dinâmica econômica que compreendeu o período de 1930 até 1979 foi chamada de “nacional-desenvolvimentismo”. Tratava-se de um modelo baseado na industrialização voltada à substituição de importações e, a partir de 1965, também à promoção de exportações, ainda que em papel secundário. Era, como o próprio nome diz, em um primeiro momento, uma economia cuja principal fonte de dinamismo estava na expansão e integração do mercado interno (DINIZ FILHO, 2000).

Para esse modelo funcionar, o estado tinha um papel predominante: em uma economia protegida, a ele estava reservado o papel de ser o provedor do desenvolvimento e organizador do espaço, através de investimentos diretos na infraestrutura e políticas aduaneiras, de subsídios e incentivos fiscais. A influência do governo era exercida através de planos como o Plano de Ação Estratégica do Governo (PAEG), o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Plano de Nacional de Desenvolvimento I e II (PND).

Segundo Goldenstein (1998), esse modelo só conseguiu obter um relativo sucesso em acelerar o crescimento econômico em virtude do financiamento externo. Assim, era graças ao endividamento externo, que o país conseguia complementar a poupança nacional e financiar a economia, evitando crises decorrentes da balança de pagamentos e da inflação. Esse sistema, entretanto, começou a entrar em colapso após as crises econômicas internacionais, decorrentes dos choques do petróleo, nos anos 1973 e 1979.

Juntamente com o aumento de mobilidade de capitais, as crises fizeram com que os recursos externos se tornem escassos no país. Sem esses capitais, o estado não conseguia financiar seus gastos. A inflação, antes uma aliada do gastos públicos, dispara. É por esse cenário de estagnação que a economia da década seguinte ficaria marcada:

A “década perdida”, como se convencionou chamar os anos 80, caracterizou-se por estagnação econômica (com exceção do período 1984-86), forte instabilidade e aceleração inflacionária, o que evidenciava a impossibilidade de assegurar ao país uma trajetória de desenvolvimento apoiada na mesma estratégia de financiamento externo praticada nos anos 70 (...). (DINIZ FILHO, 2000, P. 84)

A década de 80 pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, entre 1980 e 1983, é marcada pela recessão econômica causada pela mesma crise que pôs fim ao modelo econômico anterior. Depois, entre 1984 e 1986, houve uma fase de recuperação, graças ao bom desempenho do setor exportador e crescimento do mercado interno. Entre 1987 e 1989, ocorreu a última fase, marcada pelo fracasso do Plano Cruzado e também pelos cortes de gastos e investimentos públicos, na tentativa de conter a galopante inflação. Diniz Filho (2000) chega a fazer referência a uma taxa anual de inflação que, em 1988, chegou a 685% e, no ano seguinte, atingiu a exorbitante porcentagem de 1.320%.

Lídia Goldenstein (1998) explica porque os planos econômicos fracassavam. Para ela, a carência de capital estrangeiro era tão extrema que inviabilizava qualquer tipo de modelo econômico que possuísse a ambição de retomar o crescimento sem o mesmo:

Assim, a dependência de recursos externos que, embora sempre tenha existido, não era tão explícita e profunda, se agrava sobremaneira, a ponto de tornar inviável qualquer alternativa de reconstrução de um modelo de crescimento que não passasse pelo retorno do fluxo internacional de capitais para o país. Os diferentes planos econômicos que se sucederam no anos 80 (Cruzado, Bresser, Verão e Collor) são a prova disso (GOLDENSTEIN, 1998, P. 132).

Para a autora, a abertura econômica seria uma pré-condição para a estabilização porque, sem ela, o capital estrangeiro não conseguiria articular a economia. Com o mercado interno protegido, as empresas não sentiam a necessidade de efetuar investimentos, inovar, diminuir custos e aumentar a produtividade. A elas, o mercado estava reservado, de modo que qualquer custo adicional poderia ser repassado ao preço final, garantindo sua margem de lucro e prejudicando, principalmente, os segmentos mais pobres da população.

Ao provocar tal mudança paradigmática, a abertura da economia, por sua vez, viabiliza a estabilização. Com a economia fechada, sem concorrência, era impossível romper com as práticas das empresas de jogarem quaisquer custos para preços. Não havia a necessidade de as empresas se esforçarem por diminuir custos, buscar aumentos de produtividade, investir em geral. O mercado lhes era dado, garantindo juntamente com margens de lucro especialmente elevadas, se comparadas com outros países (GOLDENSTEIN, 1998, P. 133).

Desse modo, para a autora, a mudança de paradigma econômico era inevitável. “O esgotamento do modelo *nacional desenvolvimentista* e a fatura da

sociedade após 15 anos de inflação e estagnação desarticularam o arranjo até então existente” (GOLDENSTEIN, 1998, P. 135). A continuação do modelo com economia fechada manteria o país sem capacidade de investir e, conseqüentemente, estagnado.

O começo da mudança do paradigma econômico se deu, enfim, no início da década de 90, pois nesse período foram aplicadas políticas que visavam diminuir a influência do estado na economia e a “integração competitiva” do país ao cenário econômico internacional (DINIZ FILHO, 2000). Essas diretrizes tiveram um tímido início no governo de Fernando Collor, entre 1990-1992, pois sua política econômica, combinava liberação fiscal e financeira com medidas radicais para estabilização da inflação. O seu plano de governo previa a eliminação de vários tipos de incentivos fiscais e uma flexibilização do câmbio, afim de incentivar uma progressiva abertura econômica. Também foi criado um cronograma que visava a redução progressiva das tarifas aduaneiras.

A inserção econômica do país na economia internacional se consolidou, efetivamente, no plano econômico denominado Plano Real. Esse, depois de nascer no governo de Itamar Franco (1992-1993), atingiu sua maturidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). A sua pauta continha a desindexação da economia, as privatizações, o equilíbrio fiscal, a abertura econômica, o contingenciamento e políticas monetárias restritivas (FIÚZA, 2006).

Segundo a proposta de governo publicada pelo próprio Fernando Henrique (1994), com a manutenção do câmbio artificialmente valorizado e a redução de tarifas de importação e a facilitação de serviços internacionais, haveria um aumento das importações e a instalação de diversas empresas estrangeiras no país. Com isso, o governo esperava estabilizar as taxas de inflação, pois o aumento da oferta pressionaria os preços para baixo e, ao mesmo tempo, modernizaria e diversificaria os produtos e serviços. As privatizações, por sua vez, tinham como justificativa a afirmação de que a iniciativa privada teria meios próprios de investimento, o que deixaria o governo mais livre para investir em áreas primordiais, além de tornar as empresas mais competitivas e ajudar no processo de enxugamento da máquina pública.

Pode-se perceber pela descrição do próprio governo, a importância da integração econômica com o resto do mundo para o funcionamento do plano. Sem a inserção do país na globalização econômica, o plano não teria sido viável:

Sua espinha dorsal foi o prognóstico de que o desequilíbrio do setor externo ocasionado pela valorização do câmbio, além de financiável pela entrada de capital externo, constituiria um fenômeno transitório, a ser corrigido pela efetivação de reformas estruturais voltadas para a redução do “custo Brasil” e, portanto, para o aumento da competitividade internacional das empresas instaladas no país. Daí a importância atribuída à abertura comercial, à desoneração fiscal das exportações e do investimento produtivo, à desregulamentação da economia e das relações de trabalho, à privatização das empresas estatais e às políticas de concessão do direito de operação das redes de infraestrutura à iniciativa privada (DINIZ FILHO, 2000, P. 110).

Neste extrato verifica-se a grande importância das importações como fonte de captação de capital externo e, conseqüentemente, dinamismo econômico. Desse modo, a redução de tarifas de importação se tornou um mecanismo fundamental para o funcionamento do plano. Para efetuar uma pesquisa sobre o impacto da abertura comercial sobre a produtividade da indústria brasileira, Silva (2004), em publicação da Fundação Getúlio Vargas, tabelou a evolução da proteção tarifária nos últimos anos da década de 80 e na primeira metade dos anos 90. O resultado obtido se encontra na Tabela 2 a seguir:

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA DE IMPORTAÇÃO NOMINAL

SETOR DE ATIVIDADE	1989/90	1992/99
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	18.50	9.11
Construção e reparação de embarcações	36.25	20.50
Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários	45.56	23.99
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	62.03	30.22
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria	59.20	18.00
Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos, inclusive eletrodomésticos, máquinas e utensílios para escritórios, peças e acessórios	50.67	23.54
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, gesso e estuque	40.00	7.33
Fabricação de artigos de borracha	52.32	17.81
Fabricação de artigos do mobiliário	38.92	20.17
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	61.63	23.09
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	72.22	32.72
Fabricação de bebidas	75.89	26.28
Fabricação de calçados	50.11	22.02
Fabricação de cimento	12.00	4.33
		continua

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA TARIFA MÉDIA DE IMPORTAÇÃO NOMINAL

		conclusão
Fabricação de condutores e outros materiais elétricos, exclusive para veículos	32.79	18.97
Fabricação de equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica	36.90	19.09
Fabricação de máquinas, equipamentos e instalações, inclusive peças e acessórios	37.91	20.44
Fabricação de material e aparelhos eletrônicos e de comunicação	36.38	22.34
Fabricação de motores e peças para veículos	38.59	20.74
Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	31.28	12.98
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	33.15	17.26
Fabricação de outros veículos	35.18	15.53
Fabricação de papel, papelão e artefatos de papel	26.47	9.76
Fabricação de produtos de plástico	41.59	19.03
Fabricação de produtos do fumo	81.39	29.31
Fabricação de produtos farmacêuticos	81.39	9.38
Fabricação de produtos químicos diversos	31.84	13.94
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	9.82	4.26
Fabricação de resinas, fibras artificiais e sintéticas e elastômeros	29.38	12.70
Fabricação de tratores e máquinas rodoviárias, inclusive peças e acessórios	43.94	21.20
Fabricação de vidro e artigos de vidro	31.92	11.08
Fabricação e refino de açúcar	23.75	15.35
Fundição	32.92	16.54
Indústria da madeira	21.50	6.23
Indústria do couro e peles e fabricação de artigos de viagem	22.27	10.93
Indústria editorial e gráfica	21.73	9.36
Indústria têxtil	56.12	22.00
Indústrias diversas	42.00	19.12
Laticínios	33.08	22.34
Metalurgia de metais não-ferrosos	21.91	10.05
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	26.91	11.98
Preparação de conservas de frutas e legumes, inclusive sucos e condimentos	36.98	12.75
Produção de álcool	20.00	11.11
Produção de óleos, gorduras vegetais e animais	24.19	10.98
Refino de petróleo	8.54	6.74
Siderurgia	21.16	10.39
Torrefação e moagem de café	26.00	10.90
Indústria de Transformação	36.58	16.25

FONTE: SILVA (2004)

Na tabela, a autora agrupou os anos de 1989 e 1990 e os anos 1992 e 1994 por questões metodológicas. Em todos os 48 setores analisados, comparando-se os dois períodos, pode-se notar a queda drástica das tarifas comerciais. Desse modo, fica clara a mudança da política comercial no início da última década do século XX.

Para a garantir as importações e, conseqüentemente, toda a manutenção do novo sistema econômico, é necessária a existência de reservas de uma moeda forte e estável. Além de garantir o comércio exterior, essas reservas teriam a função de proteger a moeda local contra ataques especulativos. Segundo Goldenstein (1998), o capital estrangeiro se apresenta sob duas formas: especulativo e produtivo. Os capitais especulativos são facilmente atraídos por altas taxas de juros, entretanto podem retornar ao país de origem ao menor sinal de fragilidade da economia local. Já os capitais produtivos, apesar de não serem tão facilmente atraídos, são menos sensíveis ao cenário externo.

Sem dúvida o Plano Real dependeu, e ainda depende em certa medida, de capital externo especulativo mas, ao mesmo tempo, criou as condições para a vinda de investimentos diretos que, ao contribuírem para a reestruturação produtiva, permitem o retorno de um crescimento sustentado (GOLDENSTEIN, 1998, P. 135).

A autora afirma ainda que, apesar do Plano Real ter sido alimentado por uma grande quantidade de capital especulativo, esse permitiu que fosse criado um ambiente propício ao investimento externo, o capital produtivo.

Assim, infere-se que o Brasil se inseriu na globalização no início dos anos 1990, quando o seu paradigma econômico foi transformado. De um modelo essencialmente voltado ao mercado interno, de indústria protegida, para uma economia integrada, “aberta”, onde o comércio internacional possui o papel de ser o principal propulsor de desenvolvimento.

5.2 IMPACTO SOBRE A POBREZA

Conforme visto no item anterior, o ambiente econômico dos anos 1980 era dominado pela inflação descontrolada. Para se proteger, as empresas repassavam os custos decorrentes à população através do aumento de preços dos seus produtos, acelerando ainda mais o processo inflacionário. As camadas mais

abastadas, por sua vez, para manter seu poder de compra, recorriam à moeda estrangeira, principalmente ao dólar, e à aplicações financeiras como o *overnight*. Luna e Klein (2009) explicam os métodos utilizados para driblar a inflação:

A inflação causava a deterioração de todos os salários, mas era mais perversa com os trabalhadores que não possuíam mecanismos efetivos para proteção. A renda não proveniente de salário, especialmente a que estava ligada ao mercado financeiro, usava a indexação para proteger seus ganhos (LUNA E KLEIN, 2009, P. 102).

Desse modo, quem mais sofria com a desvalorização constante era justamente a camada mais pobre da população que, sem muitas opções para se proteger, via o poder de compra de seu salário ser corroído diariamente. Goldenstein (1998) confirma a falta de mecanismos de defesa contra a inflação por parte dos mais pobres:

É a abertura que permite o rompimento da aliança inflacionária na qual setores empresariais, em conjunto com os setores mais organizados dos trabalhadores, protegiam-se da inflação às custas da aceleração do processo inflacionário. Essa aliança, cuja conta aparecia no déficit público e nas perdas de renda dos setores mais carentes e/ou desorganizados da sociedade, tinham sua sobrevivência garantida pela falta de concorrência na economia (GOLDEINSTEIN, 1998, P. 133).

Desse modo, a abertura econômica, ou seja, a inserção do país na globalização financeira deveria ser benéfica principalmente para os mais pobres, uma vez que um dos seus resultados prometidos seria a estabilização do seu poder de compra.

Em artigo publicado pelo Banco Mundial, Francisco Ferreira, Phillippe Leite e Martin Ravallion (2007), analisam a dinâmica da pobreza no Brasil entre 1985 e 2004 e chegam a conclusão de que ela diminuiu, ainda que sejam cautelosos quanto a magnitude dessa queda. Defensores da idéia que o desenvolvimento econômico é benéfico à população, quanto ao baixo ritmo de diminuição da pobreza, eles afirmam que o ritmo não foi maior porque o crescimento da economia, além de pequeno, teve baixa capacidade de diminuição de pobreza. Segundo eles, a elasticidade dessa capacidade difere de acordo com os diferentes setores da economia beneficiados. Desse modo, haveria diferentes *pattern of growth*, ou seja, diferentes padrões de crescimento. Desse modo, eles acreditam que o crescimento do setor de serviços possui maior capacidade de diminuir a pobreza que o crescimento da agricultura e da indústria. No caso do Brasil, o pequeno crescimento do terceiro setor pós-1994,

prejudicou a busca por uma taxa de redução ainda maior. É importante salientar que os pesquisadores trabalham com a idéia de miséria absoluta, pois pela sua conceituação, pobre seria aquele que ganha menos de um dólar por dia, utilizando o seu poder de compra para 1993.

We find that growth in the services sector was substantially more poverty-reducing than growth in either agriculture or industry... The lower growth rates in the services sector after 1994 (compared to period prior to 1994) had a (small) negative effect on the rate of poverty reduction, despite a small improvement in the elasticity of poverty with respect to agricultural growth (FERREIRA, LEITE e RAVALLION, 2007, P. 23 e 24).

Os autores também afirmam que existiriam certas pré-condições que poderiam potencializar a capacidade do crescimento de reduzir a miséria, como por exemplo a participação política, a saúde e, especialmente no caso brasileiro, a educação. A existência desses itens pode fazer com que um crescimento seja melhor aproveitado. Assim, um país que possui um bom nível dessas pré-condições, quando afortunado pelo crescimento econômico, provavelmente diminuirá a sua taxa de pobreza em maior velocidade do que um país que não apresente as mesmas.

Mesmo não possuindo pré-condições perfeitas, os pesquisadores do Banco Mundial são taxativos quanto a importância da mudança da orientação política do Brasil nos anos de 1990, como se pode verificar no fragmento abaixo:

But our results are also consistent with the view that the contemporaneous policy environment plays an important role in three ways: by affecting the sectoral composition of growth, by affecting the sensitivity of poverty to growth in each sector and, finally, by changing macroeconomic conditions and the redistributive role of the State. The sectoral pattern of growth changed markedly after the change in policy regime around 1994, when Brazil successfully stabilized prices and concluded a process of trade liberalization that favored sectors producing tradable goods. Aggregate growth became a more important factor against poverty, outweighing the poverty-increasing effect of the changing composition of growth (away from the service sector). This was helped by the fact that agricultural and industrial growth became relatively more poverty-reducing after the reforms (FERREIRA, LEITE e RAVALLION, 2007, P. 04).

Desse modo, para os pesquisadores, o país efetivamente se insere na economia internacional em 1994, ao fim de um processo de abertura econômica iniciado alguns anos antes. Essa mudança de paradigma macroeconômico possibilitou o comércio internacional de diversos produtos, inclusive alimentos, o que permitiu que a inflação ficasse sob relativo controle. Por sua vez, a estabilidade possibilitou, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, a criação de

programas sociais de distribuição de renda. Todos esses fatores levaram os setores agrícola e industrial, a aumentar a sua capacidade de beneficiar as camadas mais pobres da população, fornecendo subsídios para o entendimento da diminuição da pobreza mesmo sem um grande crescimento econômico.

Concordando com os pesquisadores do Banco Mundial, Goldenstein (1998) afirma que, sobre o ponto de vista da renda, a mudança de paradigma econômico teve um grande impacto distributivo. Essa renda advém do fim da faixa de lucro que o empresário obtinham unicamente devido ao mercado fechado, além dos ganhos na maior produtividade nacional e na menor quantidade de impostos. Para a autora, essa desconcentração faz com um número cada vez maior de investimentos estrangeiros rumem para o país, mirando o crescente mercado consumidor. O que as atrai não é apenas o aumento do poder de compra da população, mas também a grande oferta de crédito, o que pode causar um efeito multiplicador sobre o consumo.

Uma pesquisa do IPEA (2002), realizou um levantamento dos investimentos produtivos no país, realizando uma comparação entre os períodos anteriores e posteriores à reforma econômica. Segundo a análise, com o esgotamento do modelo de substituição de importações, o Brasil dos anos 80 apresentou uma grande queda de investimentos em relação ao PIB. A partir da abertura econômica, os investimentos passaram por um período de recuperação, conforme pode se verificar na Tabela 3 a seguir. Salienta-se que o investimento direto estrangeiro é mencionado pela abreviação IED e que a sigla FBKF refere-se à formação bruta de capital fixo.

TABELA 3 - INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

PERÍODO	IED EM RELAÇÃO AO PIB (%)	IED EM RELAÇÃO AO FBKF (%)
1976 até 1985	0,7	3,3
1986 até 1994	0,2	1,1
1995	0,8	3,8
1996	1,4	7,0
1997	2,3	11,7
1998	3,6	18,4
1999	5,9	31,3
2000	5,7	30,6

FONTE: IPEA (2002)

O Instituto construiu a tabela, principalmente, com base em dados do Banco Central e da FGV. Nela pode-se notar que a referida retomada do investimento foi puxada em grande parte pelo capital estrangeiro. A formação de capital fixo refere-se à aquisição de edifícios, máquinas e equipamentos (SANDRONI, 2006). A sua importância reside no fato de que ele pode indicar a capacidade de produção do país, assim como a confiança das empresas no futuro da economia. O índice se relaciona intimamente com o aumento da produtividade, o que, por sua vez, se relaciona com a diminuição do custo do produto, o que vai trazer benefícios à população, conforme será explicado posteriormente.

Para o IPEA (2002), apesar dos juros altos e da maior vulnerabilidade externa pós-abertura jogarem contra, a estabilização econômica e o, conseqüente, aumento de poder de compra da população, foram os principais responsáveis por atrair o investidor estrangeiro. Por esse ponto de vista, a grande população brasileira acaba por gerar um grande mercado interno, o que seria uma vantagem para o país, em comparação aos outros, de menor população. Essa característica teria ajudado o país a realizar uma mudança de paradigma menos traumática: “Também tem a vantagem (o Brasil) – em comparação a outros países em desenvolvimento – de poder depender de um grande mercado interno para alavancar o crescimento futuro (ou seja, é menos dependente das exportações), uma vantagem que dá ao país mais tempo para se ajustar a acirrada competição internacional” (IPEA, 2002, P. 196).

O modo como a agricultura e, conseqüentemente, os alimentos contribuíram para o controle da inflação é chamado pela leitura especializada de “âncora verde”. Ela é apontada, junto com a “âncora cambial”, como a responsável pelo reconhecido sucesso do Plano Real. O artigo do IPEA (2003), “A Evolução do Sistema Agroalimentar no Brasil e a Redução de Preços para o Consumidor: Os Efeitos da Atuação dos Grandes Compradores”, possui uma grande gama de informações sobre o tema. Segundo o artigo, ela é assim chamada porque além de evitar que os produtos da cesta básica se elevassem, por serem os produtos primários matérias-primas para outros produtos, ela também não permitiu que a inflação adentrasse na cadeia produtiva, funcionando assim como uma verdadeira “âncora” de preços, uma vez que o governo não possui controle direto sobre os preços agrícolas.

O artigo, que foi redigido em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fez uma revisão de diversos autores e

enumerou diversos fatores que contribuíram para a queda dos preços dos produtos agrícolas. Os mais comuns seriam a valorização cambial, a elevação da produtividade da terra e a “normalização” do mercado pós-inflação, além da queda mundial pós-crise asiática. Todos os fatores tiveram sua parcela de contribuição ao mesmo tempo que todos foram interligados pela globalização econômica. Com o câmbio controlado artificialmente pelo governo, a moeda nacional se valorizou frente ao dólar, o que tornou a exportação desinteressante, fazendo com que os produtores voltassem seus olhos ao mercado interno:

A combinação de câmbio valorizado, juros elevados e abertura comercial agressiva teria reduzido a rentabilidade dos segmentos exportadores, que se voltaram então para o mercado interno. A oferta doméstica de produtos agrícolas teria crescido pelas importações e pelo desvio de exportações (IPEA, 2003, P. 12).

Desse modo, o mercado foi inundado pela oferta de produtos nacionais e internacionais, forçando a baixa do preço dos mesmos. O livre mercado também permitiu a importação de tecnologia, o que possibilitou a elevação da produtividade e da qualidade da terra. Considera, Souza e Bracale (2002), pesquisadores do Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) confirmam o aumento da produtividade e, para isso, se valeram de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do IBGE para calcular a taxa de crescimento médio anual da produção de diversos produtos. O resultado da pesquisa está apresentado na Tabela 4 a seguir:

TABELA 4 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DE PRODUTIVIDADE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ENTRE 1994 E 2002.

PRODUTO	TAXA DE CRESCIMENTO
Café	-1,35%
Cana-de-açúcar	1,50%
Arroz	4,43%
Feijão	3,65%
Milho	2,94%
Soja	2,70%
Trigo	2,09%
Boi	0,95%
Leite	1,77%
MÉDIA GERAL	1,89%

FONTE: CONSIDERA, SOUZA E BRACALE (2002)

Para chegar a esses resultados, os autores levaram em conta somente um dos fatores de produção: o fator terra. Já para os produtos pecuários, foi utilizado o abate e a produção de leite. Na tabela verifica-se que, apesar da produtividade do café ter diminuído, todos os outros itens apresentaram sensíveis melhoras. Esses ganhos na produtividade, inclusive poderiam gerar um ganho na renda do produtor, mesmo com a queda no preço final ao consumidor, como será apresentado posteriormente.

Em um estudo sobre a indústria de biscoitos, Monteiro e Martins (2003), ao comentar sobre a desregulamentação do mercado de trigo no início da década de 90, demonstram uma consequência prática da abertura dos mercados e o fim dos monopólios estatais sobre a produtividade:

Até aquele momento este grão só podia ser comercializado por intermédio do Banco do Brasil, o qual controlava desta forma, o preço do produto retardando o processo de melhoria de qualidade dos grãos. Tanto que, durante o monopólio, o Brasil produzia 75% do trigo consumido, poucos anos após a queda do monopólio o país produzia apenas 25% do total que consumia. Isto devido, principalmente, a várias décadas de um mercado fechado, controlado por uma empresa estatal, que priorizava o volume de produção nacional e deixava de lado a produtividade agrícola e a qualidade do produto (MONTEIRO e MARTINS, 2003, P. 01).

Considera, Souza e Bracale (2002), explicam ainda que, a contribuição indireta do setor agrícola foi mais importante para o controle da inflação do que a própria contribuição direta. Em conformidade com o mecanismo “âncora verde”, o grande comprador, ou seja, a indústria, teve papel fundamental nesse cenário. Ao comprar os produtos primários como matéria-prima, o setor secundário acabou por transmitir a queda de custo ao resto da cadeia produtiva, seja pela compra de insumos nacionais ou importados. Desse modo, apesar de algumas leituras fazerem referência a um “sacrifício da agricultura”, é a indústria que merece o crédito final pela redução do preço da alimentação dos brasileiros.

Analisando o período entre 1989 e 1996, o IPEA (2002) confirmou o grande aumento de produtividade da indústria, confirmando a importância do setor. A variação positiva, mais de 50%, teria sido uma das maiores do mundo e teria aproximado os níveis de produção brasileiros aos níveis dos países tidos como desenvolvidos:

A elevação média da produtividade do trabalho na indústria brasileira, entre 1989 e 1996, foi de 54%. O desempenho foi muito superior ao que se registrou no resto do mundo – mesmo nos Estados Unidos, onde a produtividade cresceu fortemente – e permitiu uma redução na considerável distância entre a produtividade do trabalho brasileira e internacional (IPEA, 2002, P. 235).

Danielle Silva (2004), acredita que em economias fechadas a produção é menos eficiente porque a falta de concorrência não incentiva o investimento em tecnologia, assim como a utilização otimizada dos recursos. A autora, então, analisou a relação entre a diminuição das taxas aduaneiras e as variações na produtividade de 48 setores industriais do país. O resultado está na Tabela 5 a seguir:

TABELA 5 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DE PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (%)

SETOR DE ATIVIDADE	1989/90	1992/99
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	0.34	0.37
Construção e reparação de embarcações	0.17	0.73
Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários	0.74	0.47
Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo	1.36	2.61
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria	0.75	2.12
Fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos, inclusive eletrodomésticos, máquinas e utensílios para escritórios, peças e acessórios	0.66	0.91
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, gesso e estoque	0.65	0.41
Fabricação de artigos de borracha	1.24	0.93
Fabricação de artigos do mobiliário	0.39	0.36
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	0.30	0.51
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	0.49	0.93
Fabricação de bebidas	0.67	1.22
Fabricação de calçados	0.95	1.09
Fabricação de cimento	0.59	1.57
Fabricação de condutores e outros materiais elétricos, exclusive para veículos	0.46	1.06
Fabricação de equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica	0.62	1.02
Fabricação de máquinas, equipamentos e instalações, inclusive peças e acessórios	0.61	0.80
Fabricação de material e aparelhos eletrônicos e de comunicações	1.11	2.63
Fabricação de motores e peças para veículos	0.41	0.51

continua

TABELA 5 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DE PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (%)

		conclusão
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	0.83	0.85
Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	0.39	0.29
Fabricação de outros veículos	0.52	0.55
Fabricação de papel, papelão e artefatos de papel	0.61	0.95
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	0.32	1.01
Fabricação de produtos de plástico	0.60	0.79
Fabricação de produtos do fumo	0.35	0.68
Fabricação de produtos farmacêuticos	1.05	0.97
Fabricação de produtos químicos diversos	0.92	0.66
Fabricação de resinas, fibras artificiais e sintéticas e elastômeros	0.55	0.77
Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais	0.39	0.59
Fabricação de vidro e de produtos do vidro	0.51	0.79
Fabricação e refino de açúcar	0.62	0.37
Fundição	0.70	0.38
Indústria da madeira	0.23	0.28
Indústrias diversas	0.68	0.51
Indústria do couro e peles e fabricação de artigos de viagem	0.43	0.83
Indústria editorial e gráfica	0.91	1.60
Indústria têxtil	0.58	1.00
Laticínios	0.86	1.17
Metalurgia de metais não-ferrosos	0.51	0.50
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	0.67	1.00
Preparação de conservas de frutas e legumes, inclusive sucos e condimentos	0.89	0.39
Produção de álcool	0.56	0.83
Produção de óleos, gorduras vegetais e animais	0.22	1.22
Refino de petróleo	0.97	0.82
Siderurgia	0.76	0.74
Torrefação e moagem de café	0.76	0.57
Indústria de transformação	0.62	0.88

FONTE: SILVA (2004)

Apesar de apresentarem resultados heterogêneos, todos os setores foram afetados positivamente. Após esse resultado, a autora não só concordou com a premissa de que a mudança de modelo econômico foi produtivamente positiva, como afirmou que

um dos determinantes da estagnação da indústria brasileira dos anos 80 foi o longo prazo de utilização de um modelo de substituição de importação.

De acordo com esses resultados é possível concluir que para a indústria de transformação a abertura e produtividade têm uma relação positiva e ao mesmo tempo mostra a ineficiência das políticas de restrição comercial como estratégia de desenvolvimento e de proteção à indústria. A estagnação da produtividade na década de 80 constitui uma evidência forte da conclusão acima. Dessa forma, pode-se questionar o modelo de substituição de importações como estratégia de crescimento de longo prazo. A baixa competitividade da indústria brasileira durante os anos de proteção acabou afetando o país (SILVA, 2004, P. 34).

Ao afirmar que baixa competitividade afetou o país, Silva (2004) está se referindo ao fato de que durante o período em que a economia não esteve plenamente integrada, ela deixou de obter os benefícios das economias em escala, mantendo diversos bens de consumo com preços passíveis de diminuição, afetando diretamente a população.

Antes mesmo de chegar às prateleiras dos supermercados, a abertura permitiu uma grande intensificação da competição varejista, fazendo com que os produtos, incluindo os alimentícios, passassem por melhorias em sua logística e distribuição comercial. A competição levou a fusões e aquisições por parte das grandes empresas, mas os concorrentes menores não chegaram a se extinguir, gerando um mercado ainda mais benéfico à população, conforme trecho abaixo do artigo de Considera, Souza e Bracale (2002):

No varejo, o aumento da pressão competitiva no varejo pode ser atribuído, em grande parte ao crescimento do número de lojas de supermercados independentes, empresas com no máximo 4 lojas. Apesar da grande quantidade de fusões e aquisições, feita pelas cadeias de supermercados (mais de 5 lojas), a participação nas vendas dos supermercados independentes, no período de 1994 a 2000, subiu de 40% para 44%, de acordo com Farina & Nunes, utilizando-se dados primários da A.C. Nielsen. Já o *market share* das cadeias passou de 45,1% em 1994 para 42,8% em 2000. Tal fato demonstra que a concentração ocorreu primordialmente, entre as maiores empresas e não acabou com os concorrentes menores (CONSIDERA, SOUZA e BRACALE, 2002, P. 11).

Isso subsidia a afirmação, do trabalho de Ferreira, Leite e Ravallion (2007), visto anteriormente, que afirma a mudança de paradigma econômico aumentou a capacidade da agricultura e da indústria de beneficiar os mais pobres. Seria uma das explicações à questão por eles levantada, de como a pobreza diminuiu, mesmo com um pífio crescimento econômico.

Passada essas etapas, o alimento enfim chega ao consumidor varejista. Nesse sentido, quando Considera, Souza e Bracale (2002) se referem a “normalização do mercado”, eles estão se referindo a esse momento de hiper-inflação controlada e sem remarcações diárias, onde os consumidores puderam enfim desfrutar da redução de preços. O seguinte trecho do artigo da IPEA (2003) exemplifica a baixa dos preços:

Entre agosto de 94 e agosto de 97, o preço real dos alimentos nas regiões metropolitanas brasileiras reduziu-se em cerca de 20%, mantendo-se nesse patamar até hoje. Contudo, alguns produtos específicos como derivados de leite tiveram seus preços reduzidos entre 30 e 40% até 97, sem recuperação posterior. O iogurte ficou famoso no cenário pós-estabilização. Um aumento de volume de demanda da ordem de 80% ocorria paralelamente a uma redução de preço de 40% real! O frango transformou-se em outro ícone do plano de estabilização (IPEA, 2003, P. 07).

Por sua vez, Lena Lavinias (1998) credita a melhora da acessibilidade alimentar muito mais ao aumento da renda do que à diminuição de preços. A melhor distribuição de renda, já demonstrada na seção anterior, permitiria aos mais pobres melhorar o seu consumo de alimentos. Ao mesmo tempo, ela não desconsidera a diminuição de preços, apenas a coloca em um lugar secundário. A pesquisadora resume muito bem as transformações ocorridas no setor alimentício brasileiro dos anos de 1990 no seguinte trecho:

As transformações que vêm ocorrendo no setor brasileiro de alimentos - resultado da condução da política econômica, da abertura econômica, através da redução de tarifas e incentivos a exportação e da desburocratização dos processos de compra e venda internacionais, da desregulamentação do mercado de alguns produtos agroalimentares, a integração com os países do Cone/Sul, que possuem boa parte de suas economias calcadas na produção agroalimentar, além, é claro, da estabilização com o Plano Real, que tende imprimir uma conduta mais realista à “dança” dos preços relativos, eliminando o espaço até então aberto para as distorções especulativas provocadas pelo processo inflacionário - , tem provocado um perceptível redução dos preços dos alimentos dentro de um contexto de incremento da competição (LAVINAS, 1998, P. 19).

Desse modo, verifica-se que os alimentos ficaram mais acessíveis a população, tanto pela sua baixa de preços quanto pelo aumento de renda dos mais pobres. O câmbio valorizado, que fez os produtores se voltarem para o mercado interno, junto com as importações, propiciadas pela abertura econômica, forçaram o preço para baixo. A globalização econômica também permitiu a melhora da produtividade, graças aos avanços tecnológicos e ao aumento da concorrência, o que compensou

a perda de ganho dos produtores agrícolas. Entretanto, salienta-se que a indústria, como grande consumidora de produtos primários, a título de matéria prima, é que o setor que teve grande papel em transferir a estabilidade de preços ao resto da cadeia produtiva, garantindo assim o sucesso da ferramenta chamada “Âncora Verde”. Todos esse fatores fazem entender os mecanismos que levaram o Brasil, apesar do baixo crescimento econômico, a reduzir a pobreza na última década do século XX.

O IPEA (2007) resume muito bem o modo como a abertura econômica aumentou o bem-estar social da população, em especial, a parcela mais pobre. Segundo o Instituto, a mudança de paradigma teve efeitos sobre a distribuição de renda e efeitos sobre o crescimento econômico. O principal efeito distributivo foi, a já comentada, queda da inflação. A estabilidade permitiu que o governo expandisse programas de distribuição de renda, assim como permitiu o aumento do salário mínimo, aumento o bem-estar social, conforme a Figura 1 abaixo:

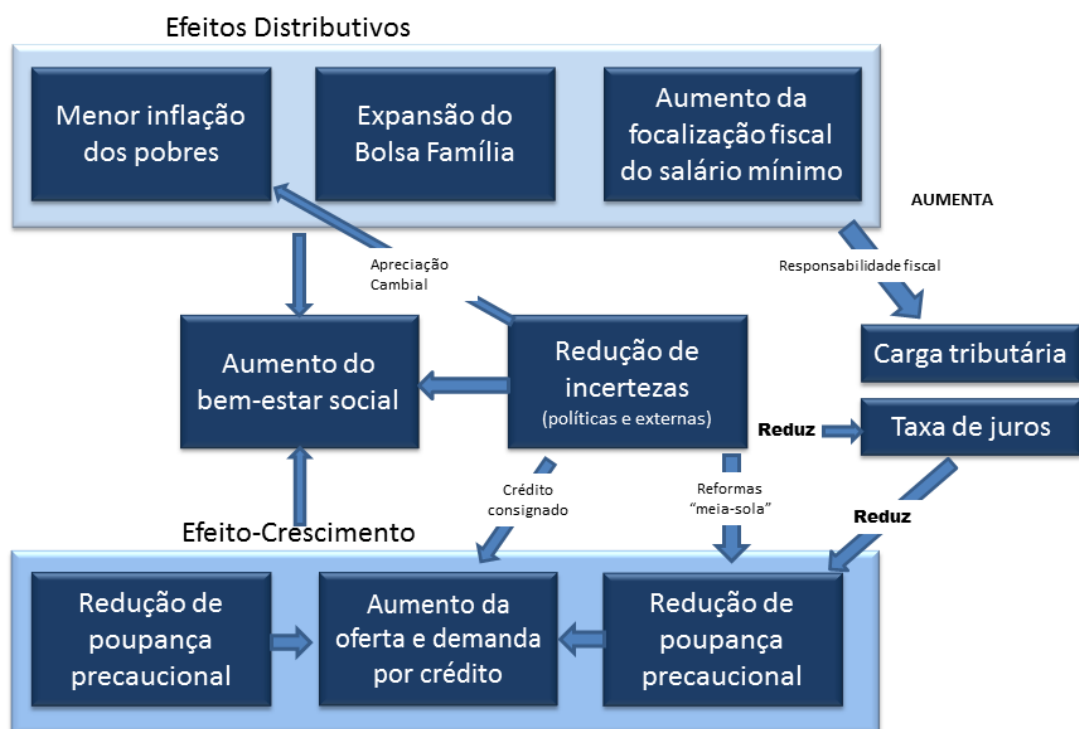


FIGURA 1 - EFEITOS DA MUDANÇA DE PARADIGMA ECONÔMICO

FONTE: IPEA (2007)

Na mesma figura pode-se verificar que a abertura, junto a um ambiente de incertezas reduzidas, trouxe novamente o capital estrangeiro, o que aumentou a oferta de crédito, fazendo com que a longo prazo, as taxas apresentem uma tendência de queda, ainda que sejam altas em um momento inicial. A disponibilidade crédito, junto a aumento da demanda pelo mesmo e uma redução da poupança precaucional, levam ao aumento de investimento, causando efeitos positivos no crescimento. As reformas chamadas “meia-sola” compreenderiam as reformas trabalhistas dos anos 1990 e colaborariam no efeito crescimento.

Desse modo, infere-se que a mudança de paradigma econômico, também entendida como a inserção do país na globalização, aumentou o bem-estar social da população, em especial, o dos mais pobres. A abertura permitiu que a produtividade nacional aumentasse, através da importação de produtos e insumos mais baratos. O efeito positivo foi repassado para toda economia, o que permitiu a estabilidade econômica e o, conseqüente, aumento do poder de compra dos brasileiros.

5.3 EVIDÊNCIAS DA QUEDA DA DESIGUALDADE

Faz parte do senso comum afirmar que o Brasil é um país rico, mas desigual, pois sua riqueza estaria concentrada na mão de poucos. Desse modo, uma melhor distribuição de renda seria um inevitável passo rumo a um país menos desigual. A economia brasileira, que, em valor, seria maior que a do Reino Unido, estaria atrás de vizinhos como o Uruguai e o Chile no quesito *per capita*. Desse modo, a má distribuição da renda brasileira seria um fato internacionalmente reconhecido, como confirma o economista Marcelo Neri (2006): “O alto nível e a persistência tornam a desigualdade brasileira um astro visível em outras partes do globo. Assim como a Índia é o caso emblemático para o estudo da pobreza, e a África do Sul o da discriminação racial, o Brasil fecharia o G3 como exemplo extremo, e, ao mesmo tempo, o espelho da desigualdade mundial de renda” (NERI, 2006, P. 11).

Ainda segundo o autor, foi na década de 1960 que a desigualdade de renda do país subiu sensivelmente, sendo que, nas duas décadas seguintes, ela se manteria alta. Almeida (1998) concorda que a desigualdade subiu e se manteve alta

no período entre 1960 e 1990, entretanto, ele chama a atenção para outro aspecto: Ao dividir o total da renda em decis, ele percebe que todas as faixas de renda tiveram aumentos durante o mesmo período. A diferença é que as taxas de crescimento dos mais ricos foram bem maiores do que as taxas dos mais pobres. O decil mais rico, ou seja, os 10% mais ricos do país, aumentaram sua renda em 3,2%, enquanto 1% foi o aumento da renda do terceiro decil mais pobre, o menor aumento de todos. Desse modo, para o autor, apesar da desigualdade entre as classes ter sido ampliada, a renda de todos cresceu, o que corrobora com a diminuição da pobreza absoluta. “Busco apenas salientar que os resultados do crescimento econômico nesse período não dividiram os brasileiros em ganhadores e perdedores, pois todos ganharam, uns mais, outros menos” (ALMEIDA, 1998, P. 15).

O país só observou uma tendência de queda, consistente e contínua, da desigualdade, a partir do fim do século XX, após a mudança de orientação econômica. Em 2007, o IPEA publicou “Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente”, fruto das discussões entre vários especialistas, inclusive representantes da CEPAL, PNUD e CEBRAP, que integraram um Comitê Internacional de Alto Nível, reunido em 2006 no Rio de Janeiro. Os debates tiveram como foco os dados do PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que indicavam uma redução na desigualdade social do Brasil. Desse modo, o livro compreende uma coletânea de estudos, baseados em estatísticas, que objetivam estimar a queda da desigualdade e as suas conseqüências para a diminuição da pobreza.

O primeiro capítulo é intitulado “Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005”. Como o próprio nome indica, nele se analisa a distribuição de renda entre 1995 e 2005. Utilizando o rendimento domiciliar *per capita* (RDPC), o rendimento de todas as pessoas economicamente ativas com rendimento (PEA) ou sem (PEA total), além do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), levanta-se os índices de Gini e T de Theil do período. Os resultados são demonstrados na Tabela 6 a seguir.

TABELA 6 - ÍNDICE DE GINI E T DE THEIL ENTRE 1995 E 2005

ANO	ÍNDICE DE GINI				T DE THEIL			
	RDPC	PEA	PEA total	POC	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585	0,727	0,710	0,907	0,698
1996	0,600	0,584	0,657	0,580	0,726	0,698	0,889	0,687
1997	0,600	0,584	0,659	0,580	0,731	0,703	0,902	0,690
1998	0,598	0,581	0,659	0,575	0,728	0,697	0,903	0,677
1999	0,592	0,572	0,655	0,567	0,706	0,666	0,881	0,650
2001	0,594	0,571	0,642	0,566	0,720	0,680	0,862	0,644
2002	0,587	0,569	0,637	0,563	0,705	0,670	0,843	0,655
2003	0,581	0,561	0,630	0,554	0,680	0,652	0,824	0,635
2004	0,569	0,553	0,616	0,547	0,656	0,637	0,791	0,623
2005	0,566	0,550	0,616	0,544	0,650	0,641	0,800	0,624

FONTE: IPEA (2007)

A primeira coisa que se pode notar é que, em todas as formas de cálculo da renda, os índices de 2005 foram melhores que os de 10 anos antes. Ainda que algumas metodologias não apresentem melhoras em todos os anos, a tendência geral é de queda. O IPEA (2007) ressalta que, como até 2003 os dados da PNAD não abrangiam a área rural da Região Norte, os mesmos relativos à 2004 e 2005 foram desconsiderados no estudo, afim de evitar distorções.

A tendência de queda é de suma importância, uma vez que, conforme visto anteriormente, Almeida (1998) chama a atenção para o fato de que os críticos costumam produzir seus textos focalizando períodos curtos de tempo, sem dar a devida atenção a tendências de longo prazo, mais lentas, mas também mais consistentes.

Para uma melhor visualização do comportamento dos índices, foram produzidos os Gráficos 1 e 2 a seguir. As diferenças entre as linhas refletem as diferenças nas formas de cálculo da renda: a RDPC sofre a influência dos aposentados e pensionistas e também do tamanho das famílias, enquanto a PEA possui estreita ligação com o mercado de trabalho.

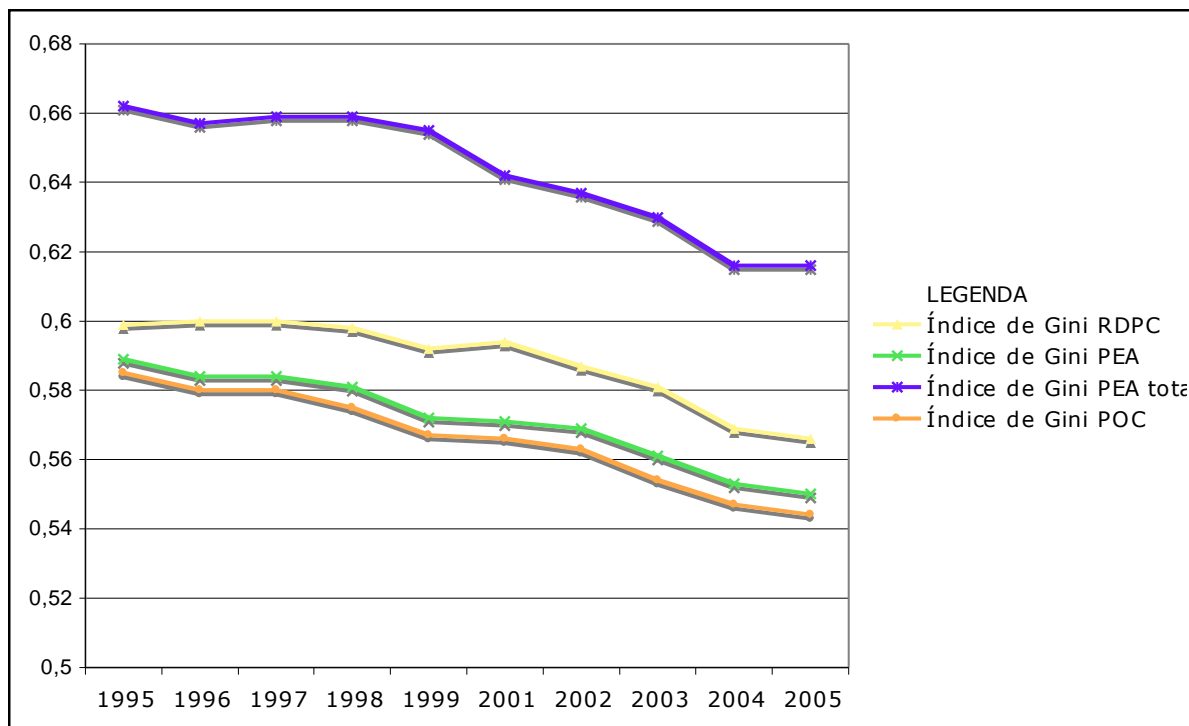


GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI ENTRE 1995 E 2005

FONTE: IPEA (2007)

No Gráfico 1, nota-se que apesar do pequeno aumento do índice RDPC entre 1999 e 2005, o próprio apresenta uma clara tendência de queda em todo o período pós 1995, assim como os outros índices. O índice PEA total se situa acima dos outros porque engloba também aqueles que não tiveram rendimento. Mesmo assim, a tendência de decréscimo é a mesma, o que, segundo o artigo, significa que as variações no número de desempregados nas famílias, não chegou a alterar significadamente a trajetória da redução de pobreza.

As mesmas tendências podem ser observadas no Gráfico 2, que utiliza a metodologia do T de Theil. Apesar de pequenas oscilações entre os últimos anos do século XX e os primeiros do XXI, todas as linhas apresentam tendências de baixa, principalmente a PEA total.

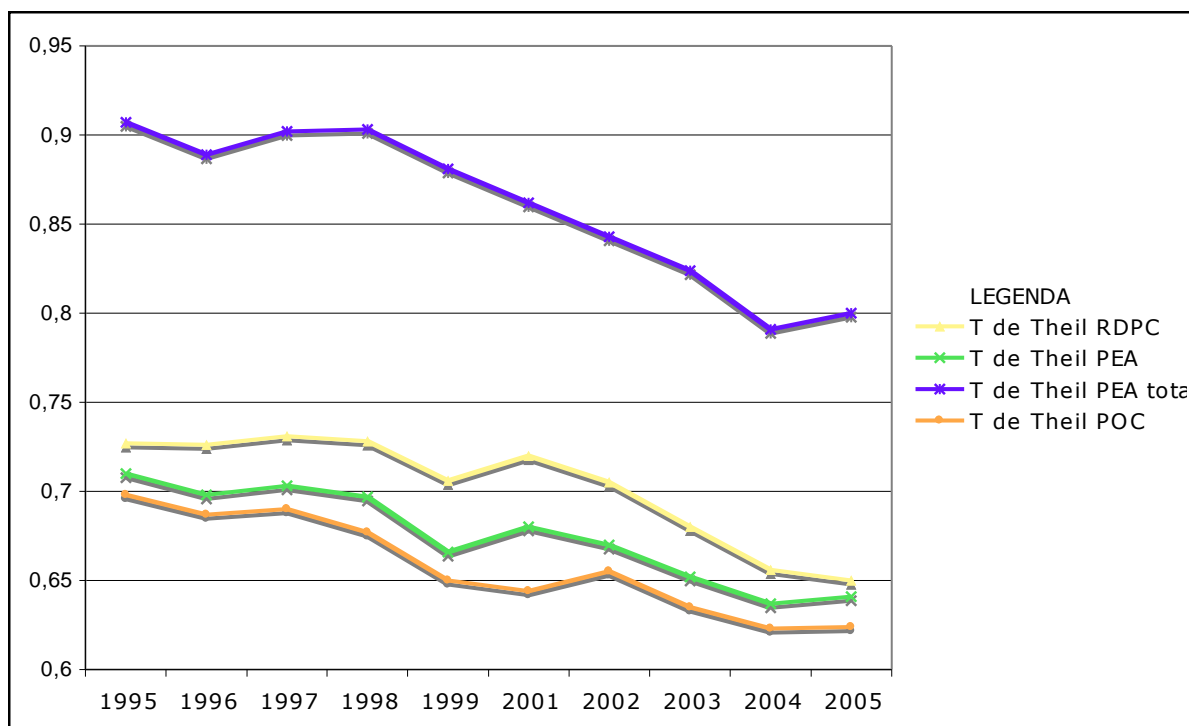


GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO T DE THEIL ENTRE 1995 E 2005

FONTE: IPEA (2007)

Apresentados os dados que demonstram que desde 1995 houve uma queda nos índices de Gini e T de Theil para medição da desigualdade de renda no Brasil, cabe-se questionar a magnitude desse fato. No capítulo seguinte do trabalho, se tenta responder esse questionamento.

Focando apenas a renda *per capita*, os pesquisadores levantaram os índices de Gini e T de Theil desde 1977 e verificaram que a desigualdade obtida em 2005 era a menor de toda a série. Desse modo, além de confirmarem que havia uma tendência de melhora desde 1993, a distribuição de renda brasileira da metade da primeira década do século XXI era a melhor desde 1977. O comportamento da distribuição pode ser visualizado no Gráfico 3, a seguir.

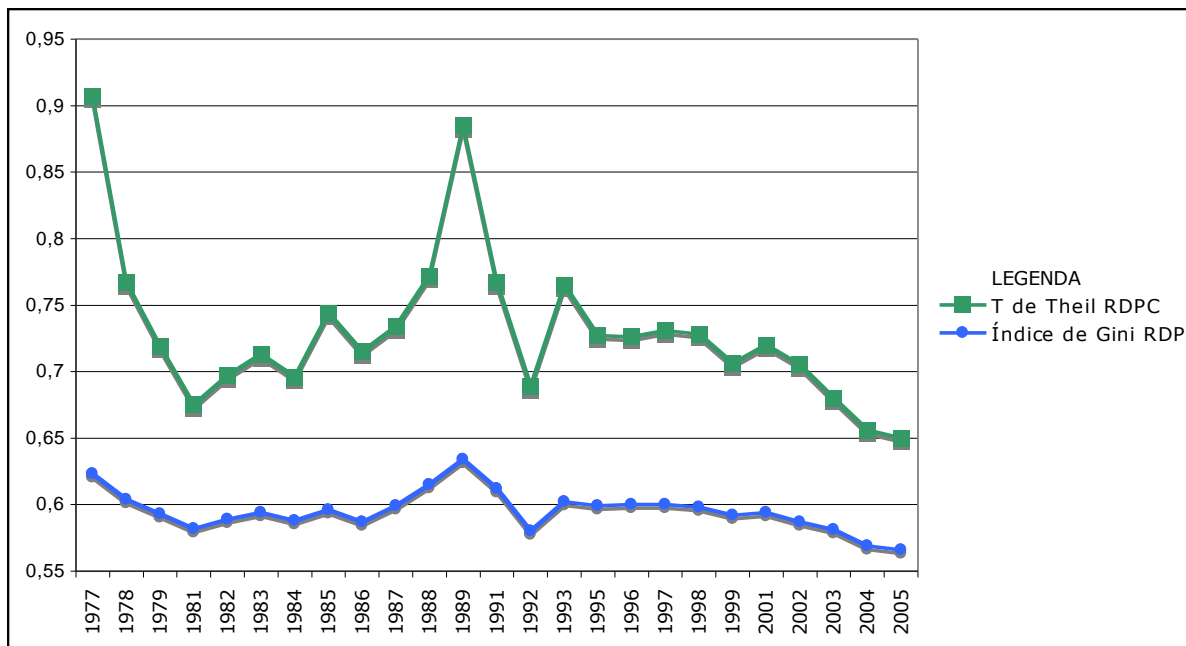


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI E T DE THEIL PARA RENDA *PER CAPITA*

FONTE: IPEA (2007)

A vertiginosa queda do T de Theil, acompanhada em menor grau pelo índice de Gini, no fim dos anos 70 é resultado do II PND, o Plano Nacional de Metas, que combinava rápido desenvolvimento com o endividamento externo. Apesar da melhora aguda nos índices, o plano se mostrou insustentável, uma vez que é apontado como um dos motivos da estagnação econômica das décadas seguintes. Esse fato se confirma nos anos seguintes: os índices apresentam tendências irregulares de alta, culminado no péssimo desempenho do fim dos anos 80. A magnitude da alta, entretanto, pode ser discutível, uma vez que a grande inflação da década poderia ter distorcido os índices.

No início dos anos 90, a renda média de praticamente toda a população brasileira decresce, resultado da contração do comércio e da produção industrial ocorrida durante o Plano Collor. Entretanto, segundo o IPEA (2007), a queda foi mais acentuada nas faixas mais ricas do país do que nas mais pobres, o que gerou uma momentânea queda dos índices: “O governo Collor reduziu a desigualdade nivelando a renda por baixo.” (IPEA, 2007, P. 132). Em 1993, os índices voltaram a subir, mas não no mesmo patamar anterior.

Apesar do período imediatamente posterior ao Plano Real não apresentar grandes melhorias nos índices, o seu principal benefício foi a possibilidade de planejamento. Isso era algo impossível nos anos de inflação descontrolada e afetava

principalmente a qualidade de vida das populações mais pobres, que não tinha acesso a mecanismos de defesa, como por exemplo, à correção monetária. A inflação, inclusive, tornava mais difícil a adoção de políticas sociais pelo governo:

O principal ganho de bem-estar social provocado pela estabilização do real não foi a queda da desigualdade, mas (e como o próprio nome sugere) o aumento da estabilidade de renda dos indivíduos. Senão vejamos: ao contrário do que foi enfatizado, na transição para a estabilidade do real o efeito redutor de desigualdade foi relativamente pequeno. (...) O ganho maior da estabilização inflacionária foi a redução de incertezas e o boom de crescimento associado, sem falar na melhoria da operação de políticas distributivas (IPEA, 2007, P. 146 e 147).

Após os índices se estabilizarem, eles começam a apresentar uma tendência de queda, que se torna mais perceptível a partir do século XXI: “É razoável afirmar que, da mesma forma que a década anterior foi a da estabilidade da inflação, a atual está sendo – até agora – a da redução da desigualdade de renda.” (IPEA, 2007, P. 130).

Neri (2006), para melhor explicar os mecanismos que levaram aos resultados de desconcentração, faz uma análise do aumento da renda média do Brasil em cinco períodos. O resultado se encontra na Tabela 7 a seguir:

TABELA 7 - VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA MÉDIA BRASILEIRA

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO
1992/1993	5,34%
1993/1995	11,70%
1995/2001	0,02%
2001/2003	-2,81%
2003/2005	4,87%

FONTE: NERI (2006)

Assim como o trabalho no IPEA (2007), Neri (2006) afirma que durante o governo de Collor, período não analisado pela tabela, a renda de todos os segmentos da população caiu. Ao mesmo tempo, a concentração de renda também caiu, levando a população a ficar relativamente mais pobre, entretanto relativamente mais igualitária. O primeiro período efetivamente contemplado pela sua tabela, 1992 a 1993, é marcado por um grande crescimento, entretanto o autor afirma que o aumento ocorreu principalmente nos segmentos mais ricos, implicando no aumento da desigualdade. Essa duas situação estão em conformidade com o que pode-se

visualizar no anterior Gráfico 3: a forte desconcentração de renda nos dois primeiros anos da década de 1990 e a sua recuperação em 1993.

O período seguinte, 1993 até 1995, é marcado pelo grande crescimento da renda de todos os segmentos. O autor chega a comparar tal período a um “milagre econômico”. É o período onde a abertura econômica colhe um de seus maiores frutos: a estabilidade da economia. Segundo o economista, a volatilidade da renda domiciliar mensal cai 40% com a estabilização. Conforme visto, isso afeta principalmente o padrão de vida dos mais pobres, uma vez que, por não terem acesso a mecanismos de defesa, eram os que mais sofriam com a instabilidade econômica.

Os dois períodos seguintes, entre 1995 e 2003, entretanto, demonstram como um país inserido na globalização econômica pode ser negativamente influenciado pelo ambiente macroeconômico. Para o autor, crises externas como a da economia asiática em 1997 e da russa em 1998 criaram um ambiente de incerteza, ainda que fruto de uma natureza diferente daquela dos tempos de inflação descontrolada. Os mais ricos tiveram muito mais perda em seu rendimento do que os mais pobres. Esse fato pode-se verificar pelo comportamento estável do Índice de Gini, ainda no Gráfico 3, durante o referido período. Desse modo, uma leitura desatenta ou isolada da Tabela 7 pode fazer com que se conclua que a pobreza teria aumentado nesses anos, como o próprio autor explica:

Por outro lado, a análise de renda no período de crises externas de 1995 em diante é muito heterogênea no Brasil, fica na dependência do que e de onde se olha. Se observa somente a renda do trabalho nas grandes metrópoles, tem-se uma idéia de que a crise é mais séria. Contudo se analisamos todas as fontes de renda e áreas geográficas, se formos nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, e focarmos nos mais pobres, a crise se apresenta menos séria (NERI, 2006, P. 08).

Um exemplo de análise que enxerga uma séria crise com base apenas na renda geral é o trabalho de Angela Borges (2006), visto no capítulo anterior. Nele, a autora afirma que perdas salariais seriam responsáveis por uma suposta “precarização” familiar. Entretanto, ela não verificou sobre quais segmentos da população a queda no rendimento foi maior ou menor. Caso isso tivesse sido levado em conta, ela poderia ter verificado que os mais ricos tiveram o seu rendimento reduzido ao mesmo tempo que o rendimento dos mais pobres se manteve estável. Desse modo, a perda salarial teria sido prejudicial só sobre os mais ricos, o que poderia mudar

toda a construção de seu trabalho e, conseqüentemente, sua conclusão. Assim, Neri (2006) chama a atenção para a importância de se conceituar claramente o que poderia ser chamado de pobreza, em concordância com a primeira seção dessa dissertação.

O mesmo prisma deve ser adotado ao analisar o último período da tabela, 2003 a 2005. Sob a ótica da pobreza, o período foi muito positivo. Segundo o autor, 8,4% foi o acréscimo de renda dos mais pobres, contra 3,7% do décimo mais rico e 4,9% do restante. Uma situação onde verifica-se claramente a queda da desigualdade.

Posto que as variações dos valores da renda não necessariamente condiz com as variações do nível da pobreza, torna-se necessária uma visualização mais detalhada do crescimento e a sua distribuição. Desse modo, os pesquisadores do IPEA (2007) distribuíram o total da renda *per capita* total brasileira em seis estratos: cinco quintos e dois décimos. Isso quer dizer que a população foi dividida em seis categorias: os 80% mais pobres foram divididos em quatro e os 20% mais ricos foram divididos em dois. Essa situação pode ser melhor visualizada na Tabela 8, a seguir. Para realizar esses estudos, o Instituto, obviamente, considerou a inflação do período: utilizou-se o INPC, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, como deflator. Na tabela, os valores estão corrigidos à valores de agosto de 2006.

TABELA 8 - RENDA *PER CAPITA* EM ESTRATOS ENTRE 2001 E 2005.

ESTRATO	RENDA MÉDIA EM AGOSTO DE 2006					VARIAÇÃO (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2001-2005
QUINTO MAIS POBRE	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	26,6
SEGUNDO QUINTO	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	15,2
TERCEIRO QUINTO	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	11,4
QUARTO QUINTO	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	6,4
NONO DÉCIMO	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	1,8
DÉCIMO MAIS RICO	2.057,5	2.044,2	1.891,6	1.911,9	2.031,0	-1,3

FONTE: IPEA (2007)

A principal premissa que se pode retirar da Tabela 8 é que os ricos estão menos ricos e os pobres, menos pobres. O quinto mais pobre, ou seja, os 20% mais pobres, obteve uma variação de renda positiva de 26,6%, entre 2001 e 2005, contra

uma variação negativa de 1,3% dos 10% mais ricos. Realça-se que significado dessa variação não é que os mais ricos tiveram queda nos seus rendimentos, mas sim que, devido a melhor distribuição de renda, a linha a se cruzar para ascender aos mais ricos, ficou mais baixa.

Esse prisma é de suma importância, pois existem análises como a de Maria Laura Silveira (2005), vista no capítulo anterior, que possuem dificuldades metodológicas para analisar a distribuição de renda. Por pessoas ricas, a autora classifica as que ganham acima de 20 salários mínimos. Na sua análise, a autora verifica que entre 1981 e 1997 a porcentagem das pessoas ricas sobe de 0,7% para 1,8% da população. Ao mesmo tempo, a renda concentrada por elas sobe de 15,9% para 26,4%. Com base desses dados, a conclusão da autora é de que a distribuição piorou:

Em 1981 a classe mais rica (com renda de 20 salários mínimos ou mais) representava 0,7% do total de pessoas com dez anos ou mais e concentrava 15,9% de uma renda nacional que beirava US\$ 12 bilhões. Em 1997 esse grupo era composto por 1,8 % da população de mais de dez anos de idade (2.293.493) e detinha 26,4% do rendimento nacional, que agora alcançava US\$ 34,5 bilhões. (...) Em outros termos, cresce a riqueza socialmente gerada, com a produção de excedentes, mas piora a sua distribuição social e territorial (SILVEIRA, 2005, P. 164 E 165).

Sem questionar os seus dados, se pode verificar que a sua conclusão apresenta falhas: a quantidade de pessoas mais ricas cresce 157% ao mesmo tempo que a sua renda cresce 66%. Uma vez que a quantidade de pessoas cresceu mais do que o rendimento agregado por elas, conclui-se que o seu rendimento médio diminuiu. Ou seja, assim como na conclusão da análise da Tabela 8, o rendimento necessário para ser considerado mais rico, assim como a sua parte da renda nacional, diminuiu, o que indica que a renda se encontra mais desconcentrada, conforme a Tabela 9 abaixo.

TABELA 9 - ANÁLISE DO RENDIMENTO MÉDIO DOS MAIS RICOS ENTRE 1981 E 1997

	1981	1997	CRESCIMENTO
Porcentagem da renda pertencente às pessoas mais ricas (A)	15,9	26,4	66 %
Porcentagem de pessoas mais ricas (B)	0,7	1,8	157 %
Porcentagem da renda pertencente ao 1% mais rico (A/B)	22,71	14,67	-25 %

FONTE: SILVEIRA (2005)

Desse modo, qualquer que seja a variação nominal da renda total, positiva ou negativa, o país estaria rumando para um menor desigualdade. A porcentagem destinada ao 1% mais rico diminuiria 25%, de acordo com os dados da autora. Assim, pode-se concluir que o artigo de Silveira (2005) possui uma falha metodológica que, conseqüentemente, pode levar a uma conclusão equivocada. O simples aumento da renda agregada pelos mais ricos não significa que a renda se tornou mais concentrada, pois um resultado que indique que o número de ricos, proporcionalmente, suba mais do que os seus rendimentos, indica uma menor concentração de renda.

Em relação a distribuição territorial, comparando-se os resultados antes e pós integração econômica, verifica-se que os resultados também foram benéficos às regiões mais pobres. Em consulta aos dados do IBGE verifica-se que, analisando uma série desde 1991 e com intervalos de cinco anos, todas as regiões do país apresentaram taxas de melhora parecidas. Assim, ao contrário da crítica de Silveira (2005), a distribuição territorial da riqueza melhorou, conforme a Tabela 10 abaixo:

TABELA 10 - VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE GINI POR REGIÃO

	1991	1996	2001	2006	VARIAÇÃO 1991/2006
Região Norte	0,612	0,571	0,543	0,516	-15,68%
Região Nordeste	0,647	0,590	0,566	0,556	-14,06%
Região Centro Oeste	0,632	0,599	0,585	0,558	-11,70%
Região Sudeste	0,613	0,569	0,554	0,529	-13,70%
Região Sul	0,596	0,567	0,543	0,510	-14,42%

FONTE: IBGE (2012)

Há que se destacar que o IBGE não avaliou o rendimento dos habitantes da área rural de Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Pará. Isso, juntamente com o foco da tabela ser a pobreza relativa, uma vez que a renda total não é levada em conta, pode ajudar a explicar o impressionante resultado da Região Norte. Entretanto, com as mesmas condições de coleta estão o restante das regiões, o que permite visualizar que o desempenho do Nordeste, região tida muitas vezes como a mais pobre, foi ligeiramente superior ao desempenho do Sudeste. Desse modo, apesar da Região Nordeste ainda manter uma grande diferença, no quesito distribuição de renda, em relação à Região Sudeste, a tendência é de queda. O Centro-Oeste obteve a pior redução, mas se não fosse a influência do Distrito

Federal, poderia ter conseguido um melhor resultado. O Sul, por sua vez, obteve a maior redução, mantendo-se como a região com melhor distribuição de renda.

Desse modo, os estudos que afirmam que a abertura econômica teria favorecido a concentração espacial da renda, não encontram muito fundamento. As diferenças entre as regiões brasileiras continuam altas, entretanto elas não foram agravadas. O que os dados indicam é que, após a mudança de paradigma econômico, existe uma tendência de queda da desigualdade em todo o país.

Verificada a queda da desigualdade de renda, necessita-se relacionar o seu resultado com o crescimento da economia. O objetivo seria evitar distorções como a que houve no governo Collor, conforme visto anteriormente, quando a desigualdade caiu ao mesmo tempo que a economia retraiu, nivelando a renda para baixo. A função de bem estar proposta por Amartya Sen cumpre bem essa função. Apesar de valorizar outros itens em seus estudos sobre pobreza, ele dá destaque a renda. A função, também chamada de medida de equidade, é obtida quando se multiplica a renda média *per capita* por 1 menos o índice de Gini. O estudo do IPEA (2007) produziu uma série histórica dessa medida. O resultado está disposto na Tabela 11.

TABELA 11 - MEDIDA DE BEM ESTAR DE SEN ENTRE 1992 E 2005.

ANO	RENDA <i>PER CAPITA</i> (em R\$ de 2005)	ÍNDICE DE GINI	MEDIDA DE BEM ESTAR
1992	320,05	0,583	133,39
1993	337,15	0,607	132,57
1995	420,66	0,599	168,53
1996	427,34	0,602	170,13
1997	430,83	0,600	172,15
1998	437,70	0,600	175,04
1999	412,92	0,594	167,79
2001	421,05	0,596	170,24
2002	422,30	0,589	173,76
2003	397,76	0,583	165,92
2004	410,23	0,572	175,69
2005	437,44	0,568	188,96

FONTE: IPEA (2007)

Com a Tabela 11, pode-se verificar, por exemplo, que, apesar da desigualdade de renda ter diminuído apenas 8 milésimos entre 1993 e 1995, a

medida de bem estar aumentou substancialmente, cerca de 27%, puxada pelo aumento da renda *per capita*. Ou seja, apesar da distribuição de renda ter melhorado pouco nesse período, em concordância com os trabalhos anteriormente apresentados, o Bem Estar de Sen aumentou em mais de um quarto devido, principalmente, ao crescimento econômico do país.

Já comparando-se 1998 e 2005, a economia cresce muito pouco e a renda praticamente se mantém a mesma, de R\$ 437,70 ela diminui para R\$ 437,44. Entretanto a diminuição de mais de 4 centésimos do índice de Gini, faz com que a medida de bem-estar aumente. Esse seria um caso onde mesmo uma economia estagnada é capaz de melhorar o bem-estar de sua população, graças a diminuição da concentração da renda, em concordância com o trabalho de Ferreira, Leite e Ravallion (2007).

A distinção entre crescimento econômico e redução de desigualdade também pode ser verificada, de uma maneira menos sofisticada, na Tabela 12. Nela estão apresentadas as taxas de crescimento da a renda domiciliar *per capita* e também do PIB *per capita*.

TABELA 12 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA RENDA DOMICILIAR E PIB *PER CAPITA*

ANO	RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	PIB <i>PER CAPITA</i>
1993	5,34%	3,26%
1994	12,38%	4,20%
1995	11,02%	2,62%
1996	1,59%	1,10%
1997	0,82%	1,72%
1998	1,59%	-1,36%
1999	-5,66%	-0,71%
2000	0,99%	2,82%
2001	0,98%	-0,17%
2002	0,30%	0,45%
2003	-5,81%	-0,91%
2004	3,14%	3,43%
2005	6,63%	0,83%

FONTE: IPEA (2007)

No ano de 2004 pode-se verificar que o aumento da renda foi influenciado pelo crescimento do PIB, ou seja, pelo crescimento da economia como um todo.

Entretanto, no ano seguinte, 2005, verifica-se que apesar do expressivo aumento da renda, o PIB apresentou um pequeno crescimento. Por sua vez, os decréscimos na renda em 1999 e 2003 não são acompanhados na mesma magnitude no quesito PIB, ainda que estes também tenham apresentado resultados negativos. Apesar dessas perdas, a sua soma não foi suficiente para anular o aumento de renda obtido após o Plano Real em 1994.

Para responder a questionamentos quanto a importância e relevância da queda da desigualdade, o trabalho do IPEA (2007) compara a evolução do Brasil a de outros países do mundo. A queda dos índices de pobreza seria uma das mais rápidas do mundo, entre 2001 e 2005, menos de 25% dos 74 países que se tem informações sobre esses índices apresentaram uma evolução mais rápida. Entretanto, apesar do progresso, em 2005 o país continuava figurando entre os 10% de países com as piores distribuições de renda do mundo.

Uma forma alternativa de se verificar que o nível da desigualdade permanece muito elevado é comparar a distribuição dos países segundo sua renda *per capita* com a distribuição deles segundo a renda média de seus 20% mais pobres. O *gráfico 6* revela que enquanto 64% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira, 43% têm a renda *per capita* dos 20% mais pobres menor que a dos 20% mais pobres brasileiros. Portanto, nossos pobres são muito mais pobres do que se deveria esperar, dada a posição do Brasil em termos de renda per capita: um sinal inequívoco de desigualdade mais elevada (IPEA, 2007, P. 112).

Esse trecho demonstra o motivo pelo o qual o Brasil ainda está mal colocado no *ranking* da desigualdade: apesar de mais da metade dos países serem mais pobres que o Brasil, em vários deles, as rendas *per capita* da fração mais pobre da população são maiores: dividindo o PIB pela população, 64% dos países são mais pobres, entretanto, comparando-se somente o quinto mais pobre, apenas 43% são mais pobres que o Brasil. Ou seja, seus pobres são, relativamente, menos pobres.

Apesar da persistência de uma grande desigualdade, é justamente nas faixas mais pobres que o país apresenta um melhor desempenho no crescimento. Ao analisar 170 países no período entre 1990 e 2003, o IPEA (2007) afirma que se analisarmos apenas os 10% mais pobres, a taxa de crescimento da renda é muito próxima a da China e maior que 99% dos outros países. Ao analisar os 20% mais pobres, a taxa cai um pouco mas se mantém alta: ela ainda seria maior que 98% dos países analisados. A medida que vai se agregando a população menos pobre, o desempenho vai caindo. Seguindo essa tendência, a porcentagem de crescimento

da renda dos 20% mais ricos é inferior a 80% dos países analisados. Desse modo, ao tornar, relativamente, o seus ricos menos ricos e os seus pobres menos pobres, o Brasil caminha para reverter o seu quadro de alta desigualdade de renda.

Em comparação à outros países da América Latina, o Brasil, além de apresentar resultados positivos, só não foi melhor do que o México no quesito diminuição da pobreza. Enquanto esse apresentou uma diminuição de 1,7% entre 1998 e 2004, o Brasil reduziu 1,1% para o período de 2001 e 2005. Nessa comparação foi classificado como pobre aquele que ganha menos de R\$ 162,59. Ainda segundo o IPEA (2007), usando o mesmo critério, países como o Peru e a Colômbia tiveram crescimento nos seus índices de pobreza: 1,2% e 0,5% respectivamente. Já no quesito extrema pobreza, ou seja, aquela família com *renda per capita* inferior à R\$ 81,29, o estudo indicou que o Brasil ficou empatado com o México como o país que mais a reduziu: 1,1%.

A CEPAL (2010b) realizou um trabalho semelhante e comparou, utilizando a variável PIB *per capita*, a evolução entre o crescimento das regiões mais ricas e o das mais pobres dentro de alguns países selecionados. A sua intenção é demonstrar a desigualdade interna sob um ponto de vista espacial. Nesse quadro, o Brasil também obteve uma posição de destaque, fazendo com que a diferença entre o PIB *per capita* entre o Distrito Federal, a região mais rica, e o Piauí, a mais pobre, diminuísse 22%, conforme Tabela 13 adiante.

Apesar da tabela não permitir comparações exatas, uma vez que os períodos não são os mesmos para todos os países, ela permite verificar que a queda da desigualdade brasileira, no fim do século passado e no começo desse, não foi pequena, apesar de ainda se manter alta, em comparação com o restante dos países do mundo, concordando com o trabalho do IPEA (2007).

Infere-se que a principal conclusão do trabalho do IPEA (2007) é que, com base nos dados da PNAD, a pobreza no Brasil diminuiu substancialmente desde o início dos anos 1990, a ponto de atingir o seu menor patamar em 2005, o último ano analisado. Tanto o Índice de Gini quanto o T de Theil, sob qualquer ótica de cálculo de renda, indicam que a renda nunca antes, desde o início da PNAD, esteve melhor distribuída. O mesmo acontece com a Medida de Bem Estar de Sen.

TABELA 13 - VARIAÇÕES DAS DISPARIDADES DO PIB PER CAPITA ENTRE AS REGIÕES MAIS RICAS E AS MAIS POBRES, POR PAÍSES SELECIONADOS

PAÍS	MOEDA	ANO DE REFERÊNCIA	RELAÇÃO REGIÃO MAIS RICA - MAIS POBRE	VARIAÇÃO DA DIFERENÇA
Argentina	Peso Argentino (1993)	1993	6,79	19%
		2005	8,09	
Bolívia	Boliviano (1990)	1990	2,29	55%
		2006	3,55	
Brasil	Reais (2002)	1990	11,86	-22%
		2006	9,22	
Chile	Pesos Chilenos (2003)	1990	5,12	-13%
		2007	4,48	
Colômbia	Pesos Colombianos (1994)	1990	4,10	19%
		2007	4,87	
México	Pesos Mexicanos (1993)	1993	5,46	11%
		2006	6,07	
Peru	Novos Soles (1994)	1994	8,11	-7%
		2007	7,57	
França	Dólares (2000)	1995	2,08	-6%
		2005	1,95	
Itália	Dólares (2000)	1995	2,36	-13%
		2005	2,04	
Japão	Dólares (2000)	1990	1,80	-13%
		2005	1,57	
Coréia do Sul	Dólares (2000)	1990	1,86	1%
		2005	1,88	
Holanda	Dólares (2000)	1995	1,27	3%
		2005	1,31	
Espanha	Dólares (2000)	1995	2,04	-6%
		2005	1,92	
Suécia	Dólares (2000)	1995	1,44	13%
		2005	1,63	

FONTE: CEPAL (2010b)

Essa melhora dos índices não necessariamente está atrelada ao crescimento do PIB, uma vez que foi demonstrado que em alguns anos a melhora na distribuição foi maior do que a taxa de crescimento da *renda per capita*. Isso explica porque o grande crescimento da renda se deu principalmente nas camadas mais pobres da

população, a ponto de os autores tecerem o seguinte comentário:

A diferença entre a taxa de crescimento da renda de pobres e ricos no Brasil no último quadriênio é tão elevada que 80% dos países analisados cresceram a taxas pertencentes a esse intervalo. Partindo da recente experiência brasileira de crescimento da renda dos 10% mais ricos (-0,3% a.a.) até a dos 10% mais pobres (8,0% a.a.), percorremos quase todo o espectro de experiências de crescimento no mundo ocorridas durante a última década. Transitamos de situações próximas ao crescimento acelerado da China à estagnação econômica de um país como a Costa do Marfim (IPEA, 2007, P. 338).

Desse modo, segundo os autores, os mais pobres possuem a sensação de viverem em um país de crescimento rápido, enquanto os mais ricos possuem a sensação de viver em um país de crescimento lento. Entretanto, apesar da velocidade da melhora ser uma das mais rápidas do mundo, o país continua ocupando uma incômoda posição na segunda metade da tabela que indica o *ranking* da distribuição de renda.

Assim, se a pobreza, sob a ótica da renda, estaticamente vem diminuindo desde a abertura econômica, esse declínio deve ser considerado apenas um passo em direção à taxas de pobreza cada vez mais baixas.

5.4 EVIDÊNCIAS DA QUEDA DA MISÉRIA E DA POBREZA INFANTIL

Na secção anterior, foi visto o modo como a inserção do Brasil na abertura econômica foi especialmente benéfica para os mais pobres, ao aumentar seus rendimentos em taxas consideradas altas, em comparação com o resto do mundo, ainda que o país ainda ocupe lugar de destaque entre os mais desiguais. Se a secção anterior se propõe a analisar a pobreza relativa, a distribuição de renda, essa se propõe a complementar a análise do trabalho, oferecendo um ponto de vista sobre a pobreza absoluta, ou seja, o mínimo necessário para a manutenção do indivíduo.

Analisando apenas os miseráveis, o estudo do IPEA (2007) desenvolveu o Gráfico 4. Por miserável, o estudo entende aquele que ganha apenas a quantia necessária para atender a suas necessidades alimentares. Miserável, então, seria aquele que ganharia menos de R\$ 121,00 por mês a preços da Grande São Paulo,

em outubro de 2005.

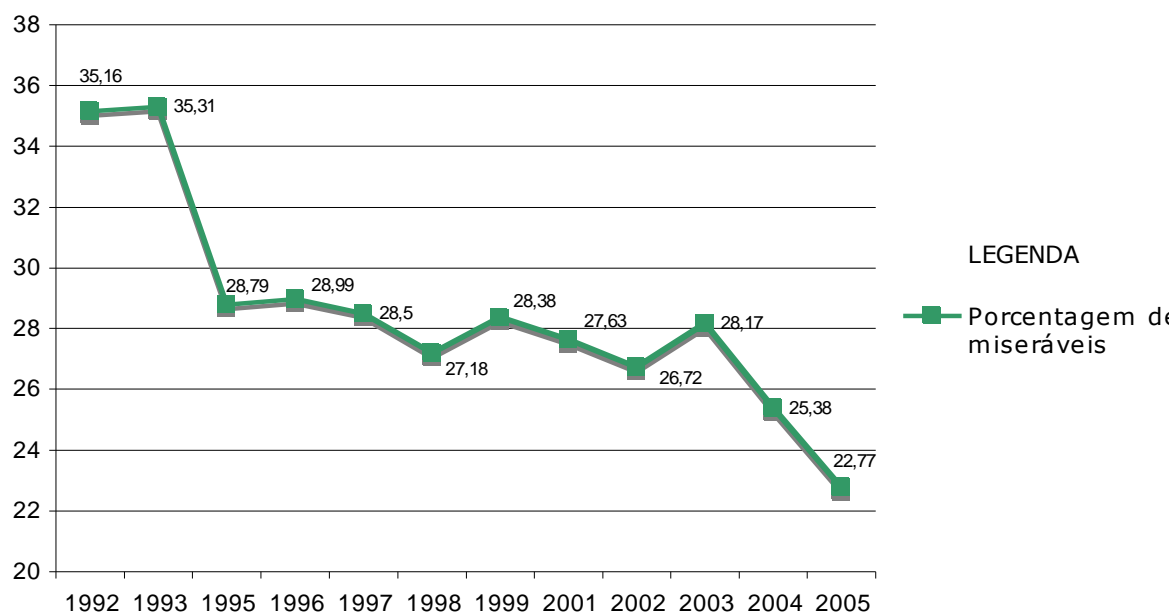


GRÁFICO 4 - PORCENTAGEM DE MISERÁVEIS ENTRE 1992 E 2005

FONTE: IPEA (2007)

No gráfico é possível verificar que a pobreza tem uma grande queda após a abertura econômica, em 1994 e 1995, fruto da estabilização da economia. Conforme visto anteriormente, a manutenção do poder de compra teve um grande efeito benéfico sobre a população menos abastada. Depois de 1995 a porcentagem se mantém estável, ainda que de maneira irregular, até apresentar uma nova tendência de queda, a partir de 2003. De maneira nítida, percebe-se que a miséria absoluta no país diminuiu desde o início dos anos 90, obtendo uma queda de mais 12% entre 1992 e 2005.

A CEPAL (2010a) aplicou o método das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) para obter níveis de pobreza multidimensional em um estudo sobre a América Latina. O NBI avalia necessidades básicas da população em aspectos como moradia, saneamento e educação. Por esse sistema, pobre é aquele que possui carência em pelo menos dois itens avaliados. O estudo cepalino, então, ao classificar os países pela sua quantidade de pobreza multidimensional, concluiu que o resultado em muito se assemelhava com a classificação pela pobreza monetária. As populações que possuíam os maiores níveis de carência de necessidades básicas eram também aquelas que possuíam os maiores níveis de carência

monetária e vice-versa. Desse modo, confere-se o postulado de Sen (2000), que prega que a renda não deve ser desconsiderada em um estudo desse prisma, pois ela pode ser a razão fundamental da falta dos itens necessários para se ter uma vida plena.

Assim, em concordância com os estudos que focam a renda, o Brasil, entre 2000 e 2009, apresentou uma queda de mais de 10% no quesito carência multidimensional. Ainda que, pelo mesmo estudo, esse tenha sido um grande resultado, o Brasil, que em 2009 possuía um nível total de pobreza multidimensional pouco abaixo de 10%, ainda estaria distante dos países com os melhores resultados, em torno de 1 a 3%: Costa Rica, Uruguai e Chile.

O mesmo estudo prega que houve uma queda generalizada da pobreza infantil, em termos monetários, entre 2002 e 2009, em praticamente toda a América Latina. Apesar da evolução, as crianças e os adolescentes continuariam a ser os mais afetados pela pobreza. Isso se justificaria pelo fato de que a gravidez precoce prejudicaria a distribuição da renda familiar. Com recursos familiares ainda mais escassos, a criança poderia sofrer restrições no acesso à educação e à saúde, propagando às próximas gerações, a sua própria condição. Desse modo, recomenda-se que os estudos sobre a pobreza incluam essa variável, cuja influência é resumida nas linhas à seguir:

Uma fecundidade mais precoce e mais alta gera uma forte carga de cuidados infantis para os domicílios, o que obriga a distribuir os escassos recursos entre um número elevado de filhos, e obstaculiza a participação das mães no mercado de trabalho. As crianças pobres, por sua vez, crescem com desvantagem em matéria de saúde e de acesso ao sistema educacional, o que erode suas capacidades humanas e que, no longo prazo, contribui para a reprodução da pobreza (CEPAL, 2010a, P. 17).

Ao verificar dados dos países da América Latina entre 1990 e 2009, a comissão verificou que em todos o número de crianças pobres diminuiu, com exceção do Paraguai. A fecundidade de mães pobres entre 15 e 24 anos também caiu em todos os países. A exceção dessa vez foi o Panamá. Esses e outros dados podem ser visualizados na Tabela 14 a seguir:

TABELA 14 - VARIAÇÕES NA TAXA DE POBREZA MONETÁRIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E NAS TAXAS DE FECUNDIDADE ENTRE 1990 E 2009

	CRIANÇAS POBRES DE 0 A 5 ANOS	CRIANÇAS POBRES DE 0 A 15 ANOS	FECUNDIDADE: MÃES POBRES DE 15 À 24 ANOS	FECUNDIDADE: TODAS AS MÃES POBRES	FECUNDIDADE: TODAS AS MÃES
Argentina	-54%	-48%	-26%	-7%	-54%
Bolívia	-14%	-9%	-23%	-17%	-14%
Brasil	-25%	-28%	-27%	-19%	-25%
Chile	-74%	-74%	-63%	-57%	-74%
Colômbia	-7%	-6%	-19%	-13%	-7%
Costa Rica	-15%	-15%	-46%	-33%	-15%
Equador	-21%	-21%	-37%	-25%	-21%
El Salvador	-11%	-7%	-39%	-23%	-11%
Guatemala	-7%	-6%	-10%	-4%	-7%
Honduras	-8%	-8%	-46%	-29%	-8%
México	-9%	-16%	-37%	-34%	-9%
Nicarágua	-10%	-8%	-43%	-25%	-10%
Panamá	-28%	-37%	13%	-7%	-28%
Paraguai	17%	11%	-23%	-22%	17%
Uruguai	-45%	-45%	-33%	-41%	-45%
Venezuela	-11%	-16%	-38%	-29%	-11%
América Latina	-20%	-21%	-31%	-24%	-33%

FONTE: CEPAL (2010a)

Na tabela percebe-se que em todos os itens mencionados, o Brasil conseguiu reduzir a quantidade de crianças e a taxa de fecundidade das mães pobres. Mais do que uma simples tendência geral, a diferença entre a evolução de fecundidade das mães pobres, -19%, e de todas as mães, -25%, prova que existem comportamentos diferentes de acordo com a faixa de renda a qual a mãe está inserida. O fato da diminuição ter sido menor para os brasileiros mais pobres do que para a média geral brasileira, infere que, apesar da evolução, ainda existe uma grande desigualdade de oportunidades entre as famílias mais e menos abastadas.

Entretanto, a análise conjunta dos outros itens demonstra que o país caminha para diminuir essa desigualdade. Nota-se que a fecundidade das mães pobres mais jovens, entre 15 e 24 anos, cai numa velocidade maior do que a de todas as mães pobres: -27% contra -19%. Isso pode indicar que as gerações mais novas possuem

uma maior consciência dos riscos sociais de uma gravidez prematura e não planejada. O aumento do nível educacional da população brasileira, que será demonstrado mais adiante, pode ser o responsável pela formação de gerações mais conscientes, em conformidade com os instrumentos citados pela CEPAL (2010a) como otimizadores do processo de decisão reprodutiva:

Isto demonstra a necessidade de contar com políticas que atuem sobre as mães atuais e futuras e sobre seus filhos. Dentre estes instrumentos cabe mencionar aqueles que facilitem: a) a postergação da idade de início da maternidade; b) um melhor acesso à informação sobre o controle da reprodução; c) a permanência das mulheres no sistema educativo; d) o melhoramento da qualidade da educação; e) a disponibilidade de instituições de cuidado e atendimento dos filhos pequenos que, por sua vez, facilitem a participação das mães ao sistema educativo e no mundo do trabalho (CEPAL, 2010a, P. 18).

Já a redução de crianças pobres, de 0 a 5 anos em 25% e de 0 a 15 em 27%, demonstram que o desempenho foi acima da média da América Latina e tem relação direta com o desempenho dos índices de distribuição de renda, uma vez que, conforme visto anteriormente, a abertura econômica foi especialmente benéfica aos segmentos mais pobres da população.

5.5 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Esse estudo selecionou algumas variáveis, que fazem parte do Índice de Desenvolvimento Humano, com base na seguinte afirmação do livro “Por Uma Outra Globalização” de Milton Santos (2007): “Novas enfermidades como o SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem o seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível.” (SANTOS, 2007, P. 19) Desse modo, foram construídos gráficos que indicam a esperança de vida, a mortalidade infantil, a alfabetização e a porcentagem de jovens que frequentam um curso superior, entre outras análises. Mesmo que, em alguns casos, não seja possível analisar as mesmas variáveis citadas pelo geógrafo, ou não existam os dados necessários para, os dados escolhidos permitirão uma visualização do panorama brasileiro antes e após a inserção na globalização econômica, verificando

a proximidade entre o seu texto e as estatísticas.

5.5.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

Um melhor nível de escolaridade é, sem dúvida, um artigo necessário para se obter uma melhor condição de vida. Conforme visto anteriormente, um país com uma população bem educada, quando agraciada por um crescimento econômico, faz com que esse seja muito melhor aproveitado. Ela pode melhorar a eficiência da mão-de-obra local, criando possibilidades para a redução de custos, além de atrair o investidor que necessita de mão-de-obra qualificada. Também, a educação, ao difundir cuidados de saúde, acaba se relacionado com as outras variáveis analisadas por essa secção: a mortalidade infantil e a expectativa de vida.

Utilizando-se dados do PNUD (2007), foram elaborados os dois próximos gráficos. O primeiro demonstra que o número de pessoas alfabetizadas apresentou uma evolução positiva em todo o país entre 1991 e 2000, O estudo entende por taxa de alfabetização, o percentual de pessoas acima de 15 anos que sabem ler e escrever um bilhete simples, no mínimo. A evolução da taxa, que corresponde a dois terços, do Índice Educação, está mostrada no Gráfico 5 a seguir.

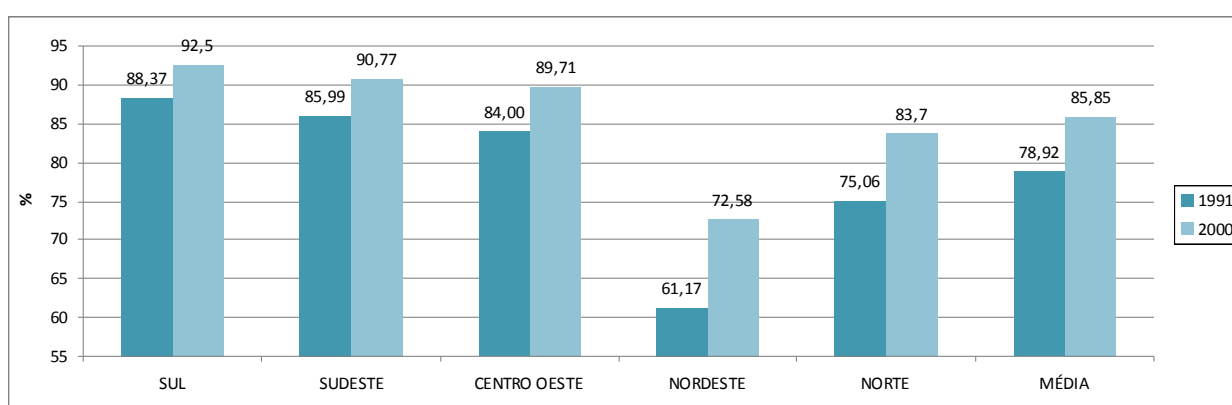


GRÁFICO 5. EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL (%)

FONTE: PNUD (2007)

A média nacional evoluiu de 79% para 86% entre 1991 e 2000. A região que obteve o maior crescimento foi a Nordeste, com um aumento de 18,65% de sua população alfabetizada. Entretanto, apesar de obter o maior crescimento, o Nordeste

ainda precisaria evoluir muito para chegar ao mesmo patamar da região Sul, que em 2000, possuía 92% de sua população alfabetizada. Nesse quesito, destaca-se também o aumento de 11,51% da população alfabetizada na Região Norte.

O Gráfico 6 apresenta a porcentagem de jovens entre 18 e 22 anos que frequentam curso superior. Nesse gráfico, um dos destaques fica por conta da evolução do Centro Oeste que, graças ao aumento de 10% para 33,44% do Distrito Federal, se situou na segunda posição no ano 2000, com 22,49% e sua população jovem cursando um curso superior. O outro destaque foi a grande evolução da Região Norte: de 3,61% para 10,05%, totalizando um crescimento de 278%. Apesar da evolução, a região continua abaixo da média nacional.

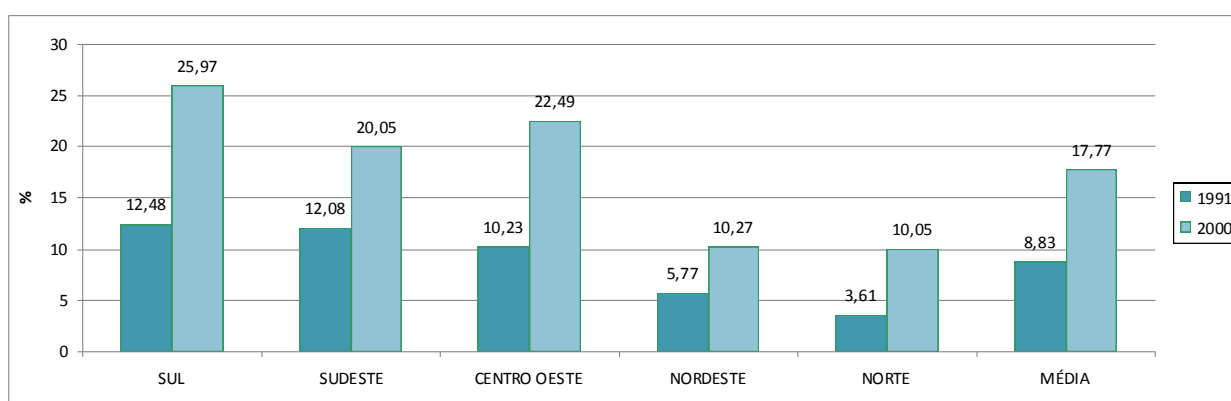


GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DE JOVENS ENTRE 18 E 22 ANOS QUE FREQUENTAM CURSO SUPERIOR

FONTE: PNUD (2007)

Sobre os resultados referentes à educação, a CEPAL (2010a) afirma que desde a última década do século passado até 2008, praticamente todos os países da América Latina aumentaram seus investimentos em educação com relação ao PIB. *Nas últimas décadas registraram-se aumentos acentuados dos orçamentos educativos em relação ao PIB. Entre 1990 e 2008 o PIB regional quase se duplicou (alcançou 3,4% anual e 84% em todo o período) e a expansão absoluta do gasto público em educação na região foi de 5% anual e de 140% em todo o período.* (CEPAL, 2010a, P. 37). O Brasil não foi exceção e, em 2008, aumentou o seu gasto por aluno para 937 dólares, corrigidos para o ano 2000. Apesar do valor ser superior à média dos 16 países selecionados para o estudo, 710 dólares, o país continua se mantendo atrás de países como a Argentina, com 2.348, o Chile, com 1.890, o México, com 1.275, e o Uruguai, com 1.099 dólares. Desse modo, ainda que o Brasil

não esteja bem colocado no *ranking* que mede os investimentos em educação, houve um aumento, e essa pode ser uma das explicações para o aumento da escolaridade da população.

O aumento de jovens que cursam um universidade, a queda do analfabetismo e o aumento do investimento, em relação ao PIB, são argumentos que podem ser utilizados para se afirmar que o acesso à educação melhoraram. Para o sociólogo Carlos Benedito Martins (2000), um dos motivos para esse aumento é a recuperação da expansão do ensino após um período de crise, durante a estagnação econômica dos anos 1980:

No período 1971-1975, a taxa de crescimento foi de 73%, baixando para 7% no período 1980-1985. A partir do final dos anos 80 houve uma retomada do processo de expansão, uma vez que no período 1989-1999 as matrículas cresceram 123%. Os dados evidenciam também a recuperação provocada pelo desempenho do setor público, em especial pela rede estadual que respondia em 1999 por 79% das matrículas (MARTINS, 2000, P. 50).

Assim, para o pesquisa do autor, durante a década de 1980, a crise econômica levou a um descompasso entre a demanda da população e a oferta de ensino. Esse descompasso começou a ser corrigido, majoritariamente pela escola pública, a partir do início da década seguinte. O aumento de concluintes do ensino médio, conseqüentemente, eleva o número de pessoas aptas a realizar um curso superior.

Uma das relações que se pode traçar entre a abertura econômica e o aumento da escolaridade é que ao tornar o mercado de trabalho mais competitivo, a globalização acaba por incentivar a educação, uma vez que existe uma relação direta entre os anos de estudo e o salário. Essa relação, inclusive, faz com que os adultos voltem a estudar, em busca de melhores posições no mercado de trabalho.

As matrículas aumentaram em parte pela expansão dos últimos anos, e pela pressão de uma clientela de adultos já integrados no mercado de trabalho, que procura as instituições de ensino superior para melhorar suas chances profissionais com a obtenção de um título acadêmico (MARTINS, 2000, P. 56 e 57).

A outra relação que se pode traçar é que o aumento e estabilização do poder de compra da população permitiu que famílias mais pobres pudessem investir em educação. Ainda segundo Martins (2000), entre as décadas de 1980 e, principalmente, 1990, o número de universidades particulares aumentou em 280%. Essa relação é multiplicada pela proliferação, ainda que com juros altos, do crédito à

população.

A afirmação de Santos (2007), entretanto, questiona também a qualidade do ensino: “A educação de qualidade é cada vez mais inacessível.” (SANTOS, 2007, P. 19). Desse modo, para testar completamente o pensamento do autor, torna-se necessário questionar a qualidade do ensino.

Fernando Veloso (2011) concorda que houve um aumento contínuo do nível da escolaridade da população desde meados da década de 1990. Entretanto, o autor chama a atenção para que existe uma diferença entre quantidade e qualidade na educação. Após analisar dados referentes à turmas de ensino fundamental e ensino médio, ele afirma que, nos anos 1990, houve uma queda significativa da qualidade da educação brasileira.

O *Gráfico 2* mostra que entre 1995 e 2001 ocorreu uma queda significativa da qualidade da educação, medida pela fração de alunos de 4º e 8º séries do ensino fundamental e 3º série do ensino médio com desempenho em Língua Portuguesa. Entre 2001 e 2007 verifica-se uma relativa estagnação da qualidade da educação na 8º série do ensino fundamental e 3º série do ensino médio e uma pequena recuperação na 4º série do ensino fundamental (VELOSO, 2011, P. 217).

As causas, para o autor, da queda da qualidade decorre de “(...) uma mudança do perfil dos alunos, associada a uma redução expressiva do atraso escolar.” (VELOSO, 2011, P. 218). Essa mudança seria a entrada de uma grande quantidade de crianças advindas de famílias menos favorecidas culturalmente e economicamente.

A entrada dessas novos alunos, só foi possível graças ao aumento de número de vagas nos anos 1990, pois, conforme visto anteriormente, o número pouco expandiu na década de 1980, devido a crise econômica. Relacionando o aumento da quantidade de vagas à queda da qualidade do ensino, infere-se que o aumento da oferta educacional, necessário para se atender a crescente demanda, não foi acompanhado da manutenção de sua qualidade. Essa relação foi multiplicada pelo fato da grande maioria dos novos alunos ter pouca estrutura cultural. Martins (2000) explica que um comportamento semelhante já havia ocorrido nos anos de 1970, quando o ensino teria sido desilitizado:

No início dos anos 60, contava com um centena de instituições (...). Esses estabelecimentos vocacionados para a reprodução de quadros da elite nacional (...). Para se evitar uma nova proliferação descontrolada com a que

marcou de forma típica o campo acadêmico nacional nos anos 70, acabando por comprometer a qualidade acadêmica das instituições e do sistema em geral, deve-se criar mecanismos efetivos para combinar essa expansão – cada vez mais necessária – com padrões de qualidade acadêmica (...) (MARTINS, 2011, P. 42).

Desse modo, a queda da qualidade da educação nos anos 1990 é resultado do necessário grande crescimento da oferta educacional, afim de cobrir a defasagem ocorrida na década de 1980. O crescimento, entretanto, não manteve o mesmo nível de qualidade educacional anterior. Isso posto, a abertura econômica não prejudicou a qualidade da educação, senão pelo incentivo ao estudo, ainda que de qualidade inferior.

Apesar da queda, uma análise dos dados do *Programme for International Student Assessment* – PISA, indicam um horizonte futuro favorável. O PISA é um estudo internacional que se propõe, através de provas aplicadas à amostras de jovens de 15 anos, a avaliar e comparar o nível de educação mundial. Atualmente cerca de 70 países participam do estudo. A Tabela 15 possui o resultado do primeiro estudo divulgado, realizado em 2000, e o último, em 2009:

TABELA 15 - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PELO PISA EM 2000 E 2009.

	2000	2009	POSIÇÃO NO RANKING EM 2009
Brasil	396	412	53°
Chile	-	449	44°
China	-	556	1°
Coréia do Sul	525	539	2°
Estados Unidos	504	500	17°
França	505	496	22°
México	422	425	48°
Peru	-	370	63°
Rússia	462	459	43°

FONTE: PISA (2013)

Na tabela percebe-se claramente a má colocação do Brasil no *ranking* de 2009: 53°. O país perderia até mesmo para o México, 48°, estaria nove posições atrás do latino-americano mais bem colocado, o Chile, 44°, e teria que melhorar o seu desempenho em mais de um terço para alcançar os dois primeiros colocados: China e Coréia do Sul. Apesar da incômoda posição, o Brasil, ainda que de maneira discreta, melhorou a sua pontuação: 412 em 2009 contra 396 em 2000. O México,

por exemplo, praticamente manteve a mesma nota nas duas avaliações, uma vez que melhorou apenas dois pontos. Apesar da comparação com base na evolução do *ranking* ser impossível, uma vez que em 2000, mais da metade dos 70 países de 2009 ainda não participavam do estudo, é provável que o país avançasse algumas colocações.

Outros dados que indicam uma tendência da melhora da educação é o número de professores com curso superior. Entre 1999 e 2006, o IBGE avaliou o número de docentes com curso superior no ensino fundamental, tanto na escola pública, quanto na privada. O resultado está demonstrado na Tabela 16 abaixo:

TABELA 16 - DOCENTES COM CURSO SUPERIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL EM %:

ANOS	ESCOLAS PARTICULARES	ESCOLAS PÚBLICAS
1999	60,9	44,5
2000	62,5	45,9
2001	64,5	47,7
2002	66,2	50,2
2003	69,1	54,6
2004	72,6	56,9
2005	75,5	64,0
2006	78,0	70,7
Crescimento entre 1999 e 2007 (%)	28,08	58,88

FONTE: IBGE (2012)

Os números indicam que houve uma melhora significativa tanto na escola particular quanto na escola pública, entretanto, a porcentagem da melhora da pública foi mais que o dobro da particular. Mantendo essa tendência, esse quesito deve, em breve, ser igual em ambas as escolas. O que favorece principalmente os alunos mais pobres, uma vez que suas famílias são incapazes de custear uma escola privada.

O resultado do PISA e o aumento da escolaridade dos professores, junto ao fim da queda em 2000 e a relativa estagnação até 2007 (VELOSO, P.217, 2010), podem indicar que, passado um período de ajuste entre a oferta e a demanda educacional, a qualidade tende a melhorar, ainda que em um ritmo lento e constante.

Desse modo, a afirmação de Milton Santos (2007) de que a educação de qualidade é cada vez mais inacessível encontra um pouco de concordância com números quando é avaliada a qualidade do ensino brasileiro. Durante os anos 1990,

a qualidade caiu vertiginosamente e, atualmente, o Brasil está muito mal colocado no quadro internacional que compara a qualidade educacional. Entretanto, a queda cessou no começo do século XXI e existem fortes indícios do começo de uma lenta melhora. A responsável por tal queda não foi a globalização, mas sim uma defasada oferta acadêmica originada em décadas anteriores. A influência da abertura econômica foi justamente oposta: ela incentivou a demanda por educação, seja pela estabilidade econômica, seja pela busca de melhoria da mão de obra. Os dados do IBGE demonstram claramente que no ano de 2000, existiam menos analfabetos e mais jovens em cursos superiores do que em 1991, e que as regiões que registraram os maiores crescimentos foram justamente as mais pobres, ainda que essas ainda estejam distantes dos números das regiões mais ricas. A educação, portanto, reservado o quesito qualidade, está cada vez mais acessível à população, o que desqualifica parcialmente a afirmação de Santos (2007).

5.5.2 EVOLUÇÃO DA SAÚDE

Utilizando-se dos dados do PNUD (2007), foram elaborados os dois próximos gráficos. No Gráfico 7 observa-se que em todas as regiões do Brasil, a esperança de vida subiu: a média nacional pulou de 64,80 anos em 1991 para 68,64 em 2000. Apesar de possuir a pior média do país em 2000, a região que mais obteve melhora foi justamente a Nordeste. De 59,97, ela evoluiu para 64,83 anos em 2000, pouco mais que a média nacional obtida em 1991. Um crescimento de 8,1% contra o 5,3% obtido pela Região Sul no mesmo intervalo de tempo.

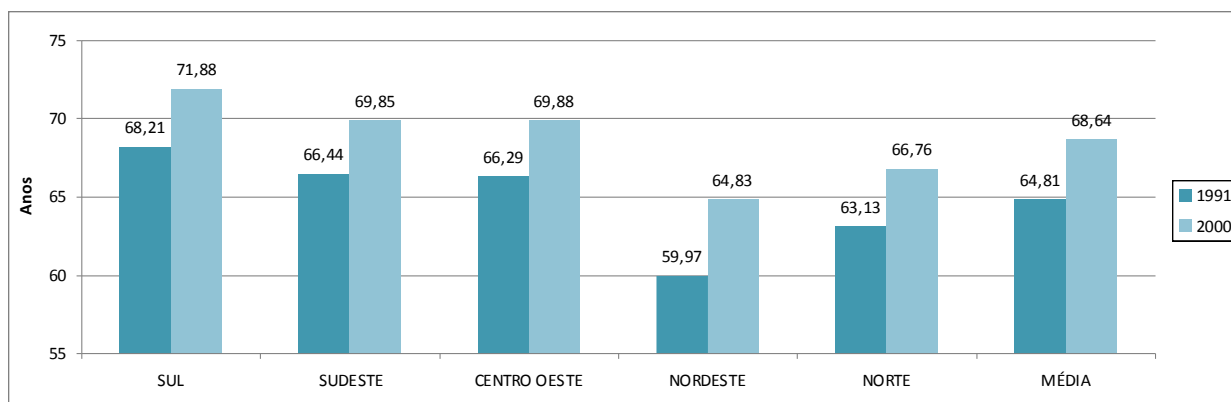


GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER NO BRASIL (%)

FONTE: PNUD (2007)

O número de óbitos de crianças desde o nascimento até a idade de cinco anos é demonstrado no Gráfico 8. Mais uma vez os índices de todo o país apresentam melhoras e com destaque para a Região Nordeste. Apesar da redução da mortalidade em aproximadamente um terço, o Nordeste de 2000 apresentava um resultado pior que o da Região Norte de 1991: 69,9 contra 66,08 óbitos de crianças entre mil nascimentos. Desse modo, apesar do importante resultado, os estados nordestinos ainda tem muito o que avançar no quesito saúde.

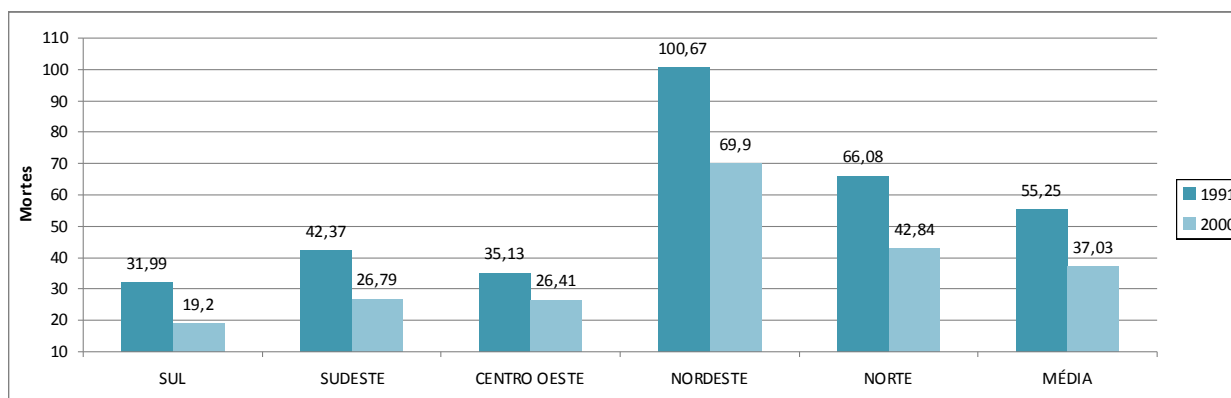


GRÁFICO 8 - NÚMERO DE ÓBITOS ATÉ OS CINCO ANOS DE IDADE ENTRE MIL NASCIMENTOS

FONTE: PNUD (2007)

Com relação às diferenças regionais, uma análise dos gráficos acima pode encontrar basicamente o mesmo comportamento que os gráficos referentes à educação, visto na seção anterior: a região nordeste é quase sempre a menos desenvolvida, ficando muito atrás do sul e do sudeste. Entretanto, o seu índice de melhora também é quase sempre o maior. Isso indica que as desigualdades internas

tendem a diminuir.

No trabalho de Nunes *et al* (2001, publicado pelo IPEA, desenhase uma proposta de monitoramento das desigualdades em saúde no Brasil. O seu objetivo, em medir as desigualdades, é orientar as políticas públicas, com a intenção de diminuir as mesmas. Para isso, criaram diversos indicadores utilizando diversas fontes: IBGE, Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), Sistema de Informações em Saúde (SIM) e Sistema Único de Saúde (SUS). Seus resultados são interessantes para se apreciar a evolução da saúde durante os anos 1990. A Tabela 17, abaixo, demonstra a evolução da oferta de serviços de saúde entre 1990 e 1999:

TABELA 17 - INDICADORES DE OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

INDICADORES	1990	1999	VARIAÇÃO
Médicos/mil habitantes	1,23	1,60	+30,00%
Odontólogos/mil habitantes	0,65	0,69	+6,15%
Enfermeiros/mil habitantes	0,25	0,41	+64,00%
Leitos hospitalares (SUS)/mil habitantes	3,37	2,99	-11,30%
Unidades ambulatoriais (SUS)/mil habitantes	2,84%	3,40%	+19,70%

FONTE: NUNES *et al* (2001)

Sobre esses resultados, percebe-se que o número de profissionais por mil habitantes subiu expressivamente. Destacando-se o número de enfermeiros, que apresentou um aumento de 64%. Entretanto, segundo os autores, o crescimento do número de médicos, ao contrário do número de enfermeiros, não foi homogêneo em todas as regiões do país: a região norte teria aumento a diferença entre a região sudeste. Em 1990, a relação que era de 3,7 menos médicos, aumentou para 6 em 1999. Apesar desse resultado, o Nordeste melhorou o seu número de médicos por mil habitantes de 0,51 para 0,53.

A queda do número de leitos hospitalares é, segundo os pesquisadores, explicada pela proposta do SUS diminuir internações desnecessárias utilizando-se técnicas médicas substitutas: “A redução do número de leitos e a ampliação nas unidades ambulatoriais é coerente com a proposta de mudança no modelo assistencial do SUS, que abrange intervenções precoces, ampliação das redes municipais de serviços ambulatoriais, e utilização de tecnologias médicas substitutivas a internação.” (NUNES *et al*, 2001, P. 56.). Quanto às diferenças regionais, segundo os autores, mesmo com a queda geral, não houve aumento das

diferenças regionais. Nesse quesito e no número de unidades ambulatoriais, salienta-se que não grandes diferenças regionais.

Desse modo, infere-se que, sob a perspectiva da oferta de atendimento médico, a situação no Brasil melhorou entre 1990 e 1999. Existem diferenças regionais quanto à oferta, mas essas não foram agravadas durante o referido período de tempo, com exceção do número de médicos.

A análise das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), podem fornecer um resumo do impacto das condições de saneamento básico sobre a saúde da população. A medida é calculada com base no número de internações hospitalares por DRSAI a cada 100.000 habitantes. A Tabela 18, abaixo, foi elaborada com os dados do IBGE para o período entre 1993 e 2010.

TABELA 18 - INTERNAÇÕES HOSPITALARES POR DRSAI, POR 100 MIL HABITANTES:

PERÍODO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES/100.000 HABITANTES
1993	732,8
1994	725,5
1995	531,4
1996	455,5
1997	417,9
1998	348,2
1999	351,0
2000	330,2
2001	345,8
2002	371,1
2003	369,7
2004	315,9
2005	328,7
2006	331,2
2007	287,3
2008	308,8
2009	289,3
2010	325,4

FONTE: IBGE (2012)

Os dados da DRSAI mais uma vez demonstram que a situação da saúde no Brasil não piorou durante a inserção à globalização. Apesar de não ter havido uma melhora substancial durante a primeira década do século XXI, os índices atuais são

sensivelmente melhores do que os do início da década de 1990.

Santos (2007) afirma que a SIDA, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, se estabelece. De fato, a cura para a SIDA, mais conhecida como AIDS, ainda não foi descoberta, entretanto, os avanços da medicina levaram aos medicamentos antirretrovirais, “coquetéis” que aumentam a sobrevivência dos soropositivos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). O IBGE confeccionou um indicador de mortalidade denominado “Óbitos por AIDS – Taxa de Mortalidade Específica”. O indicador demonstra o número de óbitos pela síndrome por 100 mil habitantes. O resultado está na Tabela 19 a seguir:

TABELA 19 - NÚMERO DE ÓBITOS POR AIDS, POR 100 MIL HABITANTES

PERÍODO	ÓBITOS
1990	3,7
1991	5
1992	6,1
1993	7,6
1994	8,7
1995	9,7
1996	9,6
1997	7,6
1998	6,7
1999	6,4
2000	6,3
2001	6,4
2002	6,3
2003	6,4
2004	6,1
2005	6
2006	5,9
2007	6
2008	6,2
2009	6,3

FONTE: IBGE (2012)

Pelos dados, percebe-se, que o número de casos aumentou progressivamente até 1995. Entretanto, a partir do ano seguinte o número tende a cair progressivamente e no início do século XXI em diante, a tendência é de estabilidade. Segundo o Ministério da Saúde, as causas para a queda na metade dos anos 1990 se referem

a descoberta de uma nova classe de drogas, a lei que fixa o direito de receber o tratamento gratuitamente e à regulamentação da prescrição de medicações.

Assim, a SIDA realmente se estabeleceu, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Entretanto, os números do IBGE indicam que o número de óbitos devido a mesma de parou de crescer e diminuiu, estando atualmente estabilizada. Se a intenção do autor era criticar a controle da doença no Brasil, a crítica não possuiria fundamento, pois o programa anti-AIDS brasileiro, segundo Levi e Vitória (2002), poderia servir como exemplo para outros países com a mesma situação econômica:

The Brazilian experience does prove, however, that if there is political willingness, multisectorial action involving committed professionals, and strong civil society mobilization, even in countries constrained by limited resources, AIDS can be effectively countered and its expansion contained (LEVI E VITÓRIA, 2002).

Desse modo, infere-se que a saúde da população brasileira do século XXI é sensivelmente melhor do que a referente ao fim do século XX. A região que apresentou uma maior melhora, entre 1991 e 2000, nos quesitos expectativa de vida e a mortalidade infantil, foi justamente a Região Nordeste. A queda do número de doenças relacionadas ao saneamento inadequado indica que a quantidade de pessoas agraciadas pelo saneamento básico aumentou. Por sua vez, apesar do cenário catastrófico pintado por Santos (2007), o número de infectados por SIDA encontra-se estável e o programa brasileiro para o controle da mesma, é tido como exemplar.

6 CONCLUSÃO

Entendendo a globalização como um fenômeno sócio-econômico ocorrido no fim do século XX, a afirmação de que ela aumentou a pobreza no Brasil é falsa, ao menos sob o prisma da renda e do desenvolvimento humano. Nessas condições, a exposição do país ao fenômeno foi benéfica à população, especialmente sobre a sua parcela mais pobre, o que levou à índices de pobreza mais baixos, ainda que a qualidade da educação seja um item controverso. Desse modo, a afirmação de que, para os pobres, o Brasil de antes dos anos 1990 era melhor do que o Brasil do início do século XXI, não é estatisticamente comprovada.

Atualmente, existem dois pontos de vista sobre a pobreza. O primeiro se refere a renda e dá destaque a sua distribuição. Uma melhor distribuição da riqueza seria um passo fundamental em direção a uma melhor condição de vida para a população pobre. Por outro lado, esse prisma poderia sofrer distorções, de modo que a análise conjunta com a renda *per capita* poderia melhor indicar a qualidade de vida geral. Haveria, ainda, casos que a renda não se traduziria, necessariamente em benefícios. O ponto de vista com base no desenvolvimento humano poderia sanar esse problema, uma vez que analisaria variáveis como a educação e a saúde.

Apesar de alguns trabalhos usarem diferentes datas para marcar o início da globalização, dentre os autores analisados, existe uma concordância em colocar o fim da Guerra Fria como o marco inicial do fenômeno, que, também majoritariamente, é visto como algo essencialmente sócio-econômico. A aparente unanimidade do capitalismo, e seus preceitos liberais, só seria possível após o colapso da experiência comunista soviética. A tecnologia anterior também não permitiria a velocidade dos fluxos sócio-econômicos modernos.

Desse modo, a globalização, a abertura econômica, o Consenso de Washington, o capitalismo, a hegemonia norte-americana, o capital estrangeiro e o neo-liberalismo são frequentemente vistos como uma entidade só.

A Geografia Crítica brasileira, sofreu influências do pessimismo do “Complexo de Vira-Lata” e da luta de classes geográfica proposta pelo “Terceiromundismo”. Mesmo sem embasamento estatístico, a mesma insiste em afirmar que a abertura econômica seria prejudicial à população. Haveria também, casos em que a metodologia empregada pela corrente seria deficitária ou tendenciosa, uma vez que,

sobre os mesmos resultados por ela apresentados, pode-se tirar conclusões favoráveis à população.

A afirmação de que o livro “Por uma outra globalização” de Milton Santos (2007) é um livro de divulgação e por isso não necessitaria de embasamento estatístico é frágil, uma vez que o mesmo se encontra na bibliografia de diversos livros didáticos e suas afirmações podem ser entendidas por um leigo como verdade. Além disso, infere-se que a falta de estatística de sua obra é aceita pelos geógrafos atuais porque esses compartilham do mesmo pré-suposto político, fazendo com que suas críticas sejam entendidas como verdades evidentes.

As pesquisas baseadas em dados oficiais demonstram que a pobreza brasileira diminuiu quando da entrada do país na globalização, no fim do século passado, ou seja, os índices de pobreza do início do século XXI, quando comparados aos de antes da abertura econômica, indicam uma melhor qualidade de vida da população. Uma vez que esse resultado é o oposto do que os críticos apontam, infere-se que a contribuição científica da corrente crítica é, no mínimo, questionável, e deveria ser repensada e revisada.

Nesse sentido, as teorias do comércio internacional, embora sejam muito rejeitadas pela Geografia brasileira, aliadas à imparcialidade política, podem se traduzir em ferramentas importantes para melhor compreender a globalização e seus efeitos, subsidiando assim, retratos mais coerentes com os dados empíricos observados.

Assim, acredita-se que a principal contribuição do presente trabalho esteja justamente no fato de se demonstrar, através de um estudo de caso, que as análises produzidas pela teoria social crítica, quanto aos efeitos da globalização, necessitam ser revistas, assim como subsidiar novas possibilidades para o pensamento geográfico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. O Brasil no final do século XX: Um caso de sucesso. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Banco de Dados**. Disponível em : <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?order=wbapi_data_value_2008+wbapi_data_value+wbapi_data_value-first&sort=asc> Acesso em: 05/01/2013

BARBOSA, L. **Genealogia da Brasilidade**. Mimeo, 1998.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados**, 5(3), p. 269-306, 1982.

BUSS, P. M. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CANCLINI, N. G. **A Globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CAPLAN, B. **Against the Human Development Index**. USA, 2009. Disponível em <http://econlog.econlib.org/archives/2009/05/against_the_hum.html>. Acesso em 01/04/2012.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo**. Brasília, 1994.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**. Nações Unidas e CEPAL. 2010a.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A hora da igualdade**. Brasília: Nações Unidas e CEPAL. 2010b.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. XIV, 2009, Rio de Janeiro. **O futuro das megacidades**. São Paulo, 2009.

CONSIDERA C. M., SOUZA E. L. L. e BRACALE G. **Âncora Verde: o papel da agricultura no ajuste econômico**. Brasília, 2002.

CRESPO, A. P. A., GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE Eletrônica**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, vol. 1, n. 2, Jul-Dez, 2002.

DINIZ FILHO, L. L. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com internacionalização da economia internacional**. São Paulo: Tese (Doutorado) USP/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2000.

DINIZ FILHO, L. L. **A Geografia Crítica Brasileira: Reflexões sobre um debate recente**. Curitiba: 2008.

DINIZ FILHO, L. L. **Fundamentos Epistemológicos da Geografia**. Curitiba: IBPEX, 2009.

DINIZ FILHO, L. L. Os Equívocos da Noção de “Regiões que exploram Regiões”: Crítica ao Conceito de Transferência Geográfica de Valor de Edward Soja. **Revista do Departamento de Geografia**. n.13. São Paulo: USP, 1999.

ESSENCIAL. **Dicionário Latim/Português Português/Latim**. Porto: 2001.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. **Poverty Reduction without Economic Growth? Explaining Brazil's Poverty Dynamics, 1985-2004**. World Bank, 2007.

FERGUSON, N. **Império** São Paulo: Editora Planeta, 2010.

FIÚZA, G. **3.000 dias no bunker**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FREIRE, R. **O sindicalismo e os movimentos de luta contra a globalização neoliberal**. São Paulo: CUT, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Fundamentos de Economia Internacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Banco de Dados**. Disponível em : <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/>> Acesso em: 05/01/2013

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência após o Plano Real. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, vol. 12, n. 33, 1998.

GREFE, C., GREFFRATH, M., SCHUMANN, H. **ATTAC – O que querem os críticos da Globalização**. São Paulo: Globo, 2005.

KUCINSKI, B. **Jornalismo Econômico**. 3. ed. São Paulo: USP, 2007.

HAQ, M. U. **A Cortina da Pobreza**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

HARVARD UNIVERSITY. **Washington Consensus**. USA, 2003. Disponível em <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>. Acesso em 01/12/2012.

IANNI, O. Globalização: Novo Paradigma das Ciências Sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, vol. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries Estatísticas**. Rio de Janeiro. Disponível em <seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em 05/12/2012.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). **A Evolução do Sistema Agroalimentar no Brasil e a Redução de Preços para o Consumidor: Os Efeitos da Atuação dos Grandes Compradores**. Brasília: IPEA, 2003.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Investimentos e reformas no Brasil: Indústria e infra-estrutura nos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2002.

KAKWANI, N. **O que é pobreza?** Brasília: CIP, 2006.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo: Pólis, 2001.

KRUGMAN, P. **Internacionalismo Pop**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H. M. M. **A globalização e o papel das políticas de Desenvolvimento industrial e tecnológico**. Texto para Discussão n. 519. Brasília: IPEA, 1997.

LAVINAS, L. **Acessibilidade Alimentar e Estabilização Econômica no Brasil dos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LEONE, E. T. **Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90**. Texto para Discussão n. 81. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

LEVI, G. C.; VITÓRIA, M. A. Fighting against AIDS: the Brazilian experience. **Official Journal of the International AIDS Society**. v.16, i. 18, 2002. Disponível em: <<http://journals.lww.com/aidsonline/pages/articleviewer.aspx?year=2002&issue=12060&article=00001&type=fulltext>>. Acesso em 11/01/2013.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Desigualdades e Indicadores Sociais no Brasil. In: SCHWARTZMAN *et al.* **O Sociólogo e as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MARTINS, C. B. **O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90** . São Paulo: 2000.

MARX, K. ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1848.

MENDOZA, P. A., MONTANER, C. A., LLOSA, A. V. **Manual do Idiota Latino-Americano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

MICHAELIS. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **AIDS**. Brasília. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em 10/01/2013.

MONTEIRO, A. R. G., MARTINS, M. F. **Processo de desenvolvimento de produtos na indústria de biscoitos: Estudos de casos em fabricantes de médio**

porte. Gramado: 2003.

MORAES, A. C. R. **Geografia Pequena História Crítica**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC-VIP, 1985.

NÉRI, M. **Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NUNES *et al.* **Medindo as Desigualdades em Saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento**. Brasília: IPEA, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/>> Acesso em: 05/12/2012

PRADO, L. C. D. **Globalização: Notas sobre um conceito controverso**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 12/11/2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**. New York: PNUD, 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011**. New York: PNUD, 2011.

PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT (PISA). **PISA Products**. França. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/>>. Acesso em 05/01/2013.

RANGEL, C. **Ideologia Terceiro Mundista e a Realidade Ocidental**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

RAVALLION, M. **Poverty Lines across the World**. Washington: Word Bank, 2010.

REZENDE, C. **História Econômica Geral**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, N. **À sombra das chuteiras imortais.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

RODRÍGUEZ, R. V. **Tocqueville e a abordagem liberal da pobreza.** Juiz de Fora: UFJF, 2001.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** 14. ed. São Paulo: Record, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Geografia.** 2. ed. Curitiba: SEED, 2007.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SCHOELLER, W. **Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial.** Disponível em: <<http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca>>. Acesso em 21/01/2013.

SILVA, D. B. L. **O Impacto da Abertura Comercial sobre a Produtividade da Indústria Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVEIRA, M. L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, E. S. **Que País é esse? : pensando o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, N. J. **Uma introdução à história do pensamento econômico.** Porto Alegre: PUCRS, 2012.

TAMDJIAN, J. O., MENDES, I. L. **Geografia Geral e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora FTD, 2005.

VELOSO, F. A Evolução Recente e Propostas para a Melhoria da Educação no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S.; BACHA, E. **Brasil: A Nova Agenda Social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.